COLEÇÃO COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DE GUSTAVO BARROSO - 7

5

HISTÓRIA SECRETA DO BRASIL

GUSTAVO BARROSO

GUSTAVO BARROSO

HISTÓRIA SECRETA DO BRASIL

VOLUME 5

1º REEDIÇÃO

1993

Conferindo e Divulgando a História

Caixa Postal 10466
90001 — Porto Alegre-RS

"A maçonaria é ré de lesa-pátria. Cada santificação que parte de seus grêmios representa nada mais, nada menos que um declínio no prestígio augusto da Raça. Nos judeus, defende uma ética inimiga contra a integridade precária da Grei. Nos jesuítas, ataca a única organização que ainda lhe mete receios. No livre-pensamento, enfraquece a disciplina católica, que é, e foi sempre, a melhor garantia da unidade moral da Nação. Nas lutas intestinas que ateia e alimenta, é a anulação da idéia nacional que tende empenhadamente para que mais um passo se avance no caminho que leva à Cidade-Futura, em que não haverá nem deuses, nem chefes."

ANTONIO SARDINHA
"O Território e a Raça", pg. 20

"Está escrito (e ninguém o poderá apagar) que todo Império dividido há de perecer: (M)Omne regnum in se ipsum divisum desolabitur; e o parlamentarismo que divide os ânimos e os inquieta; que põe em dispersão todas as jerarquias, que divide a sociedade em cem partidos; e que, não contente com a divisão natural do poder já estabelecida, quer ainda levar essa divisão ao seio do poder centralizador e unitivo, o poder Real ou Moderador; — o parlamentarismo, que é a divisão no todo e em todas as partes, nas altas regiões, nas regiões médias e nas regiões baixas, no poder, na sociedade e no homem, não pode subtrair-se, nem se subtrairá jamais ao império dessa lei inexoravelmente soberana. Sim, o parlamentarismo morrerá..."

BRAZ FLORENTINO
"O Poder Moderador", pg. 536

ÍNDICE
Volume 5

Capítulo I

O MINISTRO QUE DUROU NOVE HORAS

A salvação do Brasil estava nas mãos débeis de um rapaz de quatorze anos, rebento de Braganças, Bourbons e Habsburgos, nascido na nossa terra. Príncipe Brasileiro. Órfão que ficara quase como um refém da política maçônica ou maçonizada, quando o pai abdicara na triste madrugada de sete de abril. Flor da estufa de São Cristovam, criara-se no convívio dos livros e de mestres rígidos, sábios ou freires, sem um sorriso de mãe, sem um carinho de pai, amoldando o caráter germânico no estudo, na meditação, no silêncio e na melancolia dos vastos salões desertos. Quase não brincava. Quase não corria. Nunca fizera uma garotada. Haviam-no preparado para reinar como um rei hábil, constitucional e brando do século XIX. Assim reinaria, mas com sua vontade sempre alerta e o lápis fatídico com que marcava os canalhas sempre pronto. **E reinaria quarenta e nove anos!**

Por que reinaria tão largo tempo? Por que levariam as forças ocultas meio centenário para destruir o Império e levantar em seu lugar a sonhada República desde os pródromos da Independência?

Porque, independendo da vontade maçônica, se criara no povo brasileiro, ao sopro dos vendavais de anarquia do período regencial, uma verdadeira mística do trono. Com o tempo, essa mística se transportou para a própria pessoa do imperante, graças às suas qualidades pessoais. Essa **mística*** chegava ao ponto de um chefe maçônico da felpa de Teófilo Ottoni declarar o Imperador **instrumento providencial** e querer, "por acordo universal" dos partidos e facções, o suprimento de idade para o fim da tutela. Como muito bem diz Otávio Tarquínio de Souza, biografando Bernardo Pereira de Vasconcelos, "o trono continuava a ser o grande princípio da unidade nacional (1)". Concordavam nesse ponto até os políticos mais contrários à idéia da realeza.

Tão forte essa mística que pôde durar até a República. Veio mesmo aos nossos dias, mau grado todas as propagandas positivis-

tas. Os próprios homens que derrubaram a monarquia sofriam a sua influência. Como os bárbaros nórdicos que destruíam cheios de assombro a civilização romana e procuravam imitá-la, depois. A República botou abaixo o Império e, para ter paz, recorreu a presidentes que haviam sido conselheiros do Império. Quintino Bocaiúva, de sangue platino, venerável da maçonaria, um dos fundadores da República de 1889, exclamava: — "O Império foi a Paz!"

Daí a força que conseguiu ter logo de início o rapazinho de quatorze anos, assentado no trono graças ao golpe branco da Maioridade, unindo e salvando o Brasil. "Quando outros são crianças, era um homem (2)." Conheciam-lhe as qualidades de homem os que privavam no paço e muitos dos personagens mais influentes da política nacional. Desde certo tempo se esboçava nos bastidores o movimento que devia produzir a Maioridade. Os partidários desta, chamados **maioristas**, surgiam por toda a parte. Alguns eram movidos pela ambição de obter proventos de uma mudança radical de regime para a qual tivessem contribuído. A eterna alegação dos serviços prestados. Muitos sentiam mesmo a necessidade natural de uma centralização do poder ante o panorama desolador da anarquia nacional. A maçonaria iria agir, tirando o melhor partido possível dessa corrente. O jovem príncipe desejava o trono, cansado de regências e tutelas, aconselhado pelos seus íntimos, e mantinha comunicações misteriosas com os maioristas, iludindo o Regente do Império (3).

Contudo, à margem da "Biografia do Conselheiro Furtado" de Tito Franco de Almeida, Sua Majestade o sr. D. Pedro II escreveu uma feita com o próprio punho esta glosa: "Eu não tinha a ambição de governar; sem a influência da gente que me cercava, teria recusado." Diria a verdade? O visconde de Sabóia refuta quaisquer influências ocultas no ânimo do Imperador menor (4). Houve quem se pronunciasse da seguinte forma a seu respeito, vendo-o agir no momento da Maioridade: — "Nao há dúvida, é Bragança, o menino tem ronha!"

D. Pedro II nunca foi maçon, nunca teve a menor ligação com sociedades secretas. As **influências ocultas** que o visconde de Sabóia nega haverem atuado no seu ânimo e às quais ele afirma, na glosa, ter obedecido, só podiam ser mesmo as da gente que o rodeava. Em primeiro lugar, o futuro visconde de Sepetiba, Aureliano Coutinho, cujos filhos eram dos raríssimos companheiros dos raríssimos folguedos infantis do Imperador. Brincavam, às vezes, com ele de soldado (5). Depois, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, visconde do Bom Retiro. Joaquim Nabuco afirma que o Imperador "tinha fascinação" por Aureliano Coutinho e acha que a "influência pessoal" deste, entre

1840 e 1848, a Maioridade e a Revolução Praieira, é um dos "enigmas de nossa história constitucional (6)". A isto aduz Otávio Tarquínio: "o certo é que nenhum homem, nenhum político, em todo o Segundo Reinado, teve maior ascendência, maior força do que Aureliano Coutinho. Sem dúvida, o Imperador não se deixou manobrar por ele; o menino do "quero já" tinha vontade e teve-a durante os cinqüenta anos de trono, mau grado a falsa opinião que se formou a seu respeito; mas o futuro visconde de Sepetiba, com as suas ligações palacianas e os seus contatos com o **corrilho da Joana**, nas célebres reuniões em casa do mordomo imperial Paulo Barbosa, derribou sem dificuldades o gabinete de 24 de julho de 1840." Como ministro da Justiça, Aureliano Coutinho dissolvera, em 1834, os clubes e sociedades maçônicos. Mais tarde, expulsara José Bonifácio da tutoria imperial e seus aderentes do paço, processando-os como réus de traição. Fez tutor seu amigo, o marquês de Itanhaen, preceptor seu amigo frei Pedro de Santa Mariana, bispo de Anemúlia, mordomo seu amigo Paulo Barbosa. Os Andradas odiavam-no (7).

Apesar do que escrevera à margem da "Biografia do Conselheiro Furtado", estando presente à leitura, no Instituto Histórico, da "Memória" de Tristão de Alencar Araripe sobre a Maioridade, D. Pedro II declarou que "não se recordava de ter sido jamais procurado por pessoa alguma do paço para enunciar-se acerca da projetada declaração da Maioridade (8)." Lapso verdadeiramente espantoso em quem, como o Imperador, possuía admirável memória, capaz de guardar o nome de pessoas remotas que lhe eram apresentadas pela primeira vez. Anos após, se as encontrava, os repetia. A famosa memória dos Bourbons, cujo sangue lhe vinha da avó paterna, de Espanha.

A Maioridade não foi unicamente produto da vontade do órfão imperial, nem da camarilha palaciana, nem destes ou daqueles, destas ou daquelas forças; mas uma resultante de vários fatores. Lançada a idéia, quando mais convulsos e perigosos eram os estertores da Regência, sua elaboração se produziu em duas faces: a dos atos secretos e a dos fatos notórios (9). Os moderados ou conservadores achavam-se no poder. Os liberais estavam de baixo. Estes queriam subir, derrubando aqueles. Tamanha paixão partidária os cegava que se mostravam os mais entusiasmados e estrênuos defensores do princípio monárquico, quando sua doutrina política era a que mais dele se afastava, beirando a república, e quando condenavam sem remissão as doutrinas que bebiam, mais do que quaisquer outros, no seio das maçonarias e das buchas. Atitude **paradoxal** dos políticos demo-

liberais de todos os tempos. No seu artigo 121, a Constituição (e estava-se em cheio no período áureo das Cartas, cujo respeito feiticista era pregado no mundo inteiro pelo maçonismo) declarava textual e clarissimamente: "O Imperador é menor até a idade de dezoito anos completos." Os conservadores desejavam a antecipação da Maiorida-

D. Pedro II, imperador do Brasil em 1840

de, mas sem ferir de face o texto constitucional, por meio de uma reforma em regra do mesmo texto. Os liberais queriam-na mais depressa, apelando para o golpe de Estado. "A situação era **violentíssima** — escreve Cristiano Ottoni; os liberais estavam fora da lei, e

como recurso a Maioridade do Imperador se tornou popularíssima." Acrescenta que era uma **aberração**, mas necessária...

Ao princípio, as forças secretas quiseram impedir a formação dessa onda de opinião pública. Convinha-lhes prosseguir a obra de esfacelamento nacional, tão bem conduzida na Regência, desde a abdicação. Mas as correntes em contrário eram fortes. Não convinha muito contrariá-las de frente. Todavia, ainda lutaram um pouco antes de engrossá-las e tomar-lhes o comando, dirigi-las de dentro, como é da sua técnica. Já em maio de 1839, a "Aurora Fluminense", órgão maçonizadíssimo, acusava Bernardo de Vasconcelos de tramar o fim da Regência com a Maioridade. Era o que se chama hoje um **despistamento**, pois os fatos mostram que todos podiam tramar isso, menos Bernardo de Vasconcelos. Enquanto isso, a "Sentinela do Serro", órgão super-maçônico dos Ottoni, que se publicava na Vila do Príncipe, batia-se por uma Regência composta pelo maçon Bráulio Muniz, o bucheiro Nicolau Vergueiro e o revolucionário contumaz Pais de Andrade...

Bernardo Pereira de Vasconcellos

Estas e outras acusações mostravam que os olhos maçônicos estavam vigilantes. A Nação anarquizada, ensangüentada, enxovalhada exigia naturalmente uma centralização de poder, uma autoridade coordenadora de esforços e só via isso no pequenino soberano. Então, compreendendo a força desse anseio nacional, a maçonaria ia

canalizá-lo em proveito próprio, tomando nas mãos o estandarte da Maioridade e batendo-se por ele. Poria, ao mesmo tempo, os liberais que estavam de baixo em cima... A mesma técnica de 1930, noventa anos depois, quando um político maçon e bucheiro da República pronunciou a frase célebre: "Façamos a revolução antes que o povo a faça." Tática absolutamente judaica. Mas o triunfo saiu às avessas tanto em 1840 como em 1930. O Imperador menino não se sujeitou a ser um títere maçônico e o Presidente revolucionário engoliu o fabricante da revolução...

A acusação da "Aurora Fluminense" em maio de 1839 podia não estar certa quanto a Bernardo de Vasconcelos; mas estava quanto ao fato em si, porquanto, em abril daquele ano, **José Martiniano de Alencar, recenchegado do Ceará**, começava a organizar uma sociedade maiorista, Clube da Maioridade ou Sociedade Promotora da Maioridade, com Antonio Carlos, Martim Francisco, o padre Peixoto de Alencar, José Mariano, Costa Ferreira, Holanda Cavalcanti, Paula Cavalcanti, Manuel de Carvalho Pais de Andrade, todos maçons, bucheiros, areopagitas, republicanos, revolucionários. Antonio Carlos era o presidente. Agregaram-se mais tarde a este grupo inicial outros membros das mesmas organizações secretas: Teófilo Ottoni, José Antônio Marinho, Pinto Coelho, Gê Acaiaba de Montezuma e o visconde de Abaeté. A ligação da sociedade com o paço se fazia por intermédio de José Feliciano Pinto Coelho, depois barão de Cocais, maçon, que tinha entendimentos com o marquês de Itanhaen, seu parente e amigo do peito, tutor do monarca (10).

Discutiam-se os meios, o **modus faciendi**, para obter a almejada Maioridade. Chegou-se a pensar em declarar o Regente ilegítimo, por caber legitimamente a Regência à princesa D. Januária, então com dezoito anos de idade. Mas, em verdade, isto não resolvia o caso político. O "órfão nacional" é que precisava ser maior. **As forças ocultas, segundo a sua diabólica técnica, não costumam contrariar certas correntes fortes da opinião: manobram-nas**. Iam fazer a Maioridade, obter com isso a gratidão do jovem imperante e tratar de conduzi-lo através da política do liberalismo parlamentar. "O liberalismo era novidade, e novidade importada, em cujas virtudes acreditavam, qualquer que fosse a **nuança*** de que se colorissem, conforme o temperamento individual, um Evaristo, um Feijó ou um Vasconcelos (11)." Todos eram liberais, tanto os que se diziam liberais como os que se titulavam conservadores; a Revolução Francesa envenenara com seus **imortais princípios** aquelas gerações. Nem os homens públicos, nem o povo compreenderiam por que e para que o liberalis-

mo cria partidos e mata as tradições nacionais. Ninguém entenderia naquele tempo o profundo sentido de uma frase como esta: "Pela tradição, que é o espírito da Pátria e é a Continuidade prolífera. Contra o Liberalismo, que é o espírito de Partidos e é a instabilidade infrutuosa (12)."

Judaísmo e maçonaria atuavam sob a máscara do liberalismo. Viviam a tripa forra da democracia-liberal, que é "um despotismo mal organizado", no qual "o rebanho conduz o pastor (13)." As correntes liberais, pois, confluíram para a Maioridade. Abandonada por inoperante a solução da princesa Januária, o grupo de Alencar apresentou ao Senado, com as assinaturas deste, de Paula Cavalcanti, de Firmino de Melo e de Costa Ferreira, pela palavra de Holanda Cavalcanti, dois projetos de lei: um declarando o Imperador maior; o outro criando o Conselho Privado da Coroa. Dava-se a Maioridade fiscalizada. Em 1842, um dos pretextos da revolta maçônica era a criação do Conselho de Estado. Conselho, sim, mas para eles. É preciso não esquecer que os propugnadores maçons ou bucheiros da emancipação de D. Pedro II haviam surgido quase ao mesmo tempo que a idéia de uma **ditadura legal**, levada à Câmara em agosto de 1839 pelo deputado Barreto Pedroso. Essa ditadura não seria absolutamente do agrado das forças secretas. O malestar nacional exigia remédio enérgico e urgente. Ou vinha a ditadura ou vinha a Maioridade. Dos males o menor. Elas aliaram-se à Maioridade. Bem sentiu isso Melo Matos ao escrever que, para muita gente, a Maioridade não passava de simples pretexto para assaltar o poder com seu mesquinho egoísmo (14). Os partidos políticos porfiavam em "abrir um largo crédito na gratidão do menino que subiria ao trono (15)."

Os dois projetos lidos no Senado no meio do mais profundo silêncio, na sessão de 13 de maio de 1840, figuraram na ordem do dia da de 20 do mesmo mês. Houve idêntico silêncio. Somente o marquês de Paranaguá, deixando a presidência, foi à tribuna e defendeu as medidas. Passou-se logo à votação: 18 votos contra; 16 a favor. A silenciosa rejeição demonstra que existia uma corrente política antimaiorista. Ela polarizava-se em torno de um grande lutador da arena parlamentar: Bernardo Pereira de Vasconcelos. Esse homem é um mistério no evento da Maioridade. "Ante-mural da onda maiorista", no dizer do seu biógrafo, participou do silêncio geral do dia da apresentação dos projetos e não compareceu à sessão em que foram rejeitados.

Por quê?

Otávio Tarquínio de Souza dá esta explicação: "Parece certo que houve de sua parte hesitação a respeito, sobretudo quanto ao momento da declaração. Na sessão de 21 de junho, Vasconcelos entendia que a Maioridade seria o remédio dos males que atormentavam o país, mas no tempo marcado pela Constituição; a 8 de julho, declarava que ainda não tinha tomado uma resolução definitiva; e dias depois, nas vésperas do golpe de Estado, queria a Maioridade, desde já, mas acima dos partidos, não ficando o Imperador a dever nada a um ou outro, queria-a como uma necessidade do país e só a admitia por um golpe de Estado, se tivesse a aceitação da Nação. Julgava, porém, indispensável que se criasse antes um Conselho de Estado, se fizesse a reforma dos códigos, se implantasse a disciplina no Exército, se reformasse a administração da Fazenda. "Voto contra a Maioridade sem garantias para o trono e para o país. Sem estas garantias, eu hei de opor-me à Maioridade enquanto tiver voz... Falarei 600 mil vezes... E não receio o desagrado do Imperador, não receio a indisposição imperial. Quero incorrer nela, se ela pode dar-se, para salvar o Imperador e as liberdades do meu país." Depois deste discurso, os oposicionistas da Maioridade já sabiam onde buscar o homem que não receava desagradar o Imperador (16)."

Pelo que se vê, Bernardo de Vasconcelos hesitou antes de tomar uma atitude firme. Analisando seu papel na questão da Maioridade, tem-se a impressão de que ele contrariava fundamente a corrente maiorista, sobretudo a ala maçônica, e até outras correntes políticas. Tanto assim que o golpe de Estado da Maioridade como que foi apressado para evitar sua permanência no poder. As medidas que ele desejava fossem tomadas antes de se tornar o Imperador maior eram patrióticas e lógicas. Elas visavam a criação de um escol político-jurídico-administrativo, de uma hierarquia necessária num país onde a anarquia tumultuária das facções tudo havia destruído, fazendo tábua rasa de todos os valores (17).

O papel de ante-mural do movimento da Maioridade era antipático. O maçonismo lançara pela sua imprensa a propaganda desse meio de salvação nacional. Bernardo de Vasconcelos arcou com essa antipatia. Daí aquela indignação contra ele, testemunhada pelo reverendo Kidder (18).

À frente do movimento maiorista estavam notoriamente **os Andradas e seus amigos**, isto é, de mãos dadas, judaísmo, maçonaria e **bucha**. Um Andrada, o esguio e ambicioso Antonio Carlos, presidia o Clube da Maioridade. Outro era o **fac-totum** no parlamento: Martim Francisco. Quando o Senado rejeitou os projetos e se cuidou de

preparar o golpe de Estado com o devido assentimento do órfão imperial, a missiva que lhe enviaram foi deste modo formulada: "**Os Andradas e seus amigos** (19) desejam fazer decretar pelo corpo legislativo a maioridade de Vossa Majestade Imperial; mas nada iniciarão sem o consentimento de Vossa Majestade." A resposta que veio rezava assim: "Quero e estimo muito que esse negócio seja realizado pelos **Andradas e seus amigos** (20)." Serviu de leva e traz o gentil homem Bento Antonio Vahia. Comprovam estes fatos o testemunho de Teófilo Ottoni e as próprias atas do Clube da Maioridade (21).

Não se pode afirmar que Bernardo de Vasconcelos fosse maçon. Seu nome não aparece nas listas dos pedreiros livres notórios. Em toda a sua vida, somente pudemos apanhar uma ligação suspeita: a intimidade com **o banqueiro judeu Samuel Philipps, que D. Pedro I deixara como procurador no Brasil** (22). Essa intimidade deu na vista. "Falou-se muito em um pagamento mandado fazer por Vasconcelos, quando ministro da Fazenda, ao agente da colonização Gachet; e murmurou-se que não tinha escrúpulo de ser amigo íntimo do judeu Samuel (Josué Samuel ou Samuel Philipps), o banqueiro intermediário das remessas de dinheiro para Londres; de ser amigo ao ponto de servir-se da carruagem do judeu... (23)." Do caso Gachet, Bernardo de Vasconcelos defendeu-se com vigor em artigo do "O sete de abril" de 13 de dezembro de 1834. O semita, naturalmente, se infiltrava na intimidade do grande homem público, que tinha negócios particulares, como se sabe, desprevenido do perigo judaico, para usar e abusar disso a seu talante.

A casa bancária de Samuel & Philipps emprestara ao Governo Brasileiro, em favereiro de 1839, a quantia de £ 312.500 a tipo 76, um roubo, juros de 5% e prazo de 30 anos. Recebemos dessa soma, graças ao tipo e às comissões, £ 237.500 e pagamos, com o tempo, £ 503.000. Foram três mil e seiscentos e tantos contos, ao câmbio da época, que nos custaram cerca de dez mil. "Era regente do Império Pedro de Araujo Lima e ministro da Fazenda Miguel Calmon du Pin e Almeida, depois marquês de Abrantes. Havia déficits em três orçamentos: Fazenda, Marinha e Guerra (24)."

A não ser isso, Vasconcelos parecia sem ligações com forças ocultas. Diziam-no até inimigo dos ingleses, contrário à atuação da Grã-Bretanha na questão do tráfico de escravos. Condenara a venda de vinte milhões de diamantes aos judeus ingleses e a cessão gratuita a estrangeiros das terras do rio Doce, com suas minas, insurgindo-se veementemente no Conselho Provincial de Minas Gerais, conforme o

testemunho de Teófilo Ottoni. O reverendo Walsh, que escreveu sobre o que viu no Brasil do Primeiro Reinado, atesta isso (25). Em 1826, combatia as idéias abolicionistas que já tinham à frente homens ligados às sociedades secretas como Vergueiro. Considerava a escravidão necessidade imperiosa ao desenvolvimento do país e não cerrava fileiras com os que a contrariavam sob a capa de ideologias humanitárias, disfarce dos fins político-econômicos que o judaismo internacional **colimava,*** manobrando seu preposto, o Governo Inglês.

Formado em Coimbra, liberal como os homens de seu tempo, parlamentar realista, objetivo, prático, **pragmático**, moldara seu espírito nas doutrinas correntes no século XIX. Naturalmente se batia por elas; mas a maneira independente por que o fazia não parece demonstrar laços com os manejos ocultos. Talvez tivesse pertencido, como Gê Acaiaba, à Gruta ou à Jardineira, que eram as **buchas** da tradicional universidade portuguesa. Nenhum vestígio, porém, se encontra disso na documentação de sua vida.

Aliás, é curiosa e significativa a antipatia que o cerca, o vigor com que o combatem e a oposição que lhe fazem. Sobretudo os cornacas do maçonismo. Antônio Carlos em 1832. Feijó em 1837. Na questão do elemento servil, tem de defender-se palmo a palmo contra grupos de opositores. Na pasta da fazenda, em 1832, atacam-no desabridamente. Na revolução da Maioridade tem-se a impressão de que as forças ocultas a apressaram com medo dele... Medo sobretudo que sucedesse, naturalmente, na Regência, a Araújo Lima...

O Menino Imperial estava de mãos dadas com os conspiradores. Chegava ao ponto de disfarçar seus cochichos com os deputados maioristas, logo que alguém se aproximava. **Os Andradas e seus amigos** trabalhavam de acordo com D. Pedro II. A obra era realizada em absoluto segredo maçônico, exigido em juramento especial pelo Clube da Maioridade (26). A rejeição do projeto no Senado levara os maioristas, numa reunião em casa de Firmino de Melo, à resolução de, por todos os modos, **excitar o público** em prol da medida. Chama-se a isso hoje criar um clima revolucionário. Lançou-se a idéia na Câmara, num discurso de Álvares Machado, esperando-se e observando-se as reações que provocava. Davam-se vivas frenéticos à Maioridade onde quer que Sua Majestade aparecesse. Gatafunhavam-se nas paredes quadrinhas fáceis de decorar, como as de certos anúncios atuais, sobre D. Pedro II maior. Espalhavam-se boletins e panfletos. Propaganda organizada.

Quando se discutia o assunto na Câmara, as galerias se enchiam com uma claque de figuras sinistras, fingindo de povo. A mesma patuléia das desordens de 1831, 1832 e 1833 (27). Muitos rostos ostentavam cicatrizes ganhas na célebre Noite das Garrafadas. Em todas as épocas, em todos os países e em todas as ocasiões necessárias, essa mesma canalha das ruas aparece. É ela que passa pelo povo soberano. Poderia ser com a máxima propriedade etiquetada com a rubrica de **povo maçônico**...

Para o velho maçon José Clemente, corifeu de conjuras, o golpe revolucionário era inevitável. Ele conhecia, de longe, pelo cheiro, a preparação do clima. O governo regencial advertido, estava alerta; mas era indeciso, fraco e também minado pela maçonaria. José Clemente contrariava-o. Não se sabe bem porque ele estava no **index** dos liberais maçons, como se depreende do que escreveu à pg. 11 da "Biografia de Teófilo Ottoni", seu irmão Cristiano Ottoni.

Na sessão da Câmara de 20 de julho de 1840, Limpo de Abreu, que era maçon, mas não dos mais graduados e ao par dos segredos da seita, conforme confessou, penitenciando-se, no Conselho de Estado, ao tempo da Questão Religiosa, como veremos oportunamente, **propôs** a nomeação de uma comissão para indicar com urgência o melhor meio de dar maioridade ao órfão imperial. Mais realista do que o rei, Rocha Galvão pediu a decretação da Maioridade por aclamação da assembléia. A maioria dos deputados, embora não muito grande, era contrária ao que se projetava de afogadilho.

Além da proposta de Limpo de Abreu, havia sobre a mesa dois projetos de Martim Francisco: um convidando o Senado para deliberar juntamente com a Câmara; outro declarando a Maioridade desde já. E ainda um de Antonio Carlos neste sentido. Era um verdadeiro bombardeio de proposições maioristas.

Para o projeto de Antônio Carlos se requereu urgência na sessão de 21 de julho, no meio de discursos inflamados. O parecer da comissão especial instituído por Limpo de Abreu, verdadeiro recurso protelatório, não impediu a votação da urgência. Venciam os maioristas decididos. O Regente Araujo Lima era homem de meias medidas. Seu ministério, cuja figura principal era Paulino Soares de Souza, não se recomendava pela energia nas decisões. "A conjuração estava triunfante: lograra naquele dia maioria da Câmara, a opinião popular **habilmente** explorada simpatizava com o plano e já o ruído das armas denunciava que chegara aos quartéis a trama maiorista (28)." Era preciso enfrentar os acontecimentos e, se não impedir a maioridade, adiá-la. O Areópago do Primeiro Reinado, o maçonismo-bucheiro da

Independência e da Abdicação, as velhas Academias Secretas de Pernambuco colonial, venciam outra vez uma partida, tendo à frente, como múmia rediviva dos conciliábulos da Guarda Velha, o mesmo Antônio Carlos de todos os tempos, cujo nome se destinou no Brasil à trama de revoluções impatrióticas visando o interesse pessoal aliado ao das forças ocultas...

O Governo lembrou-se, na dura emergência, de Bernardo de Vasconcelos. Araújo Lima mandou José Joaquim Rodrigues Torres, o futuro visconde de Itaboraí, buscá-lo em casa altas horas da noite de 21 para 22 de julho de 1840. Oferecia-lhe a direção política do Governo da Regência na pasta do Império. Em vista do perigo que corria o trono, ameaçado, na opinião dos prudentes que ainda não conheciam o estofo de que era feito D. Pedro II, de cair nas mãos dos **Andradas e seus amigos**, Bernardo de Vasconcelos, conforme confessa na sua "Exposição", não **hesitou** um instante. Aceitou a pasta e propôs de entrada a medida drástica para acabar com a agitação: o adiamento da Assembléia.

O decreto respectivo foi expedido e o mancebo imperial acolheu amavelmente o Regente, quando lho foi comunicar, assentindo em tudo. Por trás, porém, recebia uma deputação dos parlamentares maioristas e dava-lhe sem restrições o seu apoio. A resolução de Bernardo de Vasconcelos estourou como uma bomba nos arraiais maçônicos. Os ânimos se inflamaram com aquela surpresa ministerial. Bastava pronunciar o nome do novo ministro na Câmara para que os deputados se **exacerbassem**.* Gritavam possessos no recinto: — "Calúnia! Traição! Governo conspirador!" (29). O **povo maçônico** alvorotava-se em berreiros e capoeiragens. Que desaforo! Adiar uma assembléia já preparada para um resultado político certo...

Os Andradas e seus amigos compreenderam logo que não era possível a menor indecisão em face daquela medida governamental. Se perdessem um momento, perderiam a partida, porque o novo ministro do Império era homem de saber, de vontade e não escravizado, pelo menos de todo, às lojas. Daí o **grito teatral** de Antonio Carlos: — "Quem é patriota e brasileiro siga comigo para o Senado!" Sentira a Câmara inclinada a aceitar sem luta o seu adiamento. Ia procurar apoio nos Pais Conscritos, vitalícios, solenes, indissolúveis. Grupos de deputados e magotes da claque maçônica invadiram, vociferando, o velho paço do conde dos Arcos. Os conjurados agiam sentindo-se apoiados na sombra pelo Imperador Menino, pelo comando das armas, pela Academia Militar e pela Guarda Nacional. Tinham muitos trunfos na mão...

A reunião parlamentar mista no Senado foi tumultuosa. Partiu para São **Cristovam** uma comissão verdadeiramente maçônica, parecendo escolhida a dedo pelo Grande Oriente, toda a velha guarda do Bode Preto: Lage, Vergueiro, Alencar, Paula Cavalcanti, Holanda Cavalcanti, Antônio Carlos, Martim Francisco, Gê Acaiaba de Montezuma. Afinal, nada mais, nada menos do que ainda e sempre **os Andradas e seus amigos...** Foi precedida e anunciada pelo médico J. C. Soares de Meireles. Curva-se reverente diante do rapazelho aprumado no seu dourado fardão de almirante. Fala Antônio Carlos, despejando os chavões maçônicos: as entranhas dilaceradas da mãe-pátria, a salvação do trono, a liberdade dos povos, a vontade popular tendo força de lei, os direitos do homem. Implorou pro-fórmula aquilo que já sabia que o jovem queria e já: a aceitação imediata da coroa.

Enquanto Sua Majestade **ia refletir** sobre o que devia responder, como se desde três meses não estivesse comprometido com aqueles homens, chegavam ao paço o Regente e o Ministério. Vinham comunicar-lhe que o adiamento da assembléia visava o preparo solene da aclamação no próximo dia 2 de dezembro, seu aniversário natalício; mas, como se estava dando aquela agitação parlamentar e popular, desejavam saber se Sua Majestade queria ser aclamado naquela data ou já. O Governo cedia ao empuxe dos acontecimentos. O Menino Imperial, que sabia estar a outra comissão, a dos parlamentares maçônicos, à espera de resposta noutra sala, que conhecia a disposição das tropas e que certamente recebia os conselhos de Aureliano Coutinho, decidiu com a maior calma deste mundo:

— Quero já!

E ordenou ao Regente, como se já imperasse, livre de tutelas:

— Convoque as Câmaras para amanhã.

A vontade do rapazinho de menos de quinze anos, graças à atuação das forças secretas iludidas com o pensamento de o irem manejar a seu talante como um bonequinho fardado, graças ainda ao medo da energia e das manobras de Bernardo de Vasconcelos, o que apressou a eclosão do golpe, prevalecia, assim, contra o texto claríssimo do artigo 121 da Constituição do Império e contra a investidura legal do Regente. Diante da Manifestação categórica dessa vontade, Bernardo de Vasconcelos pediu demissão, logo após **referendar*** o decreto de convocação das Câmaras. Mesmo depois disso, o maçonismo suspeitava que maquinasse resistências. O ministro declarava ceder para não levar o país à revolução. A maçonaria, contudo, assoalhava pela boca de seus tribunos que ele veria derramar o sangue brasileiro com um sorriso nos lábios. Qualificava-o com os

mais torpes epítetos. E Antônio Carlos, furioso, espumante, esquecido de que Bernardo de Vasconcelos era um tabético, indefeso, ou por isso mesmo, ameaçava-o fisicamente. Havia muita inveja e profundo ódio contra o homem para quem a Regência apelara nos últimos estertores da agonia.

Bernardo de Vasconcelos foi ministro somente durante nove horas. Os Andradas e seus amigos não o deixaram esquentar o lugar. Mas aquele menino que, **hipocritamente**, eles aclamavam como o único remédio aos males do país, segundo observava Teófilo Ottoni, o esquentaria por meio século, sendo preciso longo e pertinaz trabalho das forças ocultas para arrancá-lo do trono. Eles pagariam caro o seu engano. Os ossos dos **Andradas e seus amigos** branquejariam esquecidos no fundo dos sepulcros quando as forças de que foram servidores conseguiram derrubar o encanecido sr. D. Pedro II. O Imperador foi mesmo o salutar remédio, que eles apregoavam, mas, no fundo, não esperavam, nem queriam. A comédia político-maçônica da Maioridade prenunciava a grande época da Paz Imperial.

No dia 23 de julho de 1840, o jovem soberano jurou observar e fazer observar a Constituição que ele próprio rasgara no artigo 121. Era natural que desde já se hipertrofiasse seu Poder, embora alcunhado formalisticamente de Moderador, porque: "Desenganem-se os monarcas, se eles querem a conservação do Trono, não queiram Carta, e, se querem Carta, não terão segura nem a majestade nem a existência do Trono. Carta, nem serve ao Rei, nem serve aos Povos; nem serve ao Rei, porque é fazer de um soberano um fantasma de poder, coartando-lhe, ou extinguindo-lhe todos; não serve aos Povos, porque em lugar de extinguir a Tirania (como prometem os Revolucionários) multiplica os Tiranos (30)." A mesma lição aqui presente acrescenta que "a divisão de poderes é o sepulcro da soberania." "Nunca o Povo se diz Soberano — doutrina Frei São Boaventura — (31) para outro fim do que para cair nas mãos de um punhado de aventureiros, que destarte lhe fazem a boca doce enquanto bem a salvo, e a despeito da moral cristã, e dos princípios mais vulgares da decência, vão enchendo a bolsa."

D. João VI, com sua rematada finura, adivinhara o punhado de aventureiros e aconselhara ao filho estouvado que tomasse a coroa antes que eles dela se apoderassem. Eles entraram em cena na Abdicação de 7 de abril de 1831, perturbaram o período regencial e agora queriam dominar outra vez. Mas perderiam também a parada. Como o pai, seguindo a lição do avô, D. Pedro II pôs a coroa na cabeça. A 18 de julho de 1841, **um ano depois do golpe da Maiori-**

dade, seria **sagrado** Imperador do Brasil. Essa sagração implicava sua identificação simbólica com a idéia-mãe da Pátria, porque colocava a pessoa do imperante num plano inviolável, superior, inacessível às maledicências e injúrias, que são o preparo do caminho para o atentado e para o destronamento, como se viu na Abdicação e se verá nos pródromos da proclamação da República. Porque a injúria abate a Majestade até a queda definitiva. "Um rei a quem se ultraja é um rei que se imola (32)."

D. Pedro II ia mostrar aos **Andradas e seus amigos** que se não deixaria imolar senão depois de velho, quase à beira do túmulo. Eles, os fautores da Maioridade, com a mesma hipocrisia com que haviam feito a abdicação, é que seria imolados a breve prazo. O primeiro ato do Imperador Maior desanuvia os espíritos, é um ato de simpatia: anistia geral. O Soberano não queria vingar agravos ao Órfão. Pelo menos com publicidade... O novo ministério constituíra-se a 24 de julho de 1840: Antônio Carlos na pasta do Império; Martim Francisco na da Fazenda; Limpo de Abreu na da Justiça; Holanda Cavalcanti na da Marinha; Paula Cavalcanti na da Guerra; Aureliano Coutinho na de Estrangeiros (33). Salvo o último, na íntegra, **os Andradas e seus amigos...**

Era o grupo que estava de cima. Antnio Carlos dirigia a política. Bernardo de Vasconcelos durara no poder somente nove horas para ser substituído pelo seu inimigo desde 1832. Mas, naquele gabinete andradino, o Imperador metera pessoa sua, do peito, o conselheiro das intimidades palacianas, o engima de Nabuco, Aureliano Coutinho. Teófilo Ottoni denominou-o "princípio dissolvente". Seria o cupim destinado a devastar silenciosamente o prestígio e a força do maçonismo que se julgava vitorioso. Roeria aos poucos todo o miolo daquela moldura dourada. Antônio Carlos permaneceu no governo oito meses. E, depois desse prazo, a Maioridade deixou de ser a dos seus sonhos, apesar dos esforços que fez para se conservar no alto, não recuando diante de nenhuma medida tirânica: derrubadas cruéis de funcionários, perseguições tenazes de adversários, eleições realizadas a cacete e não a votos, como se dizia. Cada liberal — observou admiravelmente um pensador — tem o estofo de um tirano...

A 9 de março de 1841, o ministério todo era despedido. A dissidência começou na questão do Rio Grande do Sul revoltado. O maçonismo-bucheiro iria recorrer às armas para tutelar o monarca. A atitude de Antônio Carlos tornara-se suspeita em relação ao Sul ainda em ebulição carbonária. São Paulo e Minas Gerais foram atirados à revolução, em 1842, sob pretextos fúteis: cumprir a Constituição de-

formada por novas medidas, libertar o Imperador dos áulicos que o rodeavam. Alegações indefensáveis da parte de muitos que haviam rasgado a mesma Constituição, quando da Maioridade, no seu artigo 121, porque isso lhes convinha. A enérgica Representação da Assembléia Provincial de São Paulo intitulava os áulicos "mandões" e "rufiões". Bastava para isso não serem mais dos amigos dos Andradas e da Acácia. Em revide, até honras cortesãs se arrancaram aos Andradas, cassando-se os diplomas de veador e camarista de Antonio Carlos e Martim Francisco. Acontecia-lhes com D. Pedro II o que lhes acontecera com D. Pedro I. A repulsa depois da elevação. Incontestavelmente, no fundo, dominaria Aureliano Coutinho até chegar em 1847 à presidência do Conselho de Ministros.

Bernardo de Vasconcelos, o ministro que durara nove horas e tivera o **condão* de assombrar** à maçonaria, apressando o golpe da Maioridade, viveu até 1857, colaborando eficientemente, no Senado, na conservação e defesa do regime. Quando, por intermédio de Aureliano Coutinho, o Imperador deu o tombo em Antônio Carlos, Bernardo de Vasconcelos apoiou o novo gabinete constituído a 23 de março de 1841 com Araújo Viana na pasta do Império, Paulino de Souza na da Justiça, **Miguel Calmon** na da Fazenda, Paranaguá na da Marinha, José Clemente na da Guerra e ainda Aureliano na de Estrangeiros.

Esse pugilo de conservadores realizou de certo modo, apesar de suas ligações maçônicas, uma obra eficiente e realista, criando o Conselho de Estado, que foi como que uma cúpula do regime, reformando o Código do Processo Criminal e decretando outras medidas patrióticas. Durou até 20 de janeiro de 1843. Ergueu as primeiras muralhas da Paz Imperial sobre os alicerces da Maioridade. A cabeça pensante da nova ordem de coisas era, quase ocultamente, aquele ministro que durara nove horas. "Dele, da sua bagagem de político realista, vieram as grandes medidas conservadoras, sobretudo a lei de 3 de dezembro, que "durante quarenta anos manterá a solidez do Império (34)."

Seu ministério durou nove horas. Sua obra durou meio centenário. As forças ocultas, negativas e destruidoras, são inimigas das obras de duração. Filhas da mentira, vivem do **efêmero.*** Revolucionárias, no dizer do convencional, como o antigo Saturno, devoram os próprios filhos.

Capítulo II

O REI, O VICE-REI, O MÁGICO E OS PATRIARCAS INVISÍVEIS

O ministério liberal-maçônico da Maioridade procurou agüentar-se à custa de mil tranquibérnias políticas, mas caiu fragorosamente. De nada lhe valeu ter mudado quatorze presidentes de província, ter feito o Governo atuar como um verdadeiro diretório de partido e não como órgão político-administrativo superior, ter suspendido às dúzias os juízes de paz, ter admitido em massa os funcionários adversos e ter realizado eleições **a cacete**. "Quem se mete com crianças — disse Antônio Carlos ao irmão, em plena reunião ministerial, ao apresentar a demissão do gabinete, logo aceita — amanhece molhado..."

O menino recebera o poder da mão daquela gente, mas não seria com ela que iria dar solidez ao Império. Sua Majestade arranjou outra orquestra ministerial, o gabinete de 23 de março de 1841, composto da nata conservadora, gente capaz e com certa unidade de vistas: o marquês de Paranaguá, o futuro marquês de Abrantes, os futuros viscondes de Sapucaí e do Uruguai, o velho José Clemente, e ainda e sempre o futuro visconde de Sepetiba, como pessoa de casa. Havia entre eles maçons, porém menos ardorosos, menos comprometidos, mais livres do que **os Andradas e seus amigos**. José Clemente, com a idade, já não era o mesmo freqüentador assíduo das lojas. Taxavam-no até de absolutista. Miguel Calmon, católico praticante, com capela em casa, era um maçon tão cego e pouco disposto a certas coisas que, sendo anos mais tarde chefe da maçonaria brasileira, foi necessário provocar nela a cisão de Saldanha Marinho, a fim do Grande Oriente poder agir no sentido que entendia. Os novos ministros tinham prática da administração. Iam realizar a obra de seu colaborador máximo, embora excluído do Governo pela inimizade pessoal de Aureliano Coutinho ou pela ronha do mancebo imperial. Esse colaborador máximo era Bernardo de Vasconcelos, o ministro das nove horas. "O primeiro ato do Poder Moderador depois da

Maioridade foi uma extensão abusiva de suas atribuições, que enfraquecendo o ministério liberal precipitou a volta dos homens das leis fortes." Causou grande irritação o malogro dessas esperanças liberais (1).

A Paz Imperial iria solidificar-se nas medidas por que Bernardo de Vasconcelos se batera, sempre preconizara e o ministério conservador realizaria patrioticamente: as leis de 23 de novembro e 3 de dezembro de 1841. Ele era um dos "homens das leis fortes". A primeira restabelecia o Conselho de Estado suprimido pelo Ato Adicional; a segunda reformava o Código do Processo de 1832. Uma dava à Coroa o apoio das luzes de varões ilustres e assentava uma cúpula magnífica sobre o edifício imperial. A vitaliciedade dos conselheiros era um penhor de tradição, independência e continuidade proveitosa. A outra armava o Governo contra a anarquia, encouraçando-o e pondo-lhe uma espada na mão. "Só o romantismo jurídico negará que a lei de 3 de dezembro de 1841, dando ao Império uma armadura que o defendeu durante quase meio século contra os ataques de toda a espécie, foi sem contestação um expediente genial (2)." Por isso a gritaria maçônica contra ela foi de ensurdecer...

Os Andradas e seus amigos, apeados do poder e **decepcionados** com a atitude do menino que os **molhara**, apelaram para a revolução. Os discursos de Antônio Carlos, depõe Pinto Junior, arrancavam lágrimas aos auditórios. Contavam para isso com o governo provincial de São Paulo. Daí o ódio quando o mudaram. Se o maçonismo-bucheiro não conseguisse o poder pelas armas, lá se ia de águas abaixo o longo trabalho de desagregação liberal do Brasil. E a reação armada contra o que os jornais liberais maçonizados chamavam **o regresso** viria de Piratininga, foco da Bucha, das montanhas mineiras, foco da maçonaria. A revolução de 1842 foi a primeira onda lançada pelas forças ocultas contra as muralhas do Segundo Reinado. Ligava-se, como se verá, à onda **carbonária*** dos Farrapos que fervia no Sul. O que mais irritara os maçons destituídos do poder fôra a reforma do Código do Processo. Não se podiam resignar a admitir essa verdadeira Lei de Segurança do Império. O Código do Processo Criminal de 1832, que sucedera às velhas Ordenações do Reino, era o tipo acabado da lei liberal-maçônica que desarma o Estado em face dos elementos **perturbadores**. Judicatura de Paz eletiva com atribuições policiais e judiciárias. Justiça criminal resultante do sufrágio popular. Fragmentação da autoridade enfraquecida por depender do voto. O Governo sem sombra de controle ou força sobre essa justiça.

O estado de desordem permanente do período regencial se devia em boa parte a semelhante código.

A reforma de 3 de dezembro de 1841 reagia contra esse afrouxamento da **disciplina social** e vinha defender o princípio da autoridade. Desde 1839, Bernardo de Vasconcelos a propusera ao Senado. Promulgada, foi medonha a gritaria liberal. As duas grandes províncias do centro-sul correram às armas, proclamando em seus manifestos que se insurgiam pela Constituição contra as leis que a violavam, a do Conselho de Estado e a da reforma do Código do Processo. Bucha e maçonaria sabiam que com tais leis, sobretudo com a última, o regime se estabilizaria, como se estabilizou, por meio século. E, naturalmente, "o homem visado acima de todos pela revolução liberal de 1842 foi, pois, Bernardo de Vasconcelos e o que se pretendeu foi destruir a sua obra, reputada funesta, perniciosa, atentatória de todas as liberdades... (3)"

A Câmara dos Deputados eleita para 1842 resultava do cacete dos **Andradas e seus amigos**, não do voto livre, tão apregoado como a essência dos regimes liberais. Tinha de ser contrária ao ministério; mas faltava-lhe a força moral. Dissolveu-se, depois das sessões preparatórias, Recorreu-se a novas eleições que só deram Câmara para o ano de 1843. Essa gota de água fez transbordar o copo cheio.

A maçonaria começou a criar o clima revolucionário. "Uma oposição **sob o manto de partido político** (4), desesperada de impor pelo seu diminuto número suas pretensões ao poder sustentado pela maioria nacional, é que em ilegais comícios agita os ânimos e perturba a paz social (5)." Em primeiro lugar, a ameaça de revolução, a ver se o Imperador cede. A 5 de janeiro de 1842, verdadeira embaixada da Bucha paulista apresenta-se na Corte: o misterioso Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, Iluminado dos templos da Alemanha, amigo e protetor de Júlio Frank, o brigadeiro José Pinto Gavião Peixoto e o coronel Antonio de Souza Queiroz. Traziam **enérgica** representação da Assembléia Provincial de São Paulo, pedindo ao soberano a revogação das novas leis. O ministro Araújo Viana comunicou-lhe que o monarca a não receberia, porque o documento de que era portadora ofendia à Constituição e aos supremos poderes do Estado. Com efeito, estes eram ali tratados de "maneira descomposta e criminosa". A Assembléia paulista, já devidamente enfartada de bucheiros, pois a **fábrica de judeus artificiais** funcionava pelo menos desde 1836, declarava a reforma do Código e o Conselho de Estado contrários à Constituição e opressivos das liberdades públicas. Pedia sua supressão temporária até que nova Câmara revogasse as leis de sua cria-

ção. Usava de expressões deste jaez: "O infame Conselho de Estado, composto de Vasconcelos, Honório e outros que tais (6)." Ao Governo denominava: "Ministério coberto de nódoas (7)." Este, como era natural, barrou o caminho a semelhante embaixada. "Os três chefes liberais, desenganados de poder chegar à presença do soberano e nem sequer vendo recebida por ele a representação de que eram portadores, retornaram imediatamente a São Paulo, onde logo depois estalava a revolução (8)."

Desde a dissolução da Câmara que a conspiração se articulava nos bastidores da Bucha e da maçonaria. São Paulo tomaria a testa do movimento. Minas Gerais segui-lo-ia, impulsionada pelo dínamo maçônico dos Ottoni. O Rio Grande do Sul, ainda em ebulição, servia para que dali se não pudessem retirar os corpos do Exército. Havia probabilidades de adesão do Norte, sobretudo das províncias onde os maçons tinham maior influência: Bahia, Pernambuco, Ceará. Já se desenha aí o triângulo de São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul, armando e desarmando ligas contra o Poder Central, ao sabor de interesses ocultos, que a federação republicana fortaleceu para levar o Brasil às revoluções de 1930 e 1932, com grave prejuízo da unidade nacional. A boataria fervilhava pela cidade. Não se cochichava outra coisa na rua do Ouvidor, centro de elegância, desocupação e comércio. Em casa de certos políticos em evidência, reuniam-se à noite **clubes secretos**. Falava-se de misteriosos conluios de INVISÍVEIS, membros de uma nova sociedade secreta em que tão grande era o segredo que eles se não conheciam entre si. Articulavam-se todos os clubes secretos do Rio, Minas e São Paulo. Os da Corte deviam tentar um rompimento, que seria vitorioso por estar a cidade desguarnecida. A maior parte do Exército combatia nos pampas. O que havia de soldados na capital do Império, inclusive os próprios Permanentes (Corpo de Polícia), seria fatalmente empregado contra os rebeldes paulistas e mineiros. Tudo se combinava em profundo sigilo, segundo opinava a polícia carioca: "Os conspiradores, em um país onde há tantos meios de conspirar para assim dizer publicamente, não têm necessidade de confiar a parte criminosa de seus projetos a papéis que depois lhes possam servir de documentos. Os cúmplices são bastante interessados em guardar o segredo, e acresce que os mais deles só sabem da parte que lhes é encarregada, e muitas vezes só recebem instruções vagas, mesmo sem saberem que servem a um plano concentrado de revolta (9)." A polícia daquele tempo compreendia, assim, admiravelmente a maneira insidiosa e terrível com que obravam as forças ocultas.

O quartel general dos INVISÍVEIS era São Paulo. Supremos diretores da Bucha, intitulavam-se PATRIARCAS INVISÍVEIS. Os Andradas eram **patriarcas** da Nação; a invisibilidade provinha da Bucha, que ninguém suspeitava. No recesso dessa "intimidade", como diz por **eufemismo*** uma testemunha, se assentavam planos e candidaturas políticas e mandava **discricionariamente** o brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, um dos protetores de Júlio Frank, cujo pseudônimo nos altos círculos bucheiros era O REI. Seu imediato, o dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos, lente da Faculdade de Direito, usava o título de VICE-REI (10).

O retrato que nos ficou do VICE-REI mostra uma fisionomia flagrante de cristão-novo. Foi, segundo os contemporâneos, homem de "tumultuosas competições políticas". Exerceu o mandato de deputado. Era orador fluente. Secretariou o governo provincial de São Paulo de agosto de 1840 a partir de 1842, tempo em que preparou a revolução. Um dos PATRIARCAS INVISÍVEIS de maior prestígio. Quando o brigadeiro Tobias foi aclamado presidente em Sorocaba, assumiu a secretaria desse **governo interino**, como se chamava. Vencida a rebeldia, fugiu para Curitiba. Andou longo tempo pelo Sul, disfarçado em tropeiro, enquanto corria o processo contra os revoltosos. Veio entregar-se à prisão na véspera do júri. Sua aparência fleugmática e indolente, encobria atividade tenaz. Seu escritório estava sempre atupido de clientes. Trabalhava gratuitamente para quem lhe não podia pagar. Era natural que gozasse de grande influência (11).

A adesão do Ceará era esperada porque ali os liberais estavam abafados desde o assassínio do major João Facundo de Castro Menezes, seu chefe de maior prestígio, atribuído ao presidente da província general José Joaquim Coelho. Seu parente, um dos grandes intrigantes da política liberal-maçônica local, o dr. José Lourenço de Castro e Silva, tinha ligações com a gente de São Paulo, onde escrevia no jornal "Tibiriçá". O maçonismo liberal fizera desse crime pessoal um crime político e bombardeara o Imperador de representações, desde a da Câmara Municipal e do senador Alencar às do citado dr. José Lourenço e da própria viúva do morto, que era, em verdade, um homem bom e digno de respeito. Contava-se com a Paraíba, porque ali o presidente Pedro Chaves trazia os inimigos políticos num arrocho sem par e usava contra os eleitores liberais da odiosa arma do recrutamento (12). Chamava-se pôr o covado e meio às costas de alguém, por causa da medida de fazenda necessária para uma farda.

Essas províncias estavam em ligação com os INVISÍVEIS, cinco dos quais, na capital do Império, como um verdadeiro Conselho dos Divinos da bucha, tomaram a si a "direção suprema do movimento político". Sua influência penetrara também em Minas. Funcionaram durante longos meses, articulando a conjura. "Cada um desses associados ia formar um novo clube de cinco, e estes, outros, de forma que milhares de associados se entendiam por meio de seus respectivos clubes e chefes parciais, como centros de que recebiam a instrução e ordens, sem que cada um dos revoltosos pudesse conhecer os nomes senão dos cinco membros do seu respectivo clube, o que tornava muito diminuto o comprometimento em caso de traição (13)." Ao que no tempo se chamava clube chamamos hoje célula. Os nomes mudaram. O processo é o mesmo.

A Paulicéia, graças à obra de Vergueiro e Júlio Frank, era um foco de INVISÍVEIS de toda a espécie e feitio. Havia entre eles até republicanos, já naquela época organizados e dirigidos em sociedades secretas, dos quais fôra chefe prestigioso na mocidade Paulino José Soares de Souza, mais tarde conselheiro de Sua Majestade e visconde do Uruguai. O moto desses republicanos traduzia o mais puro maçonismo revolucionário. Fôra o mesmo assoprado na Revolução Francesa aos pedreiros livres pelos iluminados de Weishaupt: MORTE AOS TIRANOS! (14)

Além destes e dos INVISÍVEIS, existia um clube de 170 Exaltados, que queriam a luta a todo o pano. Quando se espalhou a notícia de que marchavam sobre São Paulo forças imperiais de Santa Catarina, eles assaltaram inopinadamente o quartel de 1ª linha e o palácio do governo. O brigadeiro Tobias teve de acalmá-los e de arranjar um armistício, seguindo para Itu por eles haverem inutilizado o movimento na capital, quando Sorocaba já se achava em plena revolução. Antes, por ocasião da posse de Miguel de Souza Melo e Alvim, que substituíra Tobias no governo e se portara com cavalheirismo sem par, por motivo de um alarme devido a um começo de incêndio, tinham saído para as ruas armados de carabinas novas compradas no Rio de Janeiro e enviadas para São Paulo pelo INVISÍVEL Antônio Manuel de Campos Melo (15).

Atuou também como PATRIARCA INVISÍVEL na revolução bucheiro-maçônica de 1842 o professor da Faculdade João da Silva Carrão, que se matriculara no curso jurídico com o nome um tanto suspeito de **Carram**... Foi chefe político de desmarcada influência na província e chegou a senador do Império. Muito esperto, verdadeira raposa, esquivava-se a qualquer posição definida, manobrando com

todos os grupos. Esmagado o movimento, pulou fora e somente se veio descobrir sua dubiedade graças a uma troca casual de endereços: mandava dizer a um o que devia ser dito a outro... Era tal a sua habilidade maquiavélica que o apelidaram O MÁGICO (16).

Outro PATRIARCA INVISÍVEL que se pôs de fora, quando viu as coisas pretas, foi o senador Vergueiro. Isolou-se de Sorocaba, capital revolucionária, a ver em que davam as modas, enfurnado na sua fazenda. Eximiu-se, depois, com solenes protestos a qualquer culpa. Não sabia de nada. Não fôra ouvido nem cheirado. Sua inocência era transparente (17)...

O próprio padre Diogo Antônio Feijó, preso, pode-se dizer, em flagrante, tentou fugir à responsabilidade do levante gorado. Não espanta que os INVISÍVEIS fizessem o mesmo. Queriam salvar a pele para outras tentativas. Alegou que se encontrava em Campinas e que seguiu para Sorocaba depois de saber da aclamação de Tobias. Deliberara, então, ajudá-lo. Mas diversas testemunhas asseguravam que, a pretexto de consultar um médico, o antigo regente fôra antes àquela localidade concertar os planos revolucionários. Na verdade, estava muito doente, quase paralítico. Apesar desse testemunho, negou tivesse havido rebelião e que fosse um dos cabeças. Mais hábil ou menos comprometido, Vergueiro, processado juntamente com o padre, foi reconhecido sem culpa no mesmo parecer do Senado que declarava líquida a prova contra Feijó (18).

A revolução de 1842 foi **constitucionalista** como a de 1932. Noventa anos depois, repetiram-se quase identicamente as mesmas coisas. Rafael Tobias denominava a tropa rebelde "força da Constituição" (19). Era o Exército Constitucionalista. Pela Constituição, em 1842, por uma Constituição, em 1932, a Bucha fez duas vezes os paulistas derramarem improficuamente seu nobre sangue com quase um século de permeio. Para a criação do clima revolucionário, explorou-se o bairrismo da população, como se explorou o regionalismo em 1932 e o separatismo, depois. Chamava-se ao governo provincial nomeado pela Coroa "administração tirânica do procônsul" e dizia-se que o poder central queria reduzir São Paulo "ao mísero estado do Ceará e Paraíba" (20). Em 1932, se contaria o apólogo da locomotiva paulista puxando vinte vagões vazios, os restantes Estados. Quase se exigia também do império um **paulista e civil** para governar a província. A 27 de maio, dez dias após a irrupção do movimento, Feijó escrevia no jornal sorocabano "Paulista" que a província havia servido de divertimento ao ministério, que estava sendo governada **por estranhos** (mais um triz e seria **por estrangeiros**...), que isso mostrava

serem os paulistas julgados indignos dos cargos públicos. Para justificar a rebeldia perante a opinião, acrescentava que o povo queria "três objetos idolatrados": a Constituição, o Imperador e o presidente da província, Rafael Tobias de Aguiar. Terminava afirmando que as forças revolucionárias marchavam sobre a capital, a fim de a libertarem do **jugo baiàno** e levar aos pés do trono suas queixas e reivindicações.

Esse **jugo baiano** de 1842 equivale ao repúdio de cabeças-chatas e nortistas pelos constitucionalistas de 1932. Por que **jugo baiano**? Porque o Governo Imperial demitira da presidência o brigadeiro Tobias, O REI DOS PATRIARCAS INVISÍVEIS, substituindo-o, primeiro, pelo presidente Alvim, de ânimo conciliador, depois, pelo baiano Costa Carvalho, barão de Monte Alegre, que perseguia os liberais. Contudo este se achava muito ligado a São Paulo, onde redigira o "Farol Paulistano" (21). Os documentos coevos mostram a província ressentida com o desprezo do governo na "partilha das graças" da Coroação, quando se contemplaram os inimigos de Tobias e "até Vasconcelos recebera a dignitária do Cruzeiro" (22). Vasconcelos continuava a ser a espinha de garganta dos **Andradas e seus amigos**, que teciam intrigas na sombra, por trás do brigadeiro de Feijó e dos outros PATRIARCAS INVISÍVEIS...

A revolução rebentou em Sorocaba no dia 17 de maio. Tobias foi aclamado presidente e Feijó intitulou-se vice-presidente (23). Já desde o dia 10 a situação era ali de franca rebelião, pois nessa data a força policial se opusera em armas à posse das autoridades criadas pela lei de reforma do Código do Processo. Na capital, o presidente Costa Carvalho, instruído do fato, oficiara ao Governo no dia 13, pedindo a remessa de tropas para combater os rebeldes. As providências oficiais não se fizeram esperar: a 19, o general barão de Caxias embarcava para Santos com uma leva de recrutas; a 23, chegava à Paulicéia, organizava-lhe a defesa e preparava a gente que devia marchar para o interior (24).

Aproveitando a indecisão dos rebeldes, que naturalmente esperavam a eclosão dos movimentos articulados pelos INVISÍVEIS no Rio e em Minas, o Pacificador do Império, já instruído pela experiência da Balaiada do valor da celeridade das operações contra-revolucionárias, galgara a serra do Cubatão antes que o adversário a guarnecesse, impedindo o caminho do mar, estabelecera sua linha de cobertura e ocupara a capital, encurralando o grosso dos rebeldes em Sorocaba e separando os outros grupos de Campinas e do Norte. Desde esse momento a revolução estava virtualmente perdida. Os revoltosos de-

viam ter marchado logo sobre São Paulo e ocupado a serra. Assim perderam em 1932, quando se detiveram a meio caminho do Rio de Janeiro, e deram tempo à ditadura de se defender. Toda revolução morre na defensiva.

O primeiro encontro entre imperiais e rebeldes se deu na estrada de Sorocaba, à margem do Jaguaré, no dia 28 de maio. Depois de rápido tiroteio, os últimos retiraram desanimados. Os de Campinas foram batidos em Venda Grande, a 7 de junho. A 20, Caxias entrava em Sorocaba e prendia o padre Feijó. "Na véspera, tinham-se dispersado os insurgentes, fugindo o seu chefe, Rafael Tobias de Aguiar, para o Rio Grande do Sul, onde foi aprisionado cinco meses depois, em Passo Fundo. Restabelecida a ordem nos distritos do Oeste e Norte de São Paulo, Caxias voltou para a capital. A rebelião mantinha ainda alguma força armada nos distritos de Leste, onde se deu, em Silveiras, no dia 12 de julho, o último combate dessa guerra civil (25)."

Voltas que o mundo dá! O antigo comandante dos Permanentes da Corte, braço da legalidade, aprisionando o antigo ministro da Justiça da Regência! "Quem diria — escrevia o velho estadista — que em qualquer tempo o sr. Luiz Alves de Lima seria obrigado a combater o padre Feijó?" Quem diria que o padre Feijó, esteio da ordem, acabaria como revolucionário?!

No Rio de Janeiro, os INVISÍVEIS não conseguiram fazer estalar movimento algum. Mas a maçonaria mineira correra em auxílio da Bucha paulista. O foco dos Ottoni, que seria consultado sobre a pacificação do Rio Grande do Sul por um enviado especial, como se viu na Segunda Parte desta História, tão forte era a sua influência, rebelou a província de Minas Gerais com o mesmo clima e os mesmos pretextos constitucionalistas de São Paulo. O levante se fez com algum atraso, decerto devido a defeitos de articulação decorrentes na maior parte das distâncias e dificuldades de comunicação.

A 10 de junho, quando Caxias marchava sobre Sorocaba, começou a revolução em Barbacena com a aclamação do barão de Cocais para presidente da província. Era aquele Feliciano Pinto Coelho que levava os recados dos maioristas a D. Pedro II por intermédio de seu parente e amigo, o marquês de Itanhaen. O presidente legal, Bernardo Jacinto da Veiga, logo reuniu voluntários e guardas nacionais, a fim de resistir aos rebeldes. Estes diziam em suas proclamações querer libertar o Imperador da coação em que o trazia o ministério conservador, o qual rebaixava o trono e atentava com as leis do Conselho de Estado e da reforma do Código contra a pureza da Constituição. Recuaram, porém, desde o início, diante dos imperiais. A 27 de junho

eram desalojados do Registro do Paraibuna; a 2 de julho eram repelidos em Caeté, a 30 do mesmo mês tinham pela proa o barão de Caxias, que viera de São Paulo comandar as tropas legais e entrara a 6 de agosto em Ouro Preto, obrigando-os, mau grado seu ataque a Queluz, a se retirarem para Sabará, evacuada pela Guarda Nacional da legalidade (26).

O exército dos liberais mineiros numerava uns três mil e trezentos homens com uma peça de artilharia. Comandavam-no Antônio Nunes Galvão, Francisco Joaquim de Alvarenga e Manuel Joaquim de Lemos. Seus inspiradores ficaram ocultos, a bom recato. Tendo deixado Sabará, ocupava a povoação de Santa Luzia do Rio das Velhas, cujas estradas de acesso estavam defendidas por trincheiras cavadas sob a direção de um aventureiro militar germânico, o barão Wiener von Morgenstern, entrado subrepticiamente no país, como de encomenda, que Caxias aprisionaria ali e, anos mais tarde, no Paraguai, após Lomas Valentinas, a serviço de Solano Lopez. Era um servidor internacional das forças invisíveis como os há por toda a parte e em todos os tempos. É digno de nota que, tendo Teófilo e Cristiano Ottoni escrito tantos opúsculos sobre os acontecimentos políticos de que participaram, neles não se encontre a menor referência a Wiener von Morgenstern. Silêncio curioso! O cônego Marinho nele pouco fala, limitando-se a relatar que dirigira em Santa Luzia o tiro da artilharia.

Caxias comandava pouco mais de dois mil homens, na quase totalidade guardas-nacionais, e trazia duas peças. Forçava as marchas para não dar tempo aos contrários de respirar. Dividiu sua gente em três colunas e atacou a povoação por três lados, no dia 20 de agosto de 1842. À frente da do centro, com oitocentos soldados, avançou pela estrada de Sabará, precipitando o assalto com alguma imprudência. A da esquerda, mais fraca, quatrocentos e sessenta homens, investiu pela de Ponte Grande, onde encontrou séria resistência e retirou. A da direita, com oitocentas praças, sob o comando de José Joaquim de Lima e Silva, conde de Tocantins, enquanto ele engajava a fundo o combate, penetrou no povoado pela estrada da Lapa e decidiu a sorte das armas. Os rebeldes dispersaram-se, completamente derrotados. Dez de seus chefes entregaram-se ao general vitorioso (27). Entre eles se achava Teófilo Ottoni.

Desta derrota veio aos liberais a antonomasia de **Luzias**, em contraposição à de **Saquaremas**, dada aos conservadores, porque a vila deste nome, na província Fluminense, era seu inexpugnável baluarte eleitoral. Em setembro, Caxias dava Minas como pacificada. Assim, rapidamente, findara a rebelião bucheira-maçônica contra as

leis que estruturavam solidamente o Império. Aproximava-se a pacificação das coxilhas. A nova ordem ia entrar no seu período construtivo. Mas as forças ocultas ainda tentariam embargar-lhe o passo na revolução praieira de 1848.

Na Corte, a polícia deitara as mãos a alguns dos que se suspeitava andassem tramando nas sombras, **invisivelmente**. Deportara-os em começo de julho para Lisboa, na fragata "Paraguassu". Eram Limpo de Abreu, Sales Torres Homem, França Leite, José Francisco Guimarães, Soares de Meireles e o cônego Leite Bastos. Os verdadeiros PATRIARCAS INVISÍVEIS, como sempre, nada sofreram. Os Andradas, sopradas as labaredas, tinham-se metido nas encolhas.

Três anos mais tarde, quando os liberais no poder quiseram desmontar a máquina eleitoral dos conservadores, sua "grande arma foi a famigerada lei de 3 de dezembro de 1841, a mesma que os fizera pegar em armas em 1842 (28)." Todas as lutas partidárias liberais, tendo por único escopo o eleitoralismo puro, se apresentam com essa insinceridade. Ateiam-nas por trás dos partidos que se odeiam as forças ocultas, às quais pouco importa o sangue que se derrame. Através da tela das sociedades secretas que manejam ardilosamente os políticos, se exerce a vontade do invisível jogador de xadrez para quem a vida dos cristãos vale tanto como uma gota de água. Os cadáveres dos Luzias humildes com suas jaquetas vermelhas como as dos Farrapos (29) lá ficaram estendidos à margem do rio das Velhas, enquanto os verdadeiros autores intelectuais da inglória rebeldia continuavam suas manobras políticas e conquistavam novas posições no malabarismo da vida parlamentar.

A maneira como se criou o clima revolucionário de 1842 em Minas revela a ação nefasta das forças invisíveis. Desde 1833, quando houve uma rebeldia passageira, a província se enchera de sociedades secretas, atuando na política, ora de um lado, ora do outro. Quando os deputados dissolvidos em 1842, regressaram à sua terra natal, acharam os ânimos irritados contra o ministério pela atuação sutil dessas sociedades. "A revolução tornou-se para os espíritos os mais refletidos e prudentes o único meio, bem que desesperado, de que podiam os oprimidos lançar mãos..." Todos gritavam: — Vamos à revolução! Quando chegou a notícia da irrupção do movimento em Sorocaba, foi impossível conter os ânimos e a revolta estourou em Barbacena por ser impossível estalar em Ouro Preto (30).

Pelo meio do caminho, quando sentiam as coisas pretas, muitos dos maçons e até alguns que cheiravam a cristãos-novos, como Narciso Tavares Coimbra e seu irmão, de nome tão diferente! Jacob

Dornelas, apesar dos serviços prestados à revolução, se escafediam com este ou aquele pretexto... (31)

O Decreto nº 342 de 1844, assinado pelo Imperador a 14 de março, concedeu anistia a todos os que tomaram parte na revolução de 1842, em São Paulo e Minas, VISÍVEIS e INVISÍVEIS. Então, Vergueiro, que andara pelo Prata, e Feijó, que estivera desterrado no Espírito Santo, voltaram a São Paulo; os deportados para o estrangeiro regressaram à Pátria; Teófilo retornou à atividade política. Era um maçon antigo e venerável, um Filaleto. Pertencera no Primeiro Reinado à loja dos Amigos-Unidos, fundada em grande parte pelos pedreiros livres portugueses escapos à sanha dos caceteiros de D. Miguel. Deles nascera o famigerado Oriente do Passeio Público, preparador da queda de D. Pedro I. Desde muito jovem, pois, o político mineiro de ascendência italiana vivia na intimidade das organizações secretas. A outro elas não poderiam decerto dar a tarefa que lhe coube em 1842. E a guerra civil dos Farrapos não cessaria sem o seu **placet** (32). Seu irmão, Cristiano, não lhe ficava atrás em ilustração e venerabilidade maçônica. Ele próprio escreve com sua letra miúda e regular: "Minha matrícula de revolucionário (?) teve lugar no fim de 1830, logo depois da partida de Teófilo Ottoni para Minas: tomei o seu lugar na sociedade dos Amigos Unidos, clube político com forma maçônica, que muito concorreu para o movimento de 7 de abril de 1831". Confessa mais que era o secretário da loja e que distribuiu cartuchos no dia da Abdicação ao **povo liberal** (33). Outro eufemismo para designar aquele **povo maçônico** que tão bem conhecemos...

Capítulo III

O RABO DO FOGUETE

O ministério liberal-maçônico que subira ao poder em 1840, levando no seu seio o **princípio dissolvente** que se chamava Aureliano Coutinho, caiu quando procurava amparar os revolucionários farroupilhas. Apesar de, naquela data, não se poder mais esconder que os mesmos se batiam pela separação com a república, Antônio Carlos exprimia-se favoravelmente a seu respeito (1). Não só se exprimia, agia. Impedia sob o pretexto de não irritá-los, a fim de que se rendessem, que se incentivassem as hostilidades. Isso trouxe a dissidência ao gabinete, da qual resultou sua queda.

Governava e comandava no Rio Grande do Sul o general Francisco José de Souza Soares de Andréa, depois barão de Caçapava, que vencera os revolucionários do Pará e de Santa Catarina. Conseguira vantagens apreciáveis na luta, sobretudo porque indultara o bravo caudilho Bento Manuel, que se recolhera à vida privada. Antônio Carlos, como desejando continuasse a guerra civil, principiara a sabotá-lo, chegando ao ponto de suspender a remessa de contingentes militares para o Sul. Foi além. Escreveu **confidencialmente** a Bento Gonçalves. O ministro do Império correspondendo-se em segredo com o chefe de uma rebelião e presidente de uma república separatista!!! Seria muito de admirar, se não se soubesse que ambos eram, em altos graus, irmãos da Acácia, considerando, pois, muitas vezes, acima da Pátria e da Moral, a Fraternidade Maçônica. Esses entendimentos continuariam até abril de 1841, sob o governo provincial de Saturnino de Souza, irmão de Aureliano Coutinho (2).

Em conseqüência de tal correspondência, Antônio Carlos ordenou ao general Andréa suspendesse as operações militares contra os rebeldes, enviando-lhe **instruções reservadas** para se entender com eles. O chefe militar não gostou daquelas ordens governamentais, mas cumpriu-as disciplinarmente. Suas conseqüências só podiam ser o convencimento por parte de Bento Gonçalves da fraqueza ou mes-

mo extenuamento do Governo Imperial, e a recusa de entrar em entendimentos com um intermediário de má vontade, exigindo conversa direta com os altos poderes da Monarquia. Sentindo-se, assim, fortalecido com o apoio ministerial, Bento Gonçalves declarou a Andréa que se comunicaria com Antônio Carlos...

Este mandou ao Rio Grande do Sul seu amigo e confrade das lojas, um dos propugnadores da Maioridade, Álvares Machado, na qualidade de **agente secreto**. Tudo isso é admirável e não se explica sem aquela Fraternidade Maçônica a que nos referimos. Um ministro que acredita **agentes secretos** junto ao chefe duma revolução contra o governo que ele próprio representa! As conferências de Bento Gonçalves e Álvares Machado foram **secretas**. Depois delas, o general Andréa foi demitido de seus cargos e nomeado presidente da província o **agente secreto** dos Andradas...

Teofilo Benedito Ottoni

Como este não fosse militar, de novo se dividiu a autoridade, o que fôra uma das causas principais do prolongamento daquela luta estéril. E assumiu o comando das armas o general João Paulo dos Santos Barreto. Tudo isso arrefeceu o ânimo dos defensores da legalidade, traídos pelos conciliábulos secretos dos sectários de Hiram. Os melhores chefes imperiais retiraram-se desgostosos. O novo general, sob o pretexto de guarnecer as fronteiras, concentrou as forças do Império em São Lourenço, abandonando como de propósito pontos importantes, de modo que os Farrapos, reanimados, passaram logo à ofensiva, obrigando Álvares Machado, apesar do seu maçonismo, a recomeçar as hostilidades.

"De Piratinim transferiram-se os rebeldes para Bagé, São Borja e Alegrete; ocupavam as margens do rio Jacuí e devastavam os territó-

rios adjacentes, desassustados dos legalistas e ufanos com os fatos ocorridos e com as apreensões e inércia do comandante das armas. Conhecedores da topografia da província, de todos os seus desvios, esconderijos, posições estratégicas e rios vadeáveis, não se atreviam a combater em batalha regular e campo raso tropas disciplinadas e fornecidas de todas as armas. Dispersavam-se, porém, em grupos, capitaneados por caudilhos arrojados, e manobravam como os árabes dos desertos argelinos, ou os antigos mouros espanhóis, por meio de algaras repentinas, assaltos inesperados, escaramuças e correrias (3)." Era a guerra de recursos levada à maior perfeição por gente brava, adestrada e endurecida por longos anos de luta constante.

Medalha comemorativa da República de Piratinim, muito usada pelos guascas como distintivo e adorno em cinturões, guaiacas e arreios. Note-se o emblema maçônico das duas mãos que apertam o punho do gladio em cuja ponta repousa o barrete frígio sobre os raios do sol. A comparar com o brasão nacional da República Argentina, à qual a maçonaria impôs o mesmo símbolo.

Derrubado o ministério da Maioridade, malogradas de vez as esperanças do maçonismo liberal exaltado no menino Imperador,que elevara ao trono por uma "aberração imprescindível", como diria Teófilo Ottoni, na vida constitucional do país, subiram ao poder os conservadores, "homens das leis fortes". Logo, Alvares Machado e Santos Barreto foram retirados do Rio Grande do Sul. A influência de Aureliano Coutinho, pessoal, íntima, áulica, impôs novo presidente à província rebelde: seu irmão Saturnino de Souza. Para o comando das armas, um general velho que se não podia contrapor ao mando presidencial, o conde do Rio Pardo. Esse arranjo de família causou o

mesmo mal que causara o maçonismo andradino: a divisão da autoridade em face do adversário impávido e lutador. O ministério acabou tendo de retirar a ambos e de concentrar novamente em mãos de um militar presidência civil e comando das armas. Escolheu-se o general José Maria da Silva Bittencourt.

Não era, porém, o chefe necessário, imprescindível. A revolução paulista-mineira de 1842 revelou este ao Governo Imperial. Tinha sido o braço militar de Feijó, quando ministro da Justiça da Regência. Vencera e pacificara os balaios do Maranhão. Entrara vitorioso em Sorocaba e Santa Luzia. Embainhava a espada invencível com o sorriso do perdão e do esquecimento nos lábios. Era a encarnação do bom senso. Chamava-se Luiz Alves de Lima, então barão de Caxias. A 28 de setembro de 1842, mal voltava de Minas pacificada, nomeavam-no presidente da província do Rio Grande do Sul e comandante das armas. Um mês depois, a 29 de outubro, embarcava para o teatro das operações. No dia 9 de novembro, tomava posse de seus cargos em Porto Alegre.

Tudo ia mudar.

Bastaram dois meses ao novo estratego para preparar-se, reorganizando as tropas, fardando-as, armando-as, municiando-as, convocando os chefes afastados e desgostosos, arranjando cavalhadas, provendo os comandos, pondo termo ao peculato e à dilapidação, aplainando todas as dificuldades à sua retaguarda, a fim de poder investir contra os inimigos que seu magnânimo coração não esquece serem simplesmente irmãos transviados. Inova até a tática da guerra pampeana, preparando e usando pela primeira vez no Brasil e quiçá na América do Sul a **infantaria montada**, de maneira a ter tropa com mobilidade igual à da cavalaria ligeira e com potencial de fogo superior nas guerrilhas (4).

No dia 11 de janeiro de 1843, o barão de Caxias atravessou o rio São Gonçalo em direção a São Lourenço, rompendo a ofensiva contra os republicanos (5). Ia um tanto receoso (6). Mas, desde essa data até o momento da entrega das armas, da pacificação definitiva, não se deteria mais, não deixaria mais os contrários tomarem fôlego, obrigando-os a consecutivas marchas e contramarchas, atirando-lhes em cima colunas volantes e, ao mesmo tempo, usando da política conciliatória fora do campo de batalha.

O tropel dos centauros continua a ressoar pelas coxilhas da fronteira. Gesta heróica! No meio das labaredas desse resto de incêndio carbonário que devora a província, perpassam vultos de epopéia. Entre eles, Canabarro, o incansável vigilante, batendo-se pela Repú-

blica, e o "sigiloso e célere" Moringue, batendo-se pelo Império. O último, Francisco Pedro de Abreu, depois barão de Jacuí, é o pesadelo dos Farrapos, a quem não dá tréguas.

Lavra a inimizade entre os chefes farroupilhas, favorecendo o desenlace da tragédia. Desde 1841, o presidente da efêmera República de Piratinim, Bento Gonçalves, e o vice-presidente, Antônio Paulo ou Paulino da Fontoura, não se toleram (7). Sobre o presidente, dizia o arguto Bento Manuel: "As arbitrariedades de Bento Gonçalves têm desenganado que o tal sistema republicano parece em teoria governo de anjos, porém na prática nem mesmo para diabos serve (8)." Ao vice-presidente se faziam as mais duras acusações, até de soltar chefes legalistas aprisionados como Silva Tavares (9). O dissídio acabou com o assassínio a tiro de Paulino da Fontoura na sua casa de Alegrete. Suspeitou-se de Bento Gonçalves. O forçudo e valente Onofre Pires escreveu-lhe uma carta famosa, chamando-o de ladrão de dinheiro, da vida e da honra. Bateram-se em duelo à espada, em lugar ermo sem testemunhas. Parece que a agilidade do franzino Bento Gonçalves venceu a força bruta de Onofre Pires, que, gravemente ferido, faleceu antes que se lhe pudessem prestar socorros. A justiça republicana isentou de culpa o caudilho por ter lavado sua honra de cidadão e de militar (10).

"O que golpeou no coração a República foi a discórdia (11)", escreve Alfredo Varela. Ela lavrou de alto a baixo. Entre o presidente e o vice-presidente. Entre os ministros. Entre os deputados à sua constituinte. À boca pequena, acusavam-se os próceres de peculato e roubo, que lhes permitia ter no Uruguai fazendas de rezes **mal havidas**. Assumindo a pasta da Fazenda, Antônio Vicente da Fontoura, desavindo com seu antecessor Domingos José de Almeida, declarava só ter achado "maldade e desordem" (12). A Assembléia Constituinte reunida para dotar de arcabouço jurídico a nova República, dissolveu-se roída de intrigas, depois de tentar a instalação de uma junta provisória que substituísse o arbítrio de Bento Gonçalves. À intrigalhada que nascia dentro do campo rebelde espontaneamente se juntava a que vinha de fora, assoprada sobretudo por José Clemente, ministro da Guerra, técnico nessas coisas como velho maçon que era... (13)

A ajuda do estrangeiro falhara, apesar da Convenção de Auxílio Mútuo com Frutuoso Rivera, presidente do Uruguai, e da Convenção Secreta com o mesmo, meses depois (14). Rivera conseguira iludir o Governo Imperial e facultara aos Farrapos acesso ao mar com a livre navegação do Uruguai (15). As inteligências dos **continentistas**, depois Farrapos, no Prata eram anteriores à revolução. A maçonaria

encarregara-se de tecê-las. Nos símbolos que permanecem em bandeiras e escudos, ela ainda hoje se mostra (16). Desde 1832, falava-se nas lojas e até fora delas na formação de um chamado QUADRILÁTERO, confederação composta do Rio Grande do Sul, do Uruguai, de Corrientes e de Entrerrios. Secretamente, o judaísmo internacional favorecia isso através de seus prepostos maçônicos. Punha-se em prática o mesmo processo de que resultou a fragmentação da América Central. A criação naquela zona nevrálgica do continente meridional de uma constelação de republiquetas mataria para sempre a grandeza da nação Argentina e a projeção imperial do Brasil. Através daquela rede de novas Honduras e Nicaráguas, a influência judaica se faria sentir de outro modo na América do Sul. Ainda hoje seu sonho é pôr o pé por meio de uma hipotética colonização na região do Guaíra e do Iguaçu.

Cansanção de Sinimbu pensara, quando no poder, fazer a independência de Entre Rios e Corrientes. Fomentara esse separatismo. Sem o Rio Grande, ele favorecia o Império, enfraquecendo a Argentina e pondo entre ela e nós três Estados-tampões. Com o Rio Grande, somente poderia favorecer o Poder Oculto Internacional.

A idéia de 1832, voltou à tona em 1841. Para tratar de sua realização, reuniu-se em **Congresso Secreto** na cidade de Paisandu, ao qual compareceram os caudilhos argentinos Ferré, Paz e Lopez. Lá esteve Bento Gonçalves. Agenciou-o o enviado farroupilha Ulhôa Cintra (17). Não era o primeiro nem seria o último esforço dos republicanos em busca do apoio estrangeiro para a guerra civil. Em 1839, haviam propugnado fortemente no Prata, junto às legações européias, o reconhecimento da República de Piratinim. Tinham ministério do Exterior e acreditavam plenipotenciário no Paraguai. Procuraram, depois, recorrer até a Rosas (18). O Congresso Secreto de Paisandu não produziu os resultados que seus fautores esperavam; todavia, Bento Gonçalves obteve nele, de Rivera, duas peças de artilharia; fardamentos e armas.

A mão oculta de Mauá-Carruthers já não despejava fartamente nos pampas o dinheiro alimentador da guerra civil. É preciso nunca esquecer que o judaísmo não serve a ninguém, embora pareça; serve sempre a si próprio. Servira-se dos Farrapos atiçados pela carbonária, enquanto isso lhe conveio aos planos de enfraquecimento do Brasil e houve probabilidades de êxito. Abandonava-os no momento em que os via perdidos e subindo o calvário da desilusão e dos reveses. A diversão da revolta paulista-mineira de 1842 alegrara-os com uma nova esperança (19). Passageira, porém, porque logo se desvaneceu.

Foi apagar-se de todo naqueles mesmos pampas onde erravam, brandindo armas, as cavalarias revolucionárias. Caxias, o vencedor de Sorocaba e Santa Luzia, aprisionou Rafael Tobias, evadido de São Paulo, quando pretendia juntar-se aos rebeldes sulinos (20). "Rafael Tobias, muito provavelmente, esperou alcançar as raias meridionais, para ter asilo numa das repúblicas do Prata, como fez Nicoleu Vergueiro, um dos co-autores do malogrado movimento insurrecional. O sobredito brigadeiro, em vez de se encaminhar a Cruz Alta, onde Portinho estava aquartelado, embrenhou-se no ínvio distrito de Palmeira e estanciava pela Guarita; adiantando-se para a citada vila serrana, o dr. Gabriel Rodrigues dos Santos, "um enteado do mesmo Tobias, de nome Felício, e Daniel Gomes de Freitas". Portinho, com quem estes se encontraram, "convidou-os" a tomar parte nas lutas do Sul, e "anuíu a acompanhá-lo para o Exército Republicano" unicamente o terceiro. O dr. Gabriel "regressou para São Paulo, mentres uma escolta mandada acolá pelo barão de Caxias, prendeu aquele brigadeiro (21)." Comandava a escolta o capitão Benedito Martins Fraulo.

No mês de julho de 1843, quando o general Antônio Neto foi deposto do comando do Exército Republicano e substituído pelo bravo David Canabarro (22), este, como escreveu o historiador gaúcho João Pinto da Silva, pegava num RABO DE FOGUETE...

A Argentina de Rosas fornecia, contudo, alguma pólvora às escondidas para esse rabo de foguete. Por isso, a 24 de março de 1843, Honório Hermeto Carneiro Leão, depois marquês do Paraná, então na pasta de Estrangeiros, assinou com D. Tomás Guido, hábil representante do governo rosista no Brasil, um tratado em que se postulavam medidas tendentes a dificultar o abastecimento e o acolhimento dos Farrapos perseguidos em território argentino. O Tigre de Palermo recusou-lhe sua ratificação, o que mais tarde sobremodo repercutiria nas relações entre o Império e a Confederação. Mas o auxílio estranho não impedia a derrota dos rebeldes. A 26 de maio, em Ponche Verde, Bento Manuel, novamente a favor do Império, infligiu sério revés às hostes republicanas sob o comando pessoal de Canabarro e Bento Gonçalves.

A 25 de outubro, com os caçadores de Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto e os seus lanceiros gaúchos, o Moringue encontra em Cangussu Bento Gonçalves e Neto, ataca-os vigorosamente, bate-os, persegue-os e toma-lhes a cavalhada e um estandarte. A 6 de novembro, no mesmo campo de batalha, Neto, que se refizera do primeiro encontro, é de novo lamentavelmente batido. A 26 de dezembro, em

Santa Rosa, nas cercanias de Botuí, o tenente-coronel Demétrio Ribeiro surpreende, derrota e dispersa as forças do valente Onofre Pires (23).

"Incansável vigilância" era, na opinião do próprio Caxias, a de David Canabarro. Mas seus esforços resultavam improfícuos a querer segurar impávido o rabo do foguete que as forças ocultas tinham queimado durante tantos anos e agora lhe largavam na mão. Faça-se justiça ao destemor e abnegação do velho lidador riograndense. Contra essa "incansável vigilância" a **incansável mobilidade** do Moringue, que consegue a surpresa de Porongos. Estava-se a 14 de novembro de 1844. Pela madrugada, quando cabeceavam de sono as sentinelas perdidas de Canabarro, Neto e Silveira, ao pé dos serros que separam o arroio das Torrinhas do Grande, a cavalaria legalista caiu de súbito sobre o acampamento farroupilha. Mal puderam se defender os centauros tomados de improviso, sem tempo sequer de ensilhar as montarias. Bateram-se a pé, a arma branca, fugindo, depois, em todas as direções. Grande número de prisioneiros, sobretudo oficiais. Grande número de mortos e feridos. Cinco estandartes tomados. As cavalhadas, o arquivo, as munições, as bagagens e o único canhão da República em poder dos imperiais. Narrando o feito ao ministro da Guerra, o barão de Caxias escrevia: "É sem dúvida a primeira vez que David Canabarro é surpreendido, o que até agora parecia impossível pela sua incansável vigilância (24)." Os Farrapos começavam a se deixar dominar pelo cansaço.

Dia aziago para os republicanos. Em Guapitangui, o coronel João Propício Mena Barreto, futuro barão de São Gabriel, acometeu o chefe farrapo Jacinto Guedes, perseguiu-o a lança até o Passo do Leão, no Quaraim, e obrigou-o a transpor a raia e a refugiar-se em território uruguaio. A 29 de dezembro, o derradeiro combate da guerra civil. Junto ao Quaró, afluente do Quaraim, Vasco Alves, depois barão de Sant'Ana do Livramento, destroçou o caudilho farroupilha Bernardino Pinto e o aprisionou. A pugna travou-se em terras orientais. A guerra fratricida, que começara nas tramas carbonário-maçônicas fora da Pátria, como que era expulsa simbolicamente de suas fronteiras nesse último embate dos centauros.

Caxias viera para o Rio Grande do Sul enviado por um ministério conservador. Em fevereiro de 1843, de novo os liberais ascendiam ao poder, conservando-se nele até 1845, graças à dissolução da Câmara de 1844. Entre os ministros, alguns dos maçons extremados de todos os tempos, como Ernesto Ferreira França, na pasta de Estrangeiros, e Holanda Cavalcanti, na da Marinha. A orientação do novo governo

favoreceria com seu liberalismo, naturalmente, a política conciliatória do Pacificador do Império.

As dissensões lavravam cada vez mais fundas entre os Farrapos. Bento Gonçalves renunciara à presidência, sucedendo-lhe o octogenário José Gomes. Passara a comandar uma das três divisões do Exército, na companhia de Canabarro e Neto, chefes das outras duas. Contestavam-se o generalato e a chefia militar do primeiro. Tanto que é com Bento Gonçalves que Caxias, desejoso de terminar o improfícuo derramamento de sangue, conferencia (25). Estabelecem-se as bases da pacificação: reconhecimento das graduações e postos militares dos republicanos; pagamento das dívidas da República; anistia. Nem uma palavra sobre os princípios ideológicos apregoados como a essência da revolução... (26)

Graças à mediação de Caxias, já o Imperador concedera a 18 de dezembro de 1844, em decreto, anistia "a todos os comprometidos na **rebelião separatista** do Rio Grande do Sul que depusessem as armas (27)." O decreto imperial trouxera uma esperança nova aos que se sentiam cansados daquela luta estéril, aos que consideravam perdida de todo a causa republicana. A 28 de fevereiro de 1845, David Canabarro reuniu em Ponche Verde um conselho de oficiais farroupilhas e, depois de obtido seu assentimento, declarou aceitar as propostas da Coroa. Largava afinal o rabo do foguete que lhe ardia nas mãos. Três dias mais, a 1º de março, o barão de Caxias proclamava definitivamente pacificado o Rio Grande do Sul.

Os peitos respiraram desafogados. Intenso júbilo em todo o país. Deixara de correr o sangue brasileiro. O Rio Grande do Sul continuava unido ao Império. As insídias maçônicas disfarçadas em belas ideologias tinham sido vencidas pela brasilidade dos filhos daquela terra heróica, tanto tempo transviados do bom caminho. De nada lhes servira a diversão tentada pelos INVISÍVEIS em Minas e São Paulo, em 1842. Agora, aos liberais no poder não convinha desencadear revoltas. Eram os conservadores que, oprimidos, as lançavam contra eles, como em Alagoas, depondo o presidente Souza Franco e obrigando-o a embarcar às pressas no iate "Caçador", combatendo em Atalaia contra os soldados do general Seara e só depondo as armas perante o novo presidente Lopes Gama, depois visconde de Maranguape (28).

São Paulo, Minas Gerais e o Rio Grande do Sul haviam formado um triângulo revolucionário sob a égide da bucha, da maçonaria e da carbonária. A ligação era tão visceral que David Canabarro não largou o rabo do foguete sem a anuência do foco de pedreiros livres da antiga

Vila do Príncipe, o Serro, onde pontificava a figura invulgar de Teófilo Ottoni. Essa ligação secreta é sobremodo interessante. Tão forte que foi necessária a palavra do chefe dos Ottoni ao enviado especial de Canabarro, que, antes, passara pela casa de Mauá, consultando a MÃO OCULTA que dava o dinheiro e cansara de o dar, para que o general, embora autorizado pelo seu conselho de oficiais, aceitasse a paz generosamente oferecida pelo barão de Caxias em nome do Império. Da documentação que prova esse entendimento secreto se infere que, acima dos chefes militares que se batiam nas coxilhas, havia chefes ocultos longe do teatro da guerra civil.

Por que mandar lá dos pampas consultar a opinião das montanhas mineiras?

"Foi no ano de 1844 que teve fim a rebelião do Rio Grande do Sul, **pacificação devida em parte a Teófilo Ottoni**. Quando o sr. conde de Caxias propôs a Canabarro condições para a terminação da luta, quis aquele general **ouvir o parecer do democrata mineiro, a quem mandou como emissário** o sr. tenente Martins (hoje coronel), que fez a viagem, sob nome suposto, por Curitiba e São Paulo, e aqui foi por mim hospedado. Pode-se julgar dos conselhos de que foi portador este emissário pela seguinte carta do bravo general riograndense:

"Ilmo. sr. Teófilo Ottoni — Se há mais tempo não tenho respondido à estimada carta que V. S. se dignou dirigir-me em 24 de setembro do ano findo, tem sido esta falta devida à escassez de um **seguro meio** pelo qual fizesse chegar às mãos de V. S. a minha resposta. Agora, porém, contando com o favor de meu ilustre amigo o sr. José Simeão de Oliveira, por cuja intervenção espero que V. S. não deixe de honrar-me com suas letras, vou pagar uma dívida em que estava para com V. S. Tomando em consideração as sábias reflexões de V. S., fiquei convencido da impossibilidade de levar a efeito a desejada federação desta província, pela qual fervorosos pugnaram mais de nove anos os riograndenses livres, tanto mais assegurando V. S. que **só devíamos contar com os nossos irmãos de armas**, por isso que nenhuma coadjuvação nos proviria dos homens que em 1842 lutaram em São Paulo e Minas **a favor dos mesmos princípios**, e que finalmente os próprios chefes do partido progressista quando no poder fazem a mesma coisa que os regressistas. Apreciando, pois, a franqueza de V. S. e leal exposição que me fez do estado geral das coisas, me convenci a empregar os meus esforços e diminuta influência na terminação da guerra que por tanto tempo devastou as belas campinas deste continente, podendo assegurar a V. S. que **a sua**

carta foi o farol que conduziu os continentistas ao desejado porto. Oxalá que esse relevante serviço por V. S. prestado em favor do bem geral, e da liberdade, fosse um dia lembrado pelo governo com o mesmo apreço com que o recordam os riograndenses livres. Desnecessário seria relatar a V. S. as condições por que foi terminada essa importante questão, visto que delas está V. S. cientificado. Hoje me acho retirado à vida privada, e por isso somente com as influências de um particular; porém mesmo assim me ufanarei se tiver ocasião de executar as ordens de V. S., de que com o mais alto apreço e consideração me firmo, atº, vº e crº **David Canabarro**. Fazenda da Alegria, 30 de maio de 1845."

Escreve isto e transcreve esta carta Cristiano Benedito Ottoni, biografando o irmão (29). A carta de Canabarro é de maio de 1845, quando o Rio Grande do Sul já pacificado e o herói a descansar na sua estância das canseiras em agüentar o rabo do foguete. Ela mostra, porém, que Teófilo Ottoni lhe havia escrito, dissuadindo-o de qualquer probabilidade de auxílio depois do malogro da revolução de 1842. Apesar disso, para definitivamente concertar a paz, o general não trepidou em consultá-lo por mensageiro especial e seguro, que viajou com as precauções de quem guarda um grave segredo. Somente a filiação às forças ocultas pode explicar este misterioso ponto da história da revolução farroupilha: a participação do mineiro Teófilo Ottoni, sumido no fundo da montanhosa Minas Gerais, nos acontecimentos que se processavam na vastidão dos pampas fronteiriços.

A iniciação maçônica não obumbrara em David Canabarro o profundo amor pela Pátria Brasileira. Comandando os derradeiros soldados da República de Piratinim, batendo-se lealmente contra os imperiais de Caxias, sentira e compreendera o interesse dos argentinos próximos nas nossas dissensões intestinas, visando o enfraquecimento e secessão do Império. O vulto sangrento de Rosas erguia-se no estuário do Prata como a ameaça da reconstrução, sob nova ordem, do antigo Vice-Reinado espanhol. O Paraguai temeroso acolhia-se à sombra protetora da diplomacia imperial, enquanto Pimenta Bueno agenciava na Europa o reconhecimento de sua independência que Buenos Aires contestava. Na campanha uruguaia, dominava o furor de Oribe, o Corta-Cabeças, sequaz de Rosas. Os caudilhos de Entre Rios e Corrientes amoutavam-se apavorados. Somente o Império poderia salvar o Prata da horrenda tirania, mas o Império unido e forte. Por isso, Rosas oferecia tudo aos Farrapos que o debilitavam pela demorada guerra civil.

No fundo do separatismo farroupilha, havia amor despeitado pelo Brasil. Os Farrapos aceitaram algum auxílio de Rosas, mas o repeliram quando quis avançar mais, declarando que o sangue do primeiro argentino que atravessasse a raia lhes serviria para assinar a paz com o Império. Quando proclamou o acordo de paz com Caxias, David Canabarro disse aos seus companheiros de luta e ideal estas memoráveis palavras: "Um poder estranho ameaça a integridade do Império e tão estólida ousadia jamais deixaria de ecoar em nossos corações brasileiros. O Rio Grande não será o teatro de suas iniqüidades, e nós partilharemos a glória de sacrificar os ressentimentos criados no furor dos partidos ao bem geral do Brasil."

"A espada e o tato de Caxias tinham pacificado o Rio Grande do Sul. Depois de dez anos de gloriosa luta, os audazes republicanos de Piratinim depunham nobremente as armas. E a vizinhança platina, sempre ansiosa pelo enfraquecimento do Brasil, emocionou-se. Seria possível? Os sonhos da desejada fragmentação do Império por terra? Desfeitos os ideais de criar para nosso lado uma espécie de Banda Oriental (30)?" A propósito escreve com a maior propriedade um dos nossos mais eminentes historiadores militares, militar ele mesmo: "Sonhos de anexação, separação do Rio Grande, fronteira para base de operações na República Oriental pela caudilhagem militar, sôfrega de assentar-se na curul presidencial; tudo, tudo acabado! A proclamação de David Canabarro que era, então, general chefe dos revolucionários, anunciando a paz, foi lida e comentada nas repúblicas vizinhas com avidez e paixão, e é claro que os chefes da revolução outrora tão elogiados, tão considerados, foram postos pela rua da amargura. Não houve insultos que não fossem atirados sobre os ex-amigos, os ex-aliados, especialmente porque Canabarro aludia a um poder estranho que ameaçava a integridade do Império (31)."

O espírito de brasilidade acabara vencendo as artimanhas do maçonismo judaico. Bastava já tanto sangue derramado dentro de nossas fronteiras, ensopando o chão gaúcho do qual brotavam messes de heróis. Depois do combate de Porongos, ao aproximar-se de Bagé o barão de Caxias, uma comissão de moradores, com o vigário à frente, procurou-o e convidou-o para um Te-Deum pela vitória. O grande general respondeu-lhe: "Precedeu a esse triunfo derramamento de sangue brasileiro. Não conto como troféus desgraças de concidadãos meus. Guerreio dissidentes; mas sinto as suas desditas e choro pelas vítimas como um pai por seus filhos. Vá, reverendo (terminou, dirigindo-se ao pároco), e, em lugar de Te-Deum, celebre missa de defuntos, que eu, com o meu estado-maior e a tropa que na

sua igreja couber, irei amanhã ouvi-la por alma dos nossos irmãos iludidos que pereceram no combate (32)."

Tal procedimento atraía simpatias e bênçãos de todos os que a luta civil exaurira num infindável decênio. "À voz de Caxias, os Farrapos acordaram do seu devaneio que custara muita lágrima e muito sangue. Sentiram a ameaça que pesava sobre o seu país e desembainharam de novo as espadas sob o comando do grande brasileiro, para defenderem o Brasil unido. Como antes, como depois, como sempre, o Rio Grande não mentiu ao seu papel, nobre e glorioso, reservado pelas fatalidades históricas e geográficas, de sentinela da fronteira meridional. E os subchefes de Caxias na arrancada contra Rosas foram os antigos caudilhos farroupilhas (33)."

Bento Gonçalves não chegaria a ver seus antigos companheiros ombro a ombro na marcha contra Rosas, sob o flutuar das bandeiras imperiais. A guerra contra o tirano começou ao findar o ano de 1851. Fazia, então, seis que Canabarro descansava nas suas terras. Braço às armas feito, desembainhara a espada contra Rosas, como a desembainharia quatorze anos mais tarde contra as hordas invasoras de Solano Lopez. A mão que empunhara sem queixumes e hesitações o rabo do foguete nunca estremeceu na defesa do Brasil. Bento Gonçalves não veria tudo isso. O veterano de Ituzaingó, de cujo prestígio e valor se aproveitaram as forças ocultas, assoprando-lhe as ideologias sedutoras e falsas das lojas, faleceu em Pedras Brancas, retirado da vida pública e ralado de desgostos, no dia 18 de julho de 1847. Vivo, sem dúvida, teria seguido a estrela de Caxias contra Rosas.

O Império que se fortalecia na paz interna criaria dois dias mais tarde o cargo de Presidente do Conselho de Ministros, concentrando num homem a autoridade do governo já centralizado no poder pessoal do monarca, tanto quanto possível dentro do regime. Esse revigoramento do executivo permitiria domar o último surto do maçonismo revolucionário — a revolta Praieira de 1848, para poder projetar as armas vitoriosas além das fronteiras, libertar o Prata, exercer sua missão civilizadora contra a caudilhagem feroz e vingar os agravos de 1827, passeando sobre as baionetas dos caçadores de Marques de Souza as cores imperiais pelas ruas de Buenos Aires.

O Brasil inaugurava o sentido imperial do seu destino na América do Sul. As forças ocultas encolhiam as garras no preparo dos golpes sucessivos e necessários que o levariam à República para se tornar pasto do capitalismo internacional, que, em 1843, entre a pacificação de Minas-São Paulo e a do Rio Grande do Sul, pôs mais uma algema de ouro na nossa Pátria: o empréstimo contratado pelo comendador

José Marques Lisboa, nosso plenipotenciário em Londres, com o banqueiro judeu Isaac Lyon Goldsmid, garantido com o penhor das alfândegas. Com seu produto liqüidamos nossas contas com Portugal, que datavam da Independência e o regime de déficits em que vivíamos ainda não permitira saldar. "Reconhecíamos dever ainda do empréstimo português £ 488.393,15 shs. e 5 ds., além de £ 134.308 de juros, isto é, o total de £ 622.602. Tomamos, portanto, emprestado este capital real de £ 622.702 a juros de 5%, tipo 85 e prazo de 20 anos, com a obrigação de pagar o capital nominal de £ 732.600." Os resultados da operação financeira foram os seguintes, na nossa moeda, ao magnífico câmbio da época: recebemos uns cinco mil e quinhentos contos pelos quais pagamos quatorze mil e duzentos (34)!

Nas páginas vibrantes de Alfredo Rodrigues, está retratado o heroísmo gaúcho durante quase dez anos de luta contra o Império. O escritor riograndense pintou com singular mestria os episódios dos prélios fronteiriços, os entreveros das cavalarias rivais com seu retinir de espadas e da lanças. Nessas páginas se enumeram as vitórias e as derrotas: Passo dos Negros, Taquari, Couto, São José do Norte, Seival, Porongos, Fanfa, Poncho Verde. Nelas se revelam os apelidos e as façanhas dos centauros fardados de vermelho ou azul com seus curvos sabres luminosos e suas lanças de choupas faiscantes: Bento Manuel, o das idas e vindas; Bento Gonçalves, o chefe cavalheiresco; David Canabarro, o incansável guerrilheiro; os irmãos Sarmento Mena, heróis do Rio Pardo; Garibaldi e Anita; Inocencio Ferrão e Antônio Joaquim de Souza; o capitão Manuel Lucas de Oliveira e João Manuel de Lima e Silva; Côrte Real, Onofre Pires, Portinho; Vasco Alves, Jóca Tavares e o velho Moringue, Francisco Pedro de Abreu, barão de Jacuí, o homem das califórnias... Nelas se vêem as paisagens pampeanas ensombradas de umbus e cortadas de sangas, as cargas de lanceiros, as guerrilhas atirando por trás das piteiras, o ataque de ranchos, galpões e estâncias, a figura lendária dos chefes, todo o panorama da revolução farroupilha, vivo, palpitante (35).

Sob essa agitação guerreira, os segredos íntimos da história. Sob o galopar estrondante das cavalarias imperiais e republicanas na vastidão dos pampas ensolados e varridos de minuanos, o cauteloso caminhar das intrigas, o infame rastejar das maçonarias, a **mão oculta** do judaísmo fornecendo o dinheiro para a matança fratricida. É necessário não deixar que a atenção se prenda de todo nos vultos atraentes dos paladinos altaneiros, cingidos nas fardetas purpurinas, azuis ou verdes, manchadas de poeira e de pólvora, com os grandes sabres pendendo dos talins de couro branco e a barretina preta

inclinada sobre a orelha. É necessário desviar um pouco os olhos do choque dos escalões de carga, do agitar das lanças apendoadas de galhardetes, do flutuar das bandeiras auri-verdes ou tricolores sobre os ponchos largados ao vento. É necessário tapar os ouvidos ao tropel rítmico das cargas, ao cavo rodar da artilharia pelas arrieiras enlameadas, à gritaria bárbara da indiada carregando... É necessário deixar o esplendor do sol e perder-se na empoeirada papelada dos arquivos, no silencioso convívio das velhas memórias, esmiuçando os motivos secretos e as influências escondidas, fazendo aos episódios enluminados e ensangüentados se sucederem as análises frias e as exegeses cuidadosas, verificando as índoles individuais e os determinismos mesológicos, palpando a ação solerte das forças ocultas e examinando os desvairamentos das ambições pessoais e da politicagem das facções. Somente assim se compreenderá como o sangue dos centauros gaúchos foi desperdiçado numa luta fratricida de quase dez anos, que serviu felizmente de escola de sacrifício e de grandeza para a gente riograndense (36).

As lições da história se deduzem muitas vezes em termos de comparação. Confrontemos um instante o que se passou em 1835-1845 com o que ocorreu em São Paulo em 1932. As forças secretas operantes do judaísmo, através da bucha e da maçonaria, agiam então sobretudo pela **mão oculta** de Mauá e pelos carbonários, como já vimos. As forças aparentes de 1932 — clubes 3 de outubro e legiões 5 de julho — eram as sociedades Defensora, Militar, Continentina, em outra encarnação. O espezinhamento, dir-se-ia proposital, exagerado também no clamor da imprensa e do público paulista, idêntico ao do Rio Grande no começo da rebelião. Mesmo processo de criação do clima revolucionário. As explosões dos movimentos foram semelhantes. Depois da derrota, como no São Paulo de 1932, as mesmas coisas: o abrolhar do separatismo, o ódio ao nortista que cooperou como soldado na repressão, em São Paulo — **cabeça chata**, no Rio Grande — **baiano,** fermento destinados a operar novas crises pelo tempo além.

Às forças ocultas, anti-nacionais, anti-cristãs, que, assim, tentam desmembrar as grandes nações, parece que o separatismo será uma poderosa alavanca de destruição. Enganam-se muitas vezes. Porque, no fundo, quase sempre, o separatismo se reduz a simples amuo de filho que sofreu injustiças de seus pais. Veja-se bem que, quando campeava a revolução farroupilha, seu governo mandava representantes e agentes ao estrangeiro e concertava tratados com os vizinhos, quando Rosas pensou em aproveitar o dissídio gaúcho para

separar o Rio Grande e enfraquecer o Brasil, David Canabarro mandou-lhe uma carta, que é o mais honroso documento da época: "Senhor. O primeiro de vossos soldados que transpuser a fronteira fornecerá o sangue com que assinaremos a paz de Piratinim com os imperiais, pois acima de nosso amor à República está o nosso brio de brasileiros. Quisemos ontem a separação de nossa pátria; hoje, almejamos a sua integridade. Vossos homens, se ousassem invadir nosso país, encontrariam ombro a ombro os republicanos de Piratinim e os monarquistas do sr. D. Pedro II." Vimo-los lado a lado contra Rosas.

O sentimento de integridade da pátria que o judaísmo maçônico não lograra destruir, palpitava ainda vivo no subconsciente dos heróis sulinos.

Um século já passou sobre os homens e os fatos dessa época atormentada. Só a glória dos heroísmos e sacrifícios gaúchos resplandece hoje nos horizontes do Brasil. Essa lição de grandeza de alma, desinteresse e bravura é a herança maior que deixaram os Farrapos desaparecidos. Depois de ter apreciado os bastidores de sua história, tornemos a contemplar sua galopada épica. Olhemo-los feridos na macega ensangüentada e lamentemos que, assim, se tenha gasto tanta valentia. Leiamos comovidamente as cartas e proclamações em que se alçam pela integridade da Grande Pátria. Lá dentro da alma profundamente a amavam. Se, no jogo da política e da guerra, obedeceram a sugestões, manejos e influências que somente hoje se vão descobrindo, tiveram culpas, provindas na maioria de sua ignorância, bem que as pagaram com seu sangue generoso nos campos de batalha. Não é julgá-los o que sobretudo nos importa, porém glorificar a honrosa lição de sacrifício que nos legaram. Ela criou os heróis epônimos do povo gaúcho, singelos como Parsifais, quixotescos como paladinos lendários, levados de um grande sonho... (37). "Não podemos culpar os homens de 1835... (38)"

Cabem aqui as palavras de Georges Batault: "Contanto que a aparência seja bela e **racional**, facilmente todos se desinteressam do que se passa nos bastidores. Mas, na verdade, a história faz pouco caso da lógica e da razão, porque ela é a própria Vida da Humanidade, não um edifício, porém um rio caprichoso, cheio de turbilhões e rodamoinhos. **A ação dos poderes ocultos, invisíveis ao primeiro olhar, existe e desempenha muitas vezes um papel preponderante** (39)."

É esse papel que vamos pouco a pouco, conforme nos permite a documentação rara e esparsa, fazendo ressaltar nas fases e episódios principais de nossa história, doa em quem doer.

Capítulo IV

A GUERRA CIVIL DAS MATAS

A luta de partidos do liberalismo lançada no seio das sociedades cristãs pelas ideologias maçônicas-judaicas, precursora da luta de classes comunista, dominava o Brasil parlamentar do Segundo Reinado. No seu seio, fermentavam ainda as xenofobias da Independência, os resíduos dos ódios das facções que se bateram no período regencial, o sangue das guerras civis, as vinganças de famílias intrigadas pela politicagem e os anseios das massas sertanejas abandonadas ao seu destino e tiranizadas pelos reguletes, explodindo em fanatismos e comunismos.

Sob a rubrica geral de Conservador e Liberal parecia haver dois grandes partidos nacionais no Império. Não era, porém, verdade. Eles se haviam constituído de vários grupos com tendências as mais díspares, sobretudo o Liberal, com exaltados e moderados, se eivavam nas províncias de localismos, bairrismos e regionalismos característicos, se subdividiam e se guerreavam nas subdivisões com inaudita ferocidade, uniam-se em coligações passageiras para vencer esta ou aquela eleição e se separavam com ainda maior rapidez. A maçonaria tinha magnífico campo de ação no meio de toda essa confusão.

Em 1840, com a Maioridade, os liberais subiram ao poder ligados à facção áulica que se representava por Aureliano Coutinho. Em 1841, entregavam o poder aos conservadores ligados à mesma facção representada pelo mesmo ministro. Um Senado de maioria conservadora permitiu-lhes agüentar melhor a luta. Mas, em 1844, de novo os liberais iam para cima com o gabinete de Almeida Torres, visconde de Macaé.

Uma das províncias onde mais entranhados estavam os ódios partidários era a de Pernambuco, tradicionalmente revolucionária desde a constituição das academias secretas do começo do século, com o foco maçônico de Goiana sempre a arder sob as cinzas e então com o Iluminismo que Júlio Frank trouxera para São Paulo florescendo na

sua Academia de Direito sob o nome de Tugendbund, segundo afirma Odilon Nestor nas "Pandectas Brasileiras". O bom humor popular alcunhava por toda a parte liberais e conservadores com apelidos expressivos: Luzias e Saquaremas, Chimangos e Caranguejos. Em Pernambuco eram Praieiros e Guabirus, tão extremados e odientos que fôra impossível criar entre eles terceiro grupo para servir de pára-choque (1). Os Guabirus diziam-se o partido da Ordem. A Praia era a revolção. Vinha-lhe o nome da rua da Praia, onde ficava a tipografia de seu jornal. De baixo, com a subida ao poder dos liberais, os conservadores se apoiavam unicamente no Senado e se aliavam aos saquaremas do Sul. De cima, os praieiros exigiam um presidente de província que pudessem manejar para aniquilar os adversários.

Marcelino de Brito não agradou. O conselheiro Tomás Xavier não serviu. Enfim, veio Antônio Pinto Chichorro da Gama, maçon de quatro costados, "genuíno corifeu das mais exaltadas doutrinas do liberalismo (2)", "que se vai tornar em Pernambuco durante mitos anos o ídolo dos liberais". Sua presença — diz Joaquim Nabuco — assinala o pleno domínio da Praia: injustiças, abusos, tropelias, perseguições. Tudo visando o mais imoral e desenfreado eleitoralismo. Demissões em massa. Caceteiros a pintarem o sete pelas ruas, quebrando lampeões a desoras, espancando os negociantes portugueses aos gritos de — **mata marinheiro!** espavorindo a população (3). Um horror! A reação conservadora naturalmente não o poupa. Os jornais guabirus cruzam fogos sobre ele, condenando-lhe os atos. Chamam-lhe o Procônsul da Praia como, mais tarde, os praieiros chamarão ao presidente contrário o Paxá de Pernambuco.

Em 1846, naufraga uma primeira tentativa de Conciliação dos Partidos em luta, a fim de poder o Império, minado pela politicalha, trabalhar e progredir. É o sonho por que se bate, cheio de esperanças, Honório Hermeto Carneiro Leão. Há uma verdadeira contradança partidária por toda a parte. Grupos que se ligam ou se desligam ao sabor de interesses imediatos e momentâneos. Velhos conservadoresd unidos aos Luzias que haviam vencido, para derrotar os áulicos. Velhos liberais impenitentes de braço dado a corcundas, caranguejos, saquaremas ou guabirus. Viu-se de tudo.

Em 1847, a maioria liberal impõe com Alves Branco um ministério de combate. A Conciliação liqüidara-se. Tentar-se-ia outra com melhor proveito, mais tarde. Ao pé de Alves Branco, assoprando-lhe conselhos o misterioso Vergueiro, bucheiro e iluminado, que voltara a influir na política depois de ter errado pelo Prata e pelo Espírito Santo em conseqüência da malograda revolução de 1842. Continuava, po-

rém, "animado do mesmo espírito". O ministério Alves Branco era, "para a Praia um triunfo incontestável". Na Corte, ela aceitava "todas as combinações", contando que conservasse intacto o feudo, o governo de Pernambuco (4). Não podia abrir mão do proconsulado!

Os conservadores responderam-lhe com a anulação das eleições senatoriais pernambucanas, baseados nos inqualificáveis abusos de Chichorro da Gama que presidia o pleito em que era candidato, em companhia de Ernesto Ferreira França, notoriamente criatura das lojas. Nos corredores do velho casarão do conde dos Arcos, ciciava-se que o Imperador protegia a ambos e os jornais praieiros consideraram a anulação verdadeira revolta dos "façanhudos guabirus" contra a Coroa (5). Chichorro da Gama permaneceu no governo a presidir novas eleições em que continuava como candidato. O ministério liberal apregoava a sua força e punha em ação todos os meios para obter a vitória (6).

"A política (praieira) — comenta Joaquim Nabuco — complica-se com um fermento socialista. Os praieiros reclamavam a nacionalização do comércio a retalho". Antes, o mesmo historiador já havia dito: "Um dos principais ataques da Praia era contra o **feudalismo** dos senhores de engenho. Forte na capital, ela sentia dificuldade de avançar no interior, fechado pela grande propriedade, à cuja sombra viviam as pequenas povoações, semeadas em suas cercanias; daí a guerra que ela movia à grande propriedade, superior à justiça pública. Nesse ponto, a invasão praieira era uma imposição necessária; depois, viria, ou não, a reconstrução democrática, o essencial era desde logo a conquista do interior pela lei. Tanto na "Justa apreciação" como na tribuna da Câmara, em 1843 e em 1853, Nabuco (7) de algum modo o reconhece. Ele não contesta o benefício dessa campanha, lastima somente que os atos não correspondam às palavras e que de uma obra social de vasto alcance se faça uma estreita perseguição partidária (8)." Era naturalíssimo que os senhores de engenho se acautelassem e defendessem. Seus grupos de acostados armados e de **papa-méis** ou escravos fugidos eram pretextos para os maiores arrochos de parte das autoridades praieiras. Diziam estas que os outros dispunham de engenhos fortificados, alguns até com artilharia (9)!

Aproveitando o anseio de libertação econômica e social das massas trabalhadoras do açúcar, os praieiros procuravam fazer dele arma política contra os latifundiários que, naturalmente, sustentavam o partido conservador. Contribuíam, assim, para o início de uma verdadeira luta de classes: os pequenos plantadores de cana e os

moradores dos engenhos contra a velha e tradicional nobreza da **brava gente** pernambucana, que vinha dos **pés-rapados** de Olinda alçados contra os judeus-mascates e dos heróis da guerra holandesa; o campo, a choupana e mesmo a senzala contra a casa-grande... A Praia, que era o litoral, recebendo o influxo das idéias mascateadas mundo afora pelo judaísmo maçônico, erguia-se contra o que ela denominava **as influências do interior, acasteladas nas suas propriedades e inacessíveis à autoridade pública** (10). Havia, pois, certa razão em Maciel Monteiro, quando, em discurso na Câmara, acusou textualmente os praieiros de quererem o COMUNISMO, cujo Manifesto surgira um ano antes de se revoltarem (11).

Em notável oração da época, o ministro Paula Souza referira-se às conquistas liberais do mundo que assanhavam todos os povos. Manobrada pelo judaísmo, de quem é a criada de servir, a maçonaria assoprava os fogachos do incêndio revolucionário que lavraria nos dois hemisférios em 1848. Revolução liberal na Prússia. Revolução húngara de Kossuth. Revolução liberal em Viena contra o joven Francisco José, vencida pelas tropas croatas do ban Jellachich. Perturbações da ordem e agitações por toda a parte. Revolução francesa de julho, depondo o rei burguês-liberal Luiz Filipe e proclamando a República dos sonhos de Lamartine, destinada a morrer no berço sob os tacões militares do Segundo Império Napoleônico. Tudo isso se sucedia depois da publicação, em 1847, do Manifesto Comunista do judeu Mardoqueu, vulgo Karl Marx... A coincidência não é desprezível.

Havia inteligências secretas movendo a gente da Praia no Recife (12). Os clubes políticos que tinham sido a peste da Regência como biombos das lojas, reaparecidos em 1842, tornavam a se constituir. Formava-se com elementos maçons e da Tugendbund a famosa Sociedade Imperial Pernambucana, que logo estendia suas ramificações tentaculares pelo interior, declarando-se resolvida a resistir pelas armas a quaisquer demissões de empregados públicos, de policiais ou de oficiais da Guarda Nacional (13). Era presidida pelo general José Inácio de Abreu Lima, **redator ostensivo** do jornal da Praia, o "Diário Novo". Reunia-se secretamente, de preferência à noite. Excitava todas as resistências. Fazia terrível campanha de boatos, espalhando a confusão nos espíritos. Assoalhava a existência de um "plano tenebroso contra a independência do Brasil" traçado pelo Imperador mancomunado com os portugueses, rançosa acusação feita a D. Pedro I pela maçonaria em 1824. Absoluta falta de imaginação! Os agentes da treda sociedade penetravam em todos os meios, empeçonhando-os com essas e outras balelas, cuja inspiração maçô-

nica é evidente. Basta a simples leitura das Proclamações ou, como se diria hoje, boletins da tal associação para se ver que repete fórmulas em voga três lustros e mais: "O Partido Absoluto Miguelista que se acha no poder unido aos portugueses..." e quejandas tolices em que poreja o ódio da maçonaria à reação de D. Miguel, de outro lado do Atlântico (14). Que tinha Pernambuco com isso?...

O general Abreu Lima, presidente da Sociedade Imperial, era um dos maiores corifeus do maçonismo no continente. Filho do famoso padre Roma, fusilado como rebelde, expatriara-se e servira às ordens de Bolívar nos exércitos da Gran Colombia. Estava íntima e diretamente ligado ao foco maçônico-mirandista do continente, do qual grande influência se irradiava pelos países vizinhos. Seu irmão, João Inácio Roma, também membro influente da mesma sociedade, reunia gente de maus bofes nas matas do Catucá a duas léguas do Recife, para o que desse e viesse. Verdadeiro profissional da desordem. Depois de tomar parte na revolução de 1824, refugiara-se nos Estados Unidos. De volta ao Brasil, tentou, em 1828, quando do motim dos mercenários alemães e irlandeses na Corte, articulado pela Argentina, levantar o corpo de caçadores mercenários de guarnição na capital pernambucana. Do seu plano constava o incêndio e o saque da cidade. Falhou. Condenado a degredo no Rio Negro, homisiou-se nas tais matas do Catucá, onde, a exemplo de certos próceres da cabanagem paraense, fabricava moeda falsa de cobre. Participara dos movimentos sediciosos de 1831, 1832, 1833 e 1834. Servira como oficial na luta contra os cabanos em 1835 e reformara-se no posto posto de capitão. Homem cruel, covarde, temido e sem remorsos (15).

A Sociedade Imperial arregimentava em segredo elementos revolucionários dinâmicos com o nome sugestivo de CORPO DE INVISÍVEIS (16), êmulos daqueles PATRIARCAS INVISÍVEIS da rebeldia bucheiro-maçônica de 1842... Como essas coisas se parecem! Será obra do acaso?...

Desde 1846, a polícia praieira invadia tumultuariamente os engenhos dos contrários sob o pretexto de procurar criminosos fugidos, operando-se daí, gradualmente, a modificação no caráter feudal da grande propriedade açucareira (17).

Em 1848, veio para o Parlamento uma deputação praieira "animada da confiança que dá a unanimidade". Compunham-na Joaquim Junes Machado, Antônio Pinto Chichorro da Gama, Antônio Afonso Ferreira, Jerônimo Vilela de Castro Tavares, Urbano Sabino Pessoa de Melo, José Francisco de Arruda Câmara, Manuel Mendes da Cunha Azeredo, Joaquim Teixeira Pessôa de Abreu Lima, Antônio da

Costa Rego Monteiro, Filipe Lopes Neto, Manuel Inácio de Carvalho Mendonça e o padre Joaquim Francisco de Faria (18). A fina flor do movimento rebelde que ia abrolhar. O estado-maior da revolução em perspectiva. Chefes revolucionários e autoridades da revolução. Os cronistas dos acontecimentos e os advogados da defesa. Nomes tradicionais na vida das sociedades secretas pernambucanas desde fins do século XVIII.

No poder, o oitavo gabinete do Segundo Reinado: Macaé, São Vicente, Abaeté, Manuel Felizardo; mas sua duração não iria além de dois meses e vinte e três dias (19). A legislatura de 1848 não chegaria a funcionar. Adiada por decreto de 5 de outubro desse ano para 23 de abril de 1849, seria dissolvida por decreto de 19 de fevereiro... (20) Chichorro da Gama era demitido da presidência, sem complacência, e, no novo gabinete, embora ainda liberal, o de Paula Souza, não entrava um único ministro partidário ou amigo da Praia. "Pesava um interdito sobre ela. Em Pernambuco mesmo a situação tinha piorado (21)." O sucessor de Chichorro, o padre paulista.conselheiro Vicente Pires da Mota, homem enérgico, rabugento e de língua solta, arrasou em relatório famoso a administração anterior (22). Os liberais dividiram-se, enfraquecendo-se. Aos poucos, o bloco conservador do Senado ia impondo o que queria. Quando Paula Souza, no ocaso, passou o bastão a Souza Franco, o novo presidente de Pernambuco foi recebido pelos praieiros "como um adversário".

"Com a queda da situação liberal — escreve sabiamente Joaquim Nabuco — Pernambuco estava fadado a ser o campo de uma revolução sanguinolenta." Do mesmo modo que os liberais, dispensados do poder em 1841, se rebelaram em 1842, em São Paulo e Minas, os praieiros se revoltariam em 1848, sobretudo por verem no poder, desde 29 de setembro, "o chefe mais graduado dos guabirus", Pedro de Araújo Lima, então visconde de Olinda. "Ao ressentimento que os praieiros experimentaram vendo à testa da administração o homem que com o seu prestígio pessoal, durante os cinco anos da situação liberal, os estorvou e às vezes paralisou no govêrno e que impediu os seus chefes de entrarem para o ministério e de se acastelarem no Senado, juntava-se para movê-los à ação a confiança do partido liberal no Império de que Pernambuco não toleraria o domínio saquarema e que desta vez o país assistiria a um movimento como fôra o do Rio Grande e não ao espetáculo da Venda Grande ou da Santa Luzia. Sob tal influência não havia para a Praia freio que a pudesse conter; a revolução era inevitável (23)." Demais, o CORPO DE INVISÍVEIS estava a postos, ajudando a desencadeá-la.

Todavia, os homens de verdadeira responsabilidade do partido da Praia não a queriam, não a desejavam e procuravam evitá-la. Ela estava **fora das vistas e esperanças** de Nunes Machado, assegura Urbano Sabino, cronista e parte do movimento. Ela não tinha nenhum pretexto que satisfizesse à opinião, depõe gravemente Joaquim Nabuco. Ela foi "um erro depois unanimemente lastimado", acrescenta. Borges da Fonseca, um dos chefes, julgou-a prematura. Todos os outros, desarvorados, atiraram a responsabilidade como uma peteca de mão em mão, acusando-se mutuamente de traição e de covardia (24).

Infeliz revolução! Ondulação começada em Paris, como disse Nabuco, não podendo acrescentar por falta de conhecimento das forças secretas, o que acrescentamos: transmitida por essas forças, hábeis imitadores em toda a parte das idéias judaicas rotuladas de francesas...

Que motivos a ditaram?

Vejamos a confissão dos chefes. A 31 de dezembro de 1848, Nunes Machado, Peixoto de Brito, Vilela Tavares e Antônio Afonso Ferreira deixaram o Recife para se unirem às forças rebeldes que já vinham do interior para a capital, onde ficavam agindo Lopes Neto, Rego Monteiro e o padre Faria. Arruda Câmara ia agitar o norte da província. Ao se separarem, assinaram uma proclamação em que reclamavam a convocação de uma Constituinte, a temporariedade do Senado, nova divisão territorial do Império, nomeação dos presidentes de província e de prefeitos departamentais pelas assembléias provinciais em listas sujeitas ao **placet** imperial, mandatos eleitorais e magistraturas somente destinados a brasileiros natos, nomeações de funcionários pelos prefeitos, centralização financeira do país. Não achando suficiente o programa, ampliaram-no mais tarde, exigindo a extinção do Poder Moderador e do de Graça, sufrágio universal, federalismo, independência dos três poderes, reforma judiciária, novo sistema de recrutamento militar, extinção da lei do juro convencional e nacionalização do comércio a retalho (25). Sente-se em tudo isso o sopro das lojas, o cheiro da Acácia: acabariam querendo a República...

Não há uma alegação de peso contra o Império. Os líderes não desejavam a rebeldia. Ela como que foi assoprada da sombra, dos INVISÍVEIS, de tal modo que os comprometeu ao ponto de não terem outra saída senão pegar em armas.

Urbano Sabino, defendendo seus amigos e companheiros, afirma que a prepotência do governo provocou-a, tendo o seu partido

recorrido às armas por ser esse, em verdade, o último recurso que lhe restava contra a compressão do poder e que os bandos armados surgidos de repente pelas comarcas do interior nada mais eram do que elementos locais de defesa contra a prepotência das autoridades guabirus (26). Figueira de Melo, o chefe de polícia que combateu os praieiros, declara que eles esperavam se generalizasse o movimento por todo o Norte e se agitasse o Sul (27). Melo Rego assegura que os chefes da rebelião estavam de inteligência com amigos na Corte (28). As intrigas maçônicas enleavam todos em sua teia sutil.

A acusação de compressão governamental está sujeita a dúvidas sérias. Os homens que o poder central mandara nos últimos tempos, quando a agitação dos espíritos prenunciava a revolta, governar a província, não eram tipos de tiranos. Herculano Pena distinguia-se, aliás, pela moderação, o que fez com que as coisas chegassem ao ponto a que chegaram. Vieira Tosta, o presidente que acabou dominando a revolta, se tinha uma mão política de ferro, possuía uma consciência "delicada e escrupulosa" de magistrado, não praticando nenhum abuso de autoridade (29).

O certo é que, quando estiveram no governo, os praieiros conseguiram, visando o futuro, distribuir pelo interior cinco mil espingardas e 350 mil cartuchos. Preparavam a revolução (30). A Praia acreditava que as delongas e a moderação significavam fraqueza governamental. Acendeu, pois, o estopim da bomba destinada a rebentar nas mãos fracas de Herculano Pena. Vieira Tosta, o Paxá de Pernambuco, como lhe chamariam os praieiros, concertaria os estragos da explosão.

Esta foi a 7 de novembro de 1848. Chefiou o movimento o desembargador Nunes Machado, homem de alto valor mental e moral, muito popular na sua terra. Tinha o defeito de se julgar genial. Conformara-se à vontade de seus amigos, vítima da intriga maçônica. Viu-o claramente o espírito de Joaquim Nabuco: "Ao pisar o solo pernambucano o chefe que ia tudo aplacar sentiu-se vencido pelas circunstâncias locais, enleado pelas intrigas do partido. Havia já corrido sangue, os praieiros estavam em armas, a atitude conciliatória atribuída a Nunes Machado foi considerada pelos combatentes como uma tentativa de deserção, e espalhou-se logo o boato de que ele se tinha passado. Essa suspeita bastou para lançá-lo com dupla violência no caminho da revolução. Pode-se ler no avulso publicado por ele, logo depois de sua chegada, a história do que se passou em seu espírito, a sua resolução de evitar a luta, dominada pela sua incapacidade de afrontar uma suspeita desonrosa (31)." Ele vinha, com os

outros deputados pernambucanos, da Corte, chamado pela gravidade da situação, torturado pelo pressentimento de ser vítima dos acontecimentos (32).

Iniciava-se, assim, a revolta que, se durasse, penderia para a República, como opina Nabuco, proclamaria uma República separatista do gênero da de Piratinim. Lançou-a nesse rumo a adesão de Antônio Borges da Fonseca, cognominado o Repúblico, que a própria Praia outrora castigara por ter insultado Sua Majestade o Imperador. O movimento acabaria, em verdade, arvorando a verdadeira bandeira que desejavam os conciliábulos dos INVISÍVEIS...

Aqui e ali, o interior já se alçará com as armas que recebera. A 14 de novembro, já os rebeldes de José Joaquim de Almeida Guedes davam combate aos guardas-nacionais, policiais e soldados de linha do coronel Amorim Bezerra, em Mussupinho. Depois de três horas de fogo, os legais ficaram senhores do terreno e os praieiros recuaram batidos, perdendo 43 homens (33). Não era lisonjeiro o anúncio para a nascente rebeldia. Seus bandos infestam o sertão. Pipocam sublevações de todos os lados. Abusos. Barbaridades. Os legalistas por onde passam pagam na mesma moeda.

Em fevereiro, os praieiros resolvem apoderar-se do Recife. Investem-no no dia 2, com dois mil homens, pela Boa Vista e pelos Afogados. Penetram na cidade. O tiroteio crepita horas e horas nas ruas Nova e do Crespo, nos largos da Ribeira e do Carmo. O combate dura de 5 da manhã às 9 da noite. Os insurgentes esperavam apanhar o governo de surpresa, mas o encontraram prevenido e suspeitaram uma traição ao seu plano. Ao invés de correr a refugiar-se medrosamente a bordo de um navio, como pensavam, Vieira Tosta resistiu com as forças da guarnição auxiliadas pela maruja do vapor de guerra "D. Afonso" surto no porto. Quando dirigia o ataque ao quartel da Soledade, Nunes Machado caiu morto com uma bala na cabeça, o que privou os assaltantes de seu chefe e lhes apressou a derrota. Foram repelidos com grandes perdas, deixando inúmeros prisioneiros nas mãos dos legalistas, os quais foram depois deportados para a ilha de Fernando de Noronha. As cabeças dos líderes fugitivos foram, em edital, postas a prêmio por três contos de réis cada uma (34). O malogro desse ataque ao Recife foi um golpe mortal na revolução (35).

A morte de Nunes Machado deu lugar a que os praieiros acusassem aos contrários de o haverem assassinado. Urbano Sabino ameaça revelar um dia os nomes dos mandantes e a soma por que foi ajustado o crime. Acrescenta que o cadáver, transportado numa rede,

fôra insultado pelos guabirus aos berros de — **morram os cabanos** (36)! Figueira de Melo explica ter sido impossível preparar uma emboscada contra o chefe praieiro em plena refrega, que o transporte do corpo se fizera em rede, meio usual de carregar defunto no Norte, por não haver outro no momento, e que não houve o menor insulto ao corpo, mas simples **vistoria** ou, como se diz atualmente, verificação de identidade. A opinião do general Melo Rego é que morreu em combate (37).

Os rebeldes, após a morte de Nunes Machado, passaram a considerar assim como a uma espécie de general chefe a Peixoto de Brito, graduado irmão da Acácia, que conseguiu escapulir, quando viu a causa perdida, para o estrangeiro. Voltou mais tarde ao Brasil, à sombra da anistia, reatou as antigas relações políticas e logrou com os apertos de mão simbólicos ser nomeado cônsul do Brasil em Barcelona. Viveu feliz, falecendo com setenta anos de idade em 1878 (38). Os pobres praieiros da plebe que deram sua vida pelas idéias pregadas pelos INVISÍVEIS dormiam esquecidos no fundo da ensangüentada terra pernambucana. Felizmente os que crêem sabem que na presença de Deus não existem heróis anônimos.

A Praia continuou a lutar, mau grado o revés do Recife, incendiando o interior. O general José Joaquim Coelho, depois barão da Vitória, assumiu o comando dos imperiais. No norte da Província, focos sediciosos borbulhavam nas matas de Paratibe e Monjope. No Rio Grande do Sul, a guerra civil se estendia pelos pampas desabrigados em algaras de cavalaria. Ali, ela se refugiava no intrincado das matas, usando em guerrilhas a formidável infantaria nordestina. Para o sul de Pernambuco, o incêndio ia devorando Água Preta e Pajeú de Flores. A 13 de dezembro, os praieiros entravam em Goiana, velho foco maçônico, espécie de Serro de Pernambuco, aprisionando a guarnição e só abandonando a cidade após a derrota do Pau Amarelo.

O praieiro Manuel Pereira de Morais comandava um destacamento de mil e duzentos homens bem armados, que o general José Joaquim Coelho atacou com tropa de linha — fuzileiros, caçadores e artilharia — em Cruangi, no dia 20 de dezembro, e desbaratou completamente. Os rebeldes começaram, então, a armar os índios mansos que ainda existiam nas matas do Jacuipe e de Água Preta, como os balaios do Maranhão haviam armado os pretos, lançando-os em correrias contra as colunas volantes dos legalistas. Mas, a 27 de dezembro, eles foram batidos em Almecega (39).

Raiou o ano de 1849 com uma vitória praieira: a tomada de Bezerros por Antônio Correa Pessoa de Melo, no dia 4, a que respondeu o major legalista Bruce, conquistando as trincheiras revolucionárias de Utinga, no dia 5. A 10, novo triunfo dos insurgentes: Peixoto de Brito entra em Barreiros. Depois, começam as derrotas: a 21 em Currais, perto do Rio Bonito, após cinco horas de fogo; a 27 no Pasmado, quando o capitão Argolo Ferrão, que seria mais tarde o general visconde de Itaparica, os desalojou das trincheiras ao sul do Tapissuma; enfim, a 13 de fevereiro, no engenho do Pau Amarelo, entre Goiana e Itambé, onde o tenente-coronel Feliciano Antonio Falcão derrotou o corpo revolucionário do **general** Peixoto de Brito, que se havia apoderado de Goiana (40).

Batidos em vários lugares, os insurgentes concentraram-se na região de Água Preta, de onde tentaram marchar outra vez sobre o Recife e foram obrigados a fugir para Iguarassu, em busca de munições, perseguidos pelos legalistas (41). Aquele seria o derradeiro baluarte das resistências praieiras. A guerra civil apelava para os últimos recursos e desfraldava a bandeira republicana, como diz o general Melo Rego, sob a inspiração de Antonio Borges da Fonseca, o grande ativador dos últimos tempos da rebelião.

A figura principal desse período é o capitão de artilharia Pedro Ivo, transformado na época pela fantasia e pelo maçonismo numa figura lendária como Luiz Carlos Prestes antes de se revelar em 1935. Militar insubordinado, de maus precedentes, encontrava-se licenciado em Água Preta. Arranjara a licença para ganhar tempo por se achar alcançado com a fazenda pública. Desbaratara a caixa militar de seu corpo e via com ansiedade o término de sua licença e a obrigação de prestar contas das quantias que lhe haviam sido confiadas. Quando a revolução chegou àquela zona, recebeu-a como uma saída para sua difícil situação (42). Aderiu, combateu valentemente e foi endeusado. Castro Alves exaltou-o em versos épicos. Dizia-se geralmente que Nunes Machado fôra "a cabeça e o verbo da revolução", mas que Pedro Ivo era "o braço e a espada".

Naquele trecho do sertão pernambucano, outrora se haviam alevantado os quilombos da famosa República dos Palmares. Matas cerradas se estendiam pelas margens do Jacuípe e entre o Una e o Camaragibe. Nelas anteriormente se acoutara o bando dos famigerados salteadores de Vicente de Paula, o Jacutupo (43). Ali, Pedro Ivo e os praieiros se ligaram ao bando rebelde de Caetano Alves, assolando a vizinhança. A revolução não conseguira a menor diversão em seu favor no resto do Brasil, que, cansado de guerras fratricidas, assistia

tranqüilamente ao seu estertorar. Terminava, pois, numa simples chuaneria cangaceiral. Nem podia acabar de outro modo um movimento político-social que explodira sem razões profundas, explorando artificialmente uma reação natural contra o latifúndio e o comércio a retalho, sem coesão e sem disciplina. Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro marquês do Paraná, denominou com a máxima propriedade aquele triste fim — A GUERRA CIVIL DAS MATAS.

Eis como Lopes Machado descreve essa GUERRA CIVIL DAS MATAS: "Dos píncaros mais agrestes dos alcantis mais escabrosos, das brenhas mais enredadas daqueles lugares, caíam de improviso sobre as avançadas do governo, ou as atraíam as veredas enguerrilhadas para as destruir e aniquilar, e, quando surpreendidos todos ou separados, na refrega, morriam motejando, sem nunca se renderem (44)." Toda a bravura sertaneja se desperdiçava desta sorte em pura perda!

Os guerreiros das matas acabaram, porém, dispersados pelos governistas. A derradeira resistência foi a de Nogueira Pais em Pajeú de Flores. Pedro Ivo, considerado desertor do Exército e com a cabeça a prêmio, ocultou-se nas terras do engenho Verde. Afinal foi agarrado e veio para o Rio de Janeiro, onde o prenderam na fortaleza de Santa Cruz. O governo ofereceu-lhe anistia sob a condição de passar seis anos fora do Império. Naturalmente apoiado nas promessas e proteções das forças ocultas a quem servira, recusou. Transferido para a fortaleza da Lage, dali se evadiu, como Bento Gonçalves do forte do Mar, na Bahia, refugiando-se numa fazenda de Joaquim Breves, o Mata-gente. Embarcou furtivamente na restinga de Marambaia com destino à Itália, mas faleceu a bordo, provavelmente de um colapso cardíaco, na altura da Paraíba. Lançado o cadáver ao mar, deu à costa roído pelos peixes.

Os outros cabecilhas processados foram condenados à prisão perpétua "em pouco tempo nulificada pela anistia". Honório Hermeto substituiu na presidência da província de Pernambuco a Vieira Tosta, futuro marquês de Muritiba, "para impedir os excessos da reação".

Dominada essa última tentativa do revolucionarismo maçônico, o Império poderia realizar seu grande destino na América do Sul.

Capítulo V

O TIGRE DE PALERMO E O CARNAVAL FINANCEIRO

Depois da revolução praieira — notou Ribeyrolles — os processos políticos desapareceram do Brasil. Toda a gente procurou acatar a Autoridade Imperial como único remédio às lutas facciosas que depauperavam a vida econômica, envenenavam o ambiente social e perturbavam a administração da coisa pública. Começava a opulência dos grandes fazendeiros de café, espécie de nobreza rural em que se ia basear o Império. Desde 1819, os cafezais se multiplicavam em volta do Rio de Janeiro, ao princípio plantados e explorados por estrangeiros: Lacesne, Duffles, Monk, o general holandês Hogendorp, antigo ajudante de campo de Napoleão, lembrado no testamento de Santa Helena (1). Onze anos antes, em 1808, o Brasil já produzia 960 mil libras da **preciosa rubiácea**. Essa produção elevava-se em 1820 a 7.360.000 libras (2). Crescimento vertiginoso. Cada dia mais capitais se empregavam nessa cultura, que exigia a multiplicação do braço escravo e levantava a província do Rio de Janeiro ao pináculo da importância econômica, política e social.

O jovem Imperador casara em 1843 com D. Teresa Cristina, princesa real das Duas Sicílias, de quem tivera um filho, D. Pedro Afonso. A 20 de julho de 1850, o pequenino rebento imperial faleceu na fazenda de Santa Cruz. A dinastia viu-se, assim, privada de herdeiro varão e mais tarde o cetro sob a ameaça de **tomber en quenouille**, o que emprestou ao maçonismo sempre alerta um de seus motivos de propaganda contra o Terceiro Reinado, como veremos oportunamente.

O judaísmo londrino pressentira que o Brasil seria um país grande e livre, se dispusesse de abundante mão-de-obra. Até então esta somente lhe havia sido dada pelo odioso instituto da escravidão, em que os judeus se haviam enriquecido nos tempos coloniais. Era fácil combatê-lo por ser anti-humano e o combate deveria ser levado a

cabo sem dar tempo ao Império de organizar outra base de trabalho e povoamento do solo.

A 8 de agosto de 1845, o governo de Sua Majestade Britânica promulgava o famigerado BILL ABERDEEN, contra o qual logo protestou o ministro de Estrangeiros, Limpo de Abreu, em nota de 22 de outubro seguinte. Por que protestou? Porque o BILL sujeitava as tripulações e cargas dos navios apreendidos com escravos a bordo pelos cruzeiros ingleses ou **somente suspeitos de se ocuparem no tráfico de carne humana aos tribunais e leis da Grã-Bretanha**. Era um desrespeito à soberania dos outros e um pretexto para justificar abusos contra embarcações que navegassem sob o pavilhão brasileiro. Tinha-se a impressão que a Inglaterra procurava uma briga com o Brasil. "Ofendiam os cruzeiros britânicos a dignidade e independência do Império Americano. Aproximavam-se das costas marítimas, não respeitavam os mares territoriais e nem os próprios portos e enseadas. Cometiam toda a sorte de degradações, saltando em terra, e perseguindo os moradores, cuja conivência suspeitavam; ousaram disparar tiros contra as fortificações (3)."

O Império não precisava ser forçado dessa maneira. O Governo Imperial acompanhava com cuidado o desenvolvimento da vida econômica do país para saber quando e como deveria ir libertando-o da mancha negra da escravatura, que o próprio judaísmo, que hoje a combatia por trás do governo inglês, lhe impusera nas priscas eras da colônia e continuava a explorar na África e no Oriente. Tanto assim que pela lei de 14 de novembro de 1850 equiparou o tráfico à pirataria para todos os efeitos.

Encerrado o ciclo revolucionário-maçônico que viera dos primeiros anos do século até 1849, inaugurava-se a era da paz interna que nos permitiria arcar com o peso das guerras estrangeiras, enquanto a pressão inglesa a pretexto da escravidão o levaria até os dias perigosos da questão Cristie. A Coroa dominou a hidra da revolução. Morais Sarmento escreve: "A tolerância geral do predomínio abusivo que lhe sucedeu (**à revolução de 1848**) foi por muitos anos resultado natural do cataclisma com que os revolucionários constituintes ameaçavam o Brasil. Os homens pacíficos e desapaixonados da lavoura e do comércio, os desinteressados nas lides pessoais da política, viram as fontes da produção ameaçadas, temeram que as paixões adrede sobrexcitadas chegassem a pôr em risco a propriedade, presenciaram o afugentamento dos braços e dos capitais, e o subseqüente definhamento das indústrias, caíram em si, viram o caminho errado por onde estranhas ambições os guiavam, resignaram-se à prepotência administrativa,

como antídoto do veneno que girava na atmosfera revolucionária. Eles e só eles, pelo arrependimento de uns, pela inércia de muitos e pela valiosa coadjuvação de alguns, foram os verdadeiros vencedores da Revolução (4)."

Excelente esta pintura da vitória do espírito conservador da nacionalidade sobre o espírito revolucionário que procurava destruir sua obra de coesão e paz.

O conservadorismo imperial floresceu em moderação depois de 1848-1849. A anistia desarmou os ódios. "Acalmaram paixões". "Desvaneciam rancores". Falava-se por toda a parte de uma "reconciliação salutar", sobretudo depois que, em rápida campanha, nossos soldados expulsaram o tirano Rosas e passearam suas bandeiras vitoriosas pelas ruas de Buenos Aires, respondendo com Caseros às fanfarronices de Ituzaingó. As principais figuras que combatiam a Coroa dela se aproximaram e a ela aderiram, fortalecendo-lhe a ação em benefício do Brasil. José Maria da Silva Paranhos, corifeu maçônico, futuro visconde do Rio Branco, escrevia artigos favoráveis ao governo. Acaiaba Montezuma, maçon e iluminado coimbrão, apoiava-o para ser escolhido senador. Sales Torres Homem, o do **Timandro**, louvava o Imperador na imprensa. Teófilo Ottoni parecia esquecido dos conciliábulos das lojas e unicamente preocupado com empresas industriais, sobretudo a concessão do Mucuri. O partido Liberal diminuíra em número e força. Casado, entregue a estudos e a uma pura vida de família, inatacável em sua honestidade, o jovem soberano mostrava mais experiência dos negócios públicos e governava pessoalmente, afastados os áulicos. A "ditadura da moralidade", na frase feliz de Oliveira Lima.

O país progredia moral, mental e materialmente. O controle pessoal do Imperador varria as sevandijas da administração e da política. Reorganizava-se a Instrução. Mauá, ligado aos capitais judaicos de Carruthers e Castro, lançava estradas de ferro, companhias de gás e de esgotos. Criavam-se já no sentido de obviar os inconvenientes da odiosa escravidão as primeiras colônias agrícolas. Honório Hermeto entoava em discurso célebre no Senado loas a essa frutuosa paz da família brasileira: "Não há mais saquaremas nem luzias. As lutas passadas estão terminadas e esquecidas. O governo é conservador-progressista, e progressista-conservador." Compreender-se-á melhor este rótulo político lembrando que o mesmo orador realizaria em 1853 a Conciliação dos Partidos. Sentia-se a necessidade de uma grande união de vistas. Já na Câmara eleita para 1850 só havia um liberal, Souza Franco. O gabinete ministerial era homogêneo e de figuras

conservadoras independentes e influentes (5). Gente da primeira linha. "Foi realmente um ministério forte esse que suprimiu o tráfico, dominou a revolução de Pernambuco, derrubou Rosas, e ao mesmo tempo lançou as bases de grandes reformas e melhoramentos que mais tarde se realizaram (6)."

Derrubou Rosas!

D. Juan Manuel Ortiz de Rosas era o fantasma da reconstrução do Vice-Reinado que se erguia ensangüentado no Prata, atemorizando o Império sempre lembrado dos desastres do Primeiro Reinado. Mas agora, ao invés duma nação dividida e maçonizada internamente, havia outra que saía triunfante das guerras civis e se unia em torno de um jovem monarca que não cortejava marquesas. Nos pródromos da grande conciliação partidária, com o enfraquecimento dos liberais exaltados, a maçonaria encolhia as garras prudentemente, ressonando no fundo das lojas.

Na sua tirania caudilhesca, Rosas sonhava ligar o Uruguai e o Paraguai à Argentina Federal, domando ao mesmo tempo as resistências regionais de Corrientes e Entre Rios. Adotara o vermelho como cor oficial de seus partidários, obrigava-os ao uso de bigodes postiços e degolava os inimigos sob o rótulo geral de **salvajes unitarios**, conservando-lhes as cabeças em serragem ou vinagre, e expondo-as em ganchos nos lugares públicos (7). Seu esquerdismo expresso no culto da cor encarnada, bebido no anticlericalismo maçônico, ressaltava no modo como tiranizava o clero, fazendo da religião alavanca de seu governo e ridiculizando a pessoa dos prelados com seus bufões fantasiados de **bispos das vacas** (8).

Destruía tudo em volta de si para dominar. "Somente de pé ficaram a alfândega, que era a mina de ouro, e a tropa, que era a força. Fecha a Casa dos Expostos e reparte as infelizes crianças entre as pessoas caridosas que as queiram receber. Suprime por decreto a vacina e risca do orçamento a verba que a custeava. Tira os ordenados dos mestres-escola, abandonando-os **à caridade dos pais de família**. Cerra as portas do Colégio de Órfãos, dos asilos e de todos os hospitais, cujos habitantes e enfermos são postos na rua para que a piedade pública os proteja. E clausura-se a Universidade — reunião, diz a palavra oficial, **de mocitos haraganes y lojistas** (9)."

O déspota voltava-se contra as próprias lojas, cujo espírito inspirara sua política de Stalin platino. Decretara o desaparecimento de roupas azuis e verdes, sob pena de morte. Institulava-se Ilustre Restaurador das Leis, enquanto a voz de seus inimigos o alcunhava Tigre de Palermo (10).

Degolavam-se os unitários diariamente ao som da **Resbalosa**, que Avellaneda diz imitar o movimento da faca sobre a garganta da vítima. Era canto e bailado. A **Carmagnole** do Prata. Havia como que um jacobinismo nesses degolamentos. Com uma diferença: ao invés da guilhotina, o **cuchillo**. Satanismo também. Rosas cercava-se de negros macumbeiros e freqüentava-lhes os candomblés. Contavam-se em Buenos Aires mais de vinte mil pretos organizados em poderosas sociedades, verdadeiras maçonarias negras: a Banguela, a Munonque, a Conga, a Cambunga, a Alagungan, que conservavam os rituais feiticistas da África e se persignavam pela Santa Federação (11).

Ao povo miúdo dava diversões infantis: cavalinhos, argolinhas, rinhas de galo e paus de sebo. Ridiculizava as datas nacionais e deixava porém seu retrato em todos os objetos, dos livros de missa aos bacios (12).

O homem que tudo abatera em redor de si, receoso de qualquer superioridade, apoiava-se na ralé, cujas expressões mais altas eram o Clube da Mashorca e a Sociedade Restauradora. Nesses agrupamentos infames, dominavam frades apóstatas, magarefes, negros, mulatos, vagabundos e criminosos. Espalhavam o terror, único sustentáculo do tirano (13), que Capdevila denomina "pontifice brujo de una teocracia bárbara."

A ambição de Rosas era restaurar sob a égide da Argentina o antigo Vice-Reinado, reconquistando o Paraguai, que proclamara sua independência à sombra da diplomacia imperial, retomando o Uruguai por meio de interposta pessoa posta à sua frente e dedicada à causa rosina, e, se possível, apoderando-se do Rio Grande do Sul. Daí aquelas palavras da proclamação de Canabarro: "Um poder estranho ameaça a integridade do Império."

A luta entre o Império e Rosas travou-se primeiro secretamente. O representante diplomático da Argentina no Rio de Janeiro, D. Tomás Guido, montara verdadeiro serviço de espionagem. O ouro de Rosas pagava uma polícia secreta espalhada em todas as nossas repartições públicas, de modo que o governo do ditador vivia minuciosamente informado de quanto se pensava, se dizia ou fazia na Corte Imperial. Por sua vez, o governo do Brasil usava de meios idênticos, não só mantendo a poder de dinheiro estreitas relações com os caudilhos semi-independentes de Corrientes e Entre Rios, Urquiza e Virasoro, como estabelecendo ligações secretas por intermédio de Rodrigo de Souza da Silva Pontes, nosso ministro em Montevidéu, com próceres argentinos exilados e com figuras de relevo uruguaias,

inimigos declarados ou encobertos do famigerado Tigre de Palermo (14).

Isso custou muito dinheiro ao erário imperial. Os governos uruguaios viviam do "subsidio pecuniario mensual" pago pelo Brasil. Esses "auxilios pecuniarios que nos dio el Imperio", confessa D. André Lamas, cessaram em 1854 e, entregue aos próprios recursos, a República Oriental não podia atender sequer às mais exíguas necessidades de seu orçamento. "Miséria desoladora!" Os cofres absolutamente raspados! Os cofres absolutamente raspados! A Entre Rios e Corrientes emprestou o Governo Imperial quatrocentos mil patacões ou sejam oitocentos contos, soma respeitável na época, subsidiando mensalmente Urquiza com cem mil patacões (15).

Essas ligações secretas do Império contra Rosas iam até o Paraguai e penetravam na própria Bolívia. Desde 1845, após se declarar independente, o Paraguai procurara apoio em Corrientes, fazendo um tratado de aliança defensiva e ofensiva com o caudilho Madariaga. Quando, em 1851, decidido a acabar de vez com **o poder estranho que ameaçava sua integridade**, o Império invadiu a Banda Oriental, a Bolívia enviou algumas tropas às fronteiras do Chaco, como ameaça a um flanco da Argentina, e o Paraguai mandou alguns destacamentos, que, repelidos em Corrientes com perda até das bagagens, se limitaram a exaurir a cavalhada em marchas e contramarchas nos arredores das **tranqueras** de Loreto e San Miguel. Para essa "palhaçada militar", D. Carlos Antônio Lopez exigiu constantemente subsídios do Império, que acabou fechando a bolsa e desprezando tanto elogios como ameaças do pai de Solano Lopez (16).

Até o último momento Rosas procurou evitar a guerra com o Brasil. Mesmo depois de mobilizadas as guardas nacionais gaúchas, de convocadas as milícias rurais entrerrianas, de nomeado o conde de Caxias para dirigir a campanha, "nas solenes imprecações de 9 de julho, Rosas impetrava do céu e da terra morte horrível para as avantesmas Flores e Santa Cruz, esquecendo-se adrede do inimigo em marcha... Era que o Grande Americano e Mui Ilustre Argentino implorava fora de horas a mediação de Mr. Southern e o favor das estrelas. Medo? Sim, medo. Os fatos o demonstraram (17)."

Mas os astros falharam. Falhou também a suplicada intervenção da Inglaterra, cuja maçonaria protegia o tirano. E, "ao rumor dos tambores das tropas brasileiras, as milícias entrerrianas e correntinas caminharam para as planícies fartas do Uruguai. Rosas tremeu. Buenos Aires tremeu com Rosas e, publicamente, os mazorqueiros puderam associar, nas suas maldições de baixa feitiçaria e nas suas

comédias trágico-burlescas, o nome de Urquiza ao nome do Brasil (18)."

Apesar dos patacões que recebia mensalmente, o general D. Justo José de Urquiza mostrara tanta indecisão que fôra necessário o Brasil intimá-lo a mover-se com a declaração categórica de que — **com ele, sem ele ou contra ele** — entraria em campanha (19). Assim, Caxias surgiu na fronteira uruguaia à frente de dezesseis mil homens. Das pontas do Cunha Peru o Exército Imperial se dirigiu às coxilhas orientais. Às suas ordens, Canabarro e o Moringue, João Propício e Bruce, Andrade Neves e Osório!

O Tigre de Palermo entregara a tarefa de conquistar o Uruguai, disfarçada em competição política interna, a um dos mais torpes e sanguinários caudilhos que a América espanhola jamais produziu, Oribe, o Corta-Cabeças. Depois da batalha do Arroio Grande, em que derrotara o velho Lavalleja e degolara friamente mil e quinhentos prisioneiros, Oribe sitiara Montevidéu, "baluarte da independência mental do Prata", refúgio sagrado dos perseguidos de Rosas. Durante nove intermináveis anos, de 1842 a 1851, a cidade heróica sofreu rigoroso assédio que lhe valeu o título de Tróia Americana. Fome. Angústia. Medo. Martírio. Bombardeios. Sortidas. Um inferno! Alexandre Dumas escreveu exaltado opúsculo sobre essa resistência: "Nouvelle Troie".

O conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz, depois visconde de Bom Retiro, na Conciliação ministro do Império.

A serviço de Rosas, Oribe, "pior do que Atila", afogara em lama e sangue, de 1839 a 1842, as rebeliões de Santiago del Estero, Córdoba, Jujuí, Corrientes, Santa Fé, La Rioja, Cuyo e Tucuman.

Açoitava, violava e vilipendiava as mulheres. Torturava e degolava os homens. Incendiava, saqueava e arrazava (20).

Graças ao auxílio estrangeiro, Montevidéu pôde resistir tanto tempo. Subsídios ingleses, franceses e brasileiros. O Brasil interveio quando a França abandonou a liça. Legião francesa de Thiebaut, veterano de Napoleão. Legião italiana de Garibaldi, que deixara os Farrapos. Legião espanhola de Brie. Refugiados argentinos de Gell y Obes. Riveristas e colorados. Todos bateram-se comp leões (21).

James de Rothschild
(Um dos Reis do Brasil)

O primeiro objetivo de Caxias era naturalmente libertar Montevidéu, que a esquadra de Grenfell bloquearia. Entretanto, quando se aproximou da capital uruguaia, já Urquiza, que forçara as marchas na sua frente, se entendera com Oribe, o qual se rendeu com garantia de vida e retirada. Eduardo de Urquiza, neto do general, reconheceu que ele assim procedeu por um sentimento de argentinismo, "prescindindo dos brasileiros", que lhe pagavam cem mil patacões mensais, "para dar o golpe decisivo" (22). A Sarmiento o próprio Urquiza confessou que não podia consentir tivessem os brasileiros participação na rendição de orientais e argentinos (23). Eram estes da mesma família. Demais, Urquiza e Oribe pertenciam ambos à maçonaria... O primeiro salvou o segundo Filho da Viúva de ser tomado entre dois fogos, o dos imperiais e o dos sitiados, com o caminho do rio e do mar sob o controle da esquadra brasileira, em situação de ser esmagado à menor veleidade de resistência. A deslealdade de Urquiza salvara seu amigo e irmão da Acácia...

Essa capitulação passava uma esponja sobre o passado, punha os partidos em luta em igualdade de condições, mandava processar novas eleições e reconhecia como dívida nacional as despesas das tropas sitiantes. O cúmulo! Tudo ficava preparado para a continuação da luta na primeira oportunidade. Oribe podia dispor livremente de sua pessoa (24).

Depois de alguma demora em Montevidéu, Caxias transferiu seu quartel general para a Colônia do Sacramento. Ficaria ali com o grosso do Exército Imperial, enquanto uma divisão de quatro mil homens, sob o comando do brigadeiro Manuel Marques de Souza, futuro conde de Porto Alegre, seguindo na esquadra rio acima, cooperaria com as milícias de Urquiza e Virasoro que marchavam sobre Buenos Aires. Deviam encontrar o exército de Rosas no caminho. Se a sorte da batalha perigasse, o conde de Caxias atravessaria o estuário e investiria a capital, ocupando-a na retaguarda do inimigo, cortando-lhe as subsistências e desmoralizando-o. Seria a derrota certa. Os navios de guerra e transportes imperiais, com o pavilhão do chefe Grenfell no mastro grande do "D. Afonso", forçaram as baterias da passagem de Teneleros e levaram nossas tropas à ponta do Diamante, onde desembarcaram em ordem (25).

Dali, o Grande Exército Aliado Libertador da América do Sul, composto por quatro mil brasileiros, mil e setecentos uruguaios sob o comando de Cesar Dias e vinte mil correntinos e entrerrianos, avançou para Buenos Aires. Além da ponte de Márquez sobre o arroio Morón, divisou os vinte e seis mil homens do ditador portenho, com seus cinqüenta canhões, entrincheirados na quinta de Caseros e na vila dos Santos Lugares. Era um "exército de rapina", de escória, sem pátria e sem lei. O outro trazia um ideal de libertação e, no meio de sua desorganização gauchesca, a disciplina consciente da divisão imperial, **única tropa decente**, como a qualificava Sarmiento. Além disso, faltava a Rosas um general, enquanto do outro lado a competência de Marques de Souza supria vantajosamente a incapacidade proverbial de Urquiza. Estava-se no dia 3 de fevereiro de 1852, pela manhã. Em atiradores, a infantaria ligeira do Império, armada de fuzis de retro-carga Dreise, modelo de 1841, instruída por oficiais alemães, reduziu ao silêncio as peças argentinas, matando-lhes chefes, apontadores e serventes. Depois, carregou a baioneta e rompeu o centro da linha, ao mesmo tempo que Osorio, com seu regimento de cavalaria, carregava à direita, tomando a única bandeira conquistada naquele dia. O inimigo fugiu desbaratado. Urquiza conservara-se inativo até onze horas e todas as disposições foram tomadas por Marques de Souza, Piran,

Galan, Sarmiento e Mitre, que para o primeiro apelaram diante da imobilidade do general chefe (26).

Rosas, seguido unicamente por um ordenança fiel, galopou para Buenos Aires pelo caminho de Matanzas, apeou-se no Hueco de los Sauces, gatafunhou a lápis sua renúncia num farrapo de papel e mandou entregá-la na Sala dos Representantes que tanto aviltara. Disfarçou-se com o poncho e o barrete do soldado e asilou-se na legação inglesa, onde sua filha Manuelita se lhe foi reunir. À meia-noite, guardado por marinheiros britânicos, embarcou no "Centaur", transladando-se depois para o "Conflict", que o conduziu à Inglaterra com escala pela Bahia. Desembarcou em Plymouth a 5 de abril de 1852 e morreu em 1877, pobre e esquecido, nos arredores de Southampton (27).

Porto Alegre foi o verdadeiro vencedor de Caseros e não Urquiza. A divisão imperial formava o **centro** da linha da batalha e arrojara os argentinos fora de suas posições centrais com "inaudita bravura" (28) **Nuestro centro**, confessa oficialmente o próprio estado maior de Urquiza, além de auxiliar os orientais no flanco esquerdo, avançou sob o amparo de suas baterias, envolveu a direita de Rosas, rompeu-lhe a linha, tomou os entrincheiramentos à baioneta e apoderou-se de canhões, viaturas, bagagens, armas, munições e troféus (29). Arrepiara-se, porém, o argentinismo com o pensamento de entrarem os brasileiros vencedores em Buenos Aires. Doía naturalmente aos portenhos que um Exército Imperial palmilhasse com as músicas tocando e as bandeiras desfraldadas as ruas pelas quais até então só os ingleses haviam passado para logo serem vencidos e expulsos. Os jornais, alarmados, berravam, esquecendo que o sangue de nossos soldados os tinha libertado da tirania atroz de Rosas: **que no vengan los brasileros**! A indignação se esboçava em cada canto (30). O próprio Urquiza, acompanhado de Virasoro, La Madrid e Mansilla, cunhado de Rosas, vencido tristemente em Toneleros, procuraram Marques de Souza e fizeram-lhe ver a inconveniência da entrada triunfal na cidade. O general do Império ouviu-os e declarou que Caseros era uma vitória brasileira e que seus soldados a festejariam entrando em Buenos Aires, fosse ou não conveniente (31).

Entraram a 18 de fevereiro de 1852, dois dias antes do aniversário de Ituzaingó, como as **únicas tropas decentes** do Exército Libertador (32). Desfilaram ao rufo dos tambores pelas ruas do Peru e da Federação, praça da Vitória e Paseo de Julio até Palermo, onde acamparam: o 5º, o 6º, o 7º, o 8º, o 11º e o 12º de caçadores a pé; o 2º de cavalaria de Osorio e o 1º de artilharia a cavalo, o **Boi de Botas**.

Saudou-os uma ovação popular indescritível (33). Mais uma vez o sentido da civilização brasileira se interpunha à barbárie caudilhesca do Prata, mais pela força moral de sua ordem interna e de sua disciplina do que pelo material dos seus armamentos. Apesar de sua malícia e de seu entranhado argentinismo, Urquiza reconhecia de público que os brasileiros tinham ido ao Prata pela justiça, pela liberdade e pela glória, cooperando para a salvação e dois povos e para a ruína de dois tiranos, granjeando as simpatias do mundo e assegurando para o futuro a dignidade da nação argentina. Os veteranos do Império mereciam admiração, gratidão e amor (34)! Sobre suas cabeças caíam "as bênçãos de todo um povo agradecido" (35).

O Império impunha-se na vida interna, ordenada e tranqüila, na vida exterior, como campeão de liberdade e paz. Honório Hermeto, engrandecido pela sua ação no Prata, junto a Urquiza, organizava em 1853 o gabinete da Conciliação. "Vassalo igual ao Rei", diziam. Em plena força, a monarquia procurava amparar-se na paz política, como a buscar um partido único que fizesse desaparecer as lutas estéreis, criasse uma consciência nacional e permitisse a continuidade administrativa. A Conciliação durou até 1856.

O judaísmo internacional não poderia permitir o desenvolvimento, o engrandecimento desse Império que já se mostrava capaz de resolver as questões de sua vizinhança na ponta das baionetas e com elas arrancava de Buenos Aires um tirano acastelado havia longos anos e armado até os dentes. Era necessário enfraquecê-lo e, do dia para a noite, a crise bateu-nos às portas...

Em julho de 1852, depois do triunfo de Caseros, o Governo Imperial tomou em Londres, por intermédio de Rotschild, um empréstimo de £ 954.250 reais por £ 1.040.600 nominais, a tipo 95 e juros módicos de 4 1/2%, do qual nem o cheiro sentiria. Com esse ouro, que não chegou a sair dos cofres judaicos, resgatamos os remanescentes do empréstimo da Independência, que já nos levara trinta anos de juros, e do empréstimo português, que ficara a nosso cargo. Só em 1882 nos libertamos desse peso. Pelo contrato passado entre vários barões Rotschild e o cavalheiro Sérgio Teixeira de Macedo, nosso ministro em Londres, aqueles ficavam **exclusivamente** encarregados de pagamentos e compras da operação, com percentagens sobre remanescentes, despesas, trabalhos e riscos eventuais, variando de 1/2 a 2%. No final das contas, recebemos um pouco mais de oito mil contos e pagamos vinte e um mil (36)!

Cinco anos depois, em 1857, desenhava-se a crise que o empréstimo demorara para agravar. O governo, aconselhado pelos técni-

cos que bebem suas teorias em livros judaicos, concedeu em decretos faculdade emissora a dois bancos do Rio de Janeiro: o Comercial e Agrícola, e o Rural e Hipotecário. Concedeu-a, depois, aos bancos do Maranhão, da Bahia, de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, com prazos variáveis. O ministro da Fazenda, Souza Franco, como se isso não bastasse, tornou extensiva a faculdade emissora às proprias sociedades em comandita. Era uma inflação de caráter verdadeiramente judaico, que se processava no sentido de arruinar mais adiante a economia do Império. José Joaquim Rodrigues Torres, visconde de Itaboraí, fez oposição cerrada ao que denominou CARNAVAL FINANCEIRO, demitindo-se da presidência do Banco do Brasil.

Quem defendia o CARNAVAL FINANCEIRO?

Naturalmente aquele a quem isso interessava e que era o sol que iluminava os grandes negócios e empreendimentos da monarquia: Irineu Evangelista de Souza, visconde de Mauá, sócio de Carruthers de Castro, de Manchester. Advogava a teoria do crédito ilimitado. O abuso deste trouxe o desastre que era de prever. Especulação. Jogatina. Fraude. Agiotagem. Lucros ostentosos. Essa espécie de **ensilhamento** durou um ano. Em dezembro de 1858, o Imperador alarmou-se com a situação e o ministério caiu.

O CARNAVAL FINANCEIRO teve como conseqüência o fim da Conciliação trabalhosamente realizada sob o prestígio de Honório Hermeto, "solene compromisso ministerial", na opinião de Nabuco, que os liberais tomaram e era o complemento da política chamada de justiça e tolerância de 1848, a que o Imperador assentiu e era seu "pensamento augusto", como dizia Olinda. De novo, os partidos se encresparam e engalfinharam na rinha eleitoral, enfraquecendo a nação para gáudio das forças secretas. Desde 1848, o marquês do Paraná iniciara a obra conciliatória, cujos frutos tinham sido os gabinetes do conde de Caxias e do marquês de Olinda. Em dezembro de 1858, dez anos depois, todo esse trabalho ia de águas abaixo levado pelo turbilhão da crise e subia ao poder, presidido pelo visconde de Abaeté, esquecido do liberalismo exaltado dos **Andradas e seus amigos**, dos INVISÍVEIS de 1842, maçon arrependido, um ministério conservador, no qual o titular da Fazenda, Sales Torres Homem, visconde de Inhomerim, inaugurava política financeira contrária ao seu antecessor, com a centralização econômica (37).

Sales Torres Homem pôs paradeiro ao CARNAVAL FINANCEIRO, "época caracterizada pela ânsia de enriquecer de repente por um golpe de audácia" (38); mas o desbarato da fazenda pública o obrigou a solicitar novo empréstimo em Londres. Era o que o judeu internacio-

nal queria para pouco a pouco escravizar o Brasil, reduzi-lo a colônia de banqueiros. Em maio, Carvalho Moreira, barão de Penedo, cujo fausto maravilhava a sociedade londrina, tomava por trinta anos a Rotschild £ 1.526.500 nominais, a juros de 4 1/2% e tipo 95 1/2. O fim confessado era o prolongamento da Estrada de Ferro D. Pedro II. Os banqueiros abiscoitavam várias espécies de comissões, de 1 a 2 1/4%. Recebemos somente £ 1.360.275, que nos custaram £ 3.366.500. Até dezembro de 1888, por doze mil contos que nos vieram ter às mãos, restituímos quase vinte e cinco mil!

Conseqüência desse empréstimo de 1858 foi o de 1859, também negociado e assinado pelo barão de Penedo. Resgatou o **escandalosíssimo** de 1839, £ 208.000 "já pagas e repagas, que se convertiam em novo empréstimo para render juros por mais trinta anos". Essas £ 762.000 saíram por £ 1.270.000. Custo total: oito mil e quinhentos contos (39).

De então por diante, os empréstimos se vão suceder uns aos outros sem solução de continuidade, ficando cada vez mais o Brasil escravizado ao judeu da City. Para isso, se provocou habilmente o CARNAVAL FINANCEIRO de 1857, que desorientou a economia nacional. Em 1860, o barão de Penedo contrata para a construção de caminhos de ferro £ 1.210.000. Delas nos chegam ao erário £ 1.089.000; por elas se pagam £ 3.025.000. Dez mil e quinhentos contos por quase vinte e quatro mil!

Quando, em 1863, o Império, representado pelo mesmo Carvalho Moreira, que denunciavam ao Imperador, como o fez sentir em carta ao marquês de Abrantes, como recebendo comissões dos banqueiros, contraiu o empréstimo conhecido em nossa história financeira pelo ONEROSO, a tipo 88, para remir os saldos devedores dos empréstimos de 1824 a 1843 e parte da dívida flutuante, empréstimo cujo ouro também não chegou a sair do cofre dos prestamistas, £ 3.855.307, isso nos custaria o suor e o sangue de gerações sacrificadas: oito milhões e meio de libras, sessenta e sete mil e quinhentos contos (40)!

O **poder colossal** de Rotschild, a que aludira antanho o marquês de Barbacena, colonizava financeiramente o Império que se erguera na América do Sul como um campeão da ordem e da liberdade no meio de bárbaras repúblicas caudilhescas, onde a degola e a matança eram a lei comum da política inexorável. Manobrado por esse poder, o governo inglês também entraria depois na liça, a fim de humilhar a soberania imperial, tirando-lhe a força moral que lhe adviera da vitória de Caseros e da entrada triunfal de Marques de Souza em Buenos

Aires, de onde os ingleses haviam sido corridos. O Super Estado judaico demonstraria que outros Estados não podem crescer sem lhe pedir licença. E veio a questão Christie como a PATA DO LEOPARDO a querer pousar sobre a Nação dessorada pelo CARNAVAL FINANCEIRO... (41)

Capítulo VI

A REALEZA ECONÔMICA

A espada de Caxias, vencedora de rebeliões e da guerra estrangeira, fôra a "escora" do Império, como escreveu Euclides da Cunha. Por trás do fulgor dessa espada idealista e prática ao mesmo tempo, que sabia vencer e perdoar, havia outra força dinamizando o Segundo Reinado, a que Tristão de Ataíde denomina "a realeza econômica de Mauá". **Mão oculta** que subsidiava os Farrapos contra o poder central, passou a servir este, quando lhe conveio aos interesses. Ao ponto que Tobias Monteiro exclama: "Mauá teria sido o credor de um Império". À feição de Warren Hastings na Índia ou de Cecil Rhodes na África do Sul. Menos os crimes, está visto.

Seu próprio biógrafo-panegirista afirma que ele foi "o ousado interventor de 1851" contra Rosas, quando a Inglaterra receava que prejudicássemos no Prata os seus interesses. Tanto Paulino de Souza, que sucedera ao marquês de Olinda anti-intervencionista, como Rodrigues Torres reconheciam nele a "alma da intervenção". Assinou convênios secretos de igual para igual com os governos interessados no pleito. Foi pessoalmente ao Prata, examinar a questão **in loco** e tornou-se, depois, em Montevidéu a "mais poderosa agência diplomática do Império". Sua influência, com o tempo, ficou "quase onipotente" (1).

A **mão oculta** da rebeldia interna agora se tornara a **realeza econômica** do Império e a **alma da intervenção** armada. Estudemos, pois, o poder do ouro de Mauá, escondido na história pelo lampejar do aço de Caxias.

Irineu Evangelista de Souza, barão e depois visconde de Mauá, surge como caixeiro humilde da casa judaica de Ricardo Carruthers, da qual se torna gerente e sócio. No convívio com os judeus britânicos, perdera até os hábitos da língua pátria. Só sabia contar em inglês. Quando irritado, só podia dizer desaforos em inglês. No discurso, empregava constantemente anglicanismos, e espanholismos após

sua estadia no Prata (2). Notável sua adaptação a qualquer pedaço de terra...

Desde seus primeiros passos no mundo dos negócios se pôs em contato com os poderosos, freqüentando-os e sendo por eles freqüentado. Pagou as despesas dos rebeldes farroupilhas e acolheu-os em sua casa de Santa Tereza, o **quilombo riograndense**. Comentavam à boca cheia sua influência. Ele próprio a não negava, embora se afirmando fora da política (3). Às vezes, ela é mais dominada de fora do que de dentro, indiretamente do que diretamente. Que opine o judeu Beaconsfield, lord d'Israel, fundador do Império Judaico-Britânico. Mais tarde, quando essa influência cresceu a ponto de criar aquela **realeza econômica** reconhecida por Tristão de Ataíde, dizia com certa imodéstia que chegara "a fazer ciúmes **no alto**" (4). A alusão visa claramente o Imperador...

Todavia, sua **mão** se conservara mais ou menos **oculta** até 1850, quando a luz da história a iluminou melhor. Foi em **missão secreta** ao Prata. Braço direito do ministério de Paulino de Souza e do partido conservador, de cima. Assinou com Itaboraí e o agente uruguaio D. Andrés Lama **pactos secretos**. Passou, depois, para Montevidéu e lá se transformou logo em "potência financeira e influência social" de tal monta que, enganados quanto à natureza do capital, que não tem pátria, porque parecia vir do Brasil, os orientais o consideravam EL PELIGRO BRASILEÑO. Era quem mandava nas duas margens platinas. A fim de não sofrer desconsiderações, o ministro plenipotenciário do Império na Banda Oriental não recorria às armas, mas se acolhia à sombra prestigiosa da firma Mauá. Evitava rompimentos entre as três potências ribeirinhas por lhe não convir a guerra aos negócios engrenados após a luta contra Rosas. Essa, sim, lhe conviera. Enviava e recebia agentes confidenciais. O governo uruguaio consultava-o nos momentos difíceis (5). Verdadeiro soberano sem território e sem exércitos. O conquistador pacífico...

Ainda mui pouco conhecido, apresentou-se em 1850 na casa de D. Andrés Lamas, representante dos riveristas e colorados de Montevidéu, oferecendo-lhe dinheiro e armas, que ali seriam diretamente entregues. Era de pasmar a oferta à cidade sitiada. O diplomata desconversou, tomando-o como espião ou agente provocador do **serviço secreto** que D. Tomás Guido, representante de Rosas, mantinha no Rio de Janeiro. Comunicou o fato ao Imperador, que o tranqüilizou, explicando de quem se tratava. Começaram assim os entendimentos entre o governo oriental e a **alma da intervenção** (6). Daí saiu o **pacto secreto** assinado por Mauá, Lamas e Itaboraí na

O Barão de Mauá 1858
(Sisson. Galeria de brasileiros ilustres)

própria secretaria de Estrangeiros, ajustando as contribuições mensais a serem pagas em Montevidéu (7). Três potências firmando o conchavo oculto: o Império, a República Oriental e a Realeza Econômica...

O judeu Émile Péreire, irmão de Isaac Péreire, um dos inspiradores sansimonianos de Mauá.

Vimos no capítulo anterior nossos soldados marchando contra Oribe e Rosas às ordens de Caxias, vimo-los combatendo sob o comando de Marques de Souza, derramando seu sangue em Caseros e passeando as armas vencedoras nas ruas de Buenos Aires. Vemos agora a força secreta que os impelia: a Realeza Econômica. Por isso, houve quem opinasse: O DINHEIRO DE MAUÁ SALVOU MONTEVIDÉU...

Em 1851, no momento da rápida e vitoriosa campanha, Mauá aparelha o "Fluminense", o "Paraense" e o "Pedro II" para a frota de Grenfell, nas oficinas da Ponta d'Areia, que se desenvolviam amparadas no protecionismo da tarifa alfandegária de Alves Branco, obtida em 1844. Além de equipar navios, equipou batalhões (8).

A 12 de outubro desse ano, quando se ia iniciar a campanha, assinava segundo pacto para fornecer mais fartas contribuições ao Uruguai. E tinha somente 36 anos! Fazia carreira tão veloz no cenário

dos negócios sul americanos quanto a do famoso Kruger nos nossos dias. Verdadeiro Messias da finança e da indústria, sua figura merece ser bem estudada deste ponto de vista revelador das razões que lhe guiavam a **mão oculta**. Documentos íntimos que deixou dão conta de sua **convicção messiânica** de fomentador do progresso (9). Apresenta-se em todos os aspectos como o qualificou o professor Germain Martin: "une grande figure saint-simonienne."

Era, com efeito, um sansimoniano da escola de seu sócio, o judeu Ricardo Carruthers. Grande homem de negócios **doublé** de sociólogo, como o meio-judeu Walter Rathnau, sentia latejar no peito, como um dínamo, o ideal de "conquista pela ocupação industrial", que é um ideal nitidamente anti-cristão e se consubstancia no Estado Industrial, na Política Industrial do judeu Pereire, em pleno florescimento no meado do século XIX. Seu messianismo o enchia de desmesurado orgulho que se disfarçava sob maneiras blandiciosas, quando o não contrariavam no que tinha a peito fazer. Neste caso, se tornava áspero, como o foi com D. Pedro II, violento, como o foi com o presidente do Uruguai, desabrido mesmo, chegando a ser processado por abuso de imprensa. O **rei oculto** não compreendia que o contrariassem. Em cartas, refere-se **à ordem por base e ao progresso por fim**, revelando-se inclinado ao positivismo. Era positivista na moral escrupulosa. Não tinha o menor espírito religioso. Rarissimamente aparecia ou se manifestava em qualquer coisa que se relacionasse com a religião. Como que as evitava. "Raras vezes lhe acode a idéia de Deus". Era liberal, embora servisse aos conservadores, e desde 1838 se afirmava abolicionista (10).

O sansimonismo de Mauá determinou sua projeção na história sul americana. "Estudando, com algum empenho, a doutrina de Saint Simon e a ação de seus discípulos na marcha da civilização, pretendia eu abordar uma demonstração gráfica da ligação estreita que resulta da comparação do que fez Mauá no Brasil com o que eles fizeram em cenário mais vasto." Que é isso que Alberto Faria, panegirista de Irineu Evangelista de Souza, reconhece que Mauá pretendeu e até certo ponto realizou a exemplo de seus confrades na França Imperial do Panamá, do Suez, das Exposições Universais e da aventura mexicana? Que ele próprio responda: a criação de um "Super-Estado, Estado de Produtores, governo geral independente dos governos nacionais (11)." O que equivale a um **internacionalismo materialista**, de felpa caracteristicamente judaica.

Confesse ainda o próprio Mauá o que tentou ser: "o centro de todo o movimento monetário e financeiro da América Meridional em

ligação íntima com os principais centros monetários da Europa, permitindo às empresas brasileiras (?) deixarem de arrastar-se abatidas ao pé da usura desapiedada dos maus elementos financeiros da praça de Londres (12)." Veremos documentadamente que Mauá estava ligado à usura ou finança internacional; portanto, o último trecho do que escreve é mero disfarce.

Montevidéu, onde Mauá chegou como a **alma da intervenção** imperial, servir-lhe-ia como um ponto de apoio para o vasto sistema que concebera de ligações fluviais e terrestres, prendendo em sua teia todo o continente. Tinha obtido a concessão da navegação do Amazonas. Considerava agora a penetração pelo Prata. O Brasil era a cabeça das vias férreas que sonhava lançar através dos araxás e sertões, de Vassouras até o Paraguai e de Paranaguá até a Bolívia. Por isso, em 1864, quando se desenhou a guerra do Império contra os blancos, a cujo governo se ligara financeiramente, queria a paz a todo custo (13).

Seu plano repousava no que na época se convencionou chamar Indústria Bancária, isto é, o banco servindo de "veículo de capitais para estradas de ferro", para melhoramentos urbanos, mineração e navegação, inspirado no modelo de Crédit Mobilier de Paris, que atingia o apogeu em 1853, banco industrial de criação sansimoniana que tornava em verdadeira **religião** materialista o surto das grandes obras industriais de toda a natureza (14). E não se esqueça ainda que, no fundo, a idéia era judaica, provinda do famoso judeu bordelês Pereire que deixou o nome ligado a um dos **boulevards** da Cidade-Luz.

Mauá viveu sempre unido aos judeus Carruthers, cujas casas negociavam por toda a parte: Carruthers de Castro & Cia. em Londres e Manchester, Carruthers Souza & Cia. em Buenos Aires, Carruthers Dixon & Cia. em Nova York. Reydell de Castro, seu sócio e de Carruthers, foi diretor da estrada de ferro do Recife ao São Francisco, cuja concessão obteve, e usava de sua influência na City, a fim de levantar dinheiro para as ferrovias a serem construídas. Muito rico, de uma feita subscreveu para Mauá £ 300.000 (15)!

Prendia-se também aos Rotschild, que o superariam um dia na realeza econômica sobre o Brasil. Apesar do barão de Penedo ser considerado unanimemente "uma força junto a Rotschild" **et pour cause**, Mauá secundava-lhe o trabalho junto aos grandes banqueiros para a obtenção dos empréstimos ano a ano solicitados pelo Governo Imperial (16). Associou-se até a Rotschild no lançamento de empréstimos para estradas de ferro. Vendeu-lhe por £ 45.000, com a obriga-

ção de ceder-lhe a metade, o que reduziu praticamente a soma a £ 22.500, condição imposta à última hora pela avidez dos banqueiros que o sabiam com a corda no pescoço, a concessão da via férrea Santos-Jundiaí, hoje colossal São Paulo Railway. Penedo aconselhara a cooperação de Rotschild no negócio (17). No oceano da finança internacional, os peixes graúdos vão devorando os miúdos, sem piedade, à proporção que crescem...

Mauá obtivera essa concessão associado a Costa Carvalho, antigo regente, marquês de Monte Alegre, e a Pimenta Bueno, marquês de São Vicente. Andou sempre de braço com os políticos de real influência no país. Diziam-no **protegido** de Monte Alegre. Foi "colaborador proeminente da Conciliação" e amigo pessoal do marquês do Paraná, cuja morte súbita, em 1856, abalou o Império como a de um verdadeiro DUCE. Era íntimo de Euzébio de Queiroz, que lhe concedeu a instalação do gás no Rio de Janeiro e a navegação do Amazonas; de Alves Branco que o favoreceu com a tarifa que permitiu o progresso das oficinas da Ponta d'Areia; de Cotegipe. "Homem de confiança" do ministério das Águias, em 1853, através dele inspirou a incentivação dos transportes. Desde 1852, conseguira a concessão da Estrada de Ferro de Mauá a Petrópolis. A 30 de abril de 1854, fazia correr nos trilhos a locomotiva Baronesa, recebendo por isso o título de barão. Segundo a voz pública, que comentava suas intimidades com o primeiro Rio Branco, este era "o sócio do barão" ou "o hóspede do barão", quando em relevante missão a Montevidéu. E, em 1857, o Governo Imperial, precisando de dinheiro, batia às portas do banco Mauá Mac-Gregor & Cia. (18).

Em 1875, quando, em conseqüência da crise na praça, faliu esse banco, achando-se Rio Branco, que lhe confiara operações oficiais, na presidência do ministério, nos debates travados no Parlamento, o "inflexível" Zacarias de Góis e Vasconcelos aludiu à intimidade do estadista e do industrial-financeiro, deixando claramente alegado que ela se radicara no fundo da maçonaria, da qual o primeiro era Grão-Mestre e o segundo não sabemos a que grau atingira. Leiamos com atenção os trechos significativos do discurso:

"**O sr. Zacarias**: — ...quando um banco se estende por toda a parte do Antigo e do Novo Mundo e se mais mundo houvera lá chegara, quando tem uma casa aqui, outra em Montevidéu, três em São Paulo e três no Rio Grande do Sul... o ministro que se preza não o constitui passador de cambiais para a Europa... A amizade sempre do nobre presidente do Conselho... a fé do carvoeiro... a ingenuidade da pomba que voa, quebra o peito na parede e cai...

O sr. Rio Branco: — Espero em Deus que não haja prejuízo de um real...

O sr. Zacarias: — Penso que o nobre presidente do Conselho espera este resultado do GRANDE ARQUITETO DO UNIVERSO; de Deus, não... Não creio que a Providência faça tais milagres; só o GRANDE ARQUITETO o fará. Ainda não vi falido de certa ordem que não dissesse que pode pagar integralmente; ainda não vi, porém, nenhum que pagasse... (19)"

Zacarias calculava em oito mil contos os prejuízos do governo e insistia ironicamente sobre a ajuda do GRANDE ARQUITETO também...

Por mais que se queira dar a Mauá uma fisionomia inteiramente brasileira, daquilo que documenta o seu panegirista se infere o sentido internacionalista de suas atividades e de sua personalidade, que, como vimos, começava por se trair no uso da língua. Onde quer que estivesse, logo se adaptava admiravelmente às condições locais. No Uruguai, tornou-se quase uruguaio, estabeleceu grandes estâncias de criação de gado, penetrou-se da vida da campanha oriental, meteu-se em negócios de trigo e seus produtos industriais foram premiados em exposições européias como verdadeiramente uruguaios. Entregou-se mais à exportação de xarque e associou-se à firma alemã Liebig para a fabricação do extrato de carne (20).

Dinamismo industrial que não conhecia pausa ou limites! Fundou no Brasil a Luz Esteárica, a Companhia de Rebocadores do Rio Grande do Sul, a Fluminense de Transportes, a Montes Áureos Brazilian Gold Mining Cª, a Empresa de Diques Flutuantes, a do Cabo Submarino, a Companhia de Navegação do Amazonas, a do Gás do Rio de Janeiro, a dos bondes do Jardim Botânico, os Bancos com Mac-Gregor, a Fundição da Ponta d'Areia, a Empresa do Canal do Mangue, a de Carnes Verdes e o Abastecimento de Água, em que Rotschild interveio, enviando durante sua ausência na Europa o engenheiro ou preposto A. Gabrielli, recomendado ao Imperador e a Cotegipe. Forneceram-lhe os estudos de Mauá, que reclamou. O governo achou que tinha direito a pedir uma indenização. Desistiu de pleiteá-la, decerto por lhe não convir desgostar o **poder colossal** do Kahal de Londres... (21). Com idêntico silêncio resignado recebeu o protesto de suas letras em 1875. Como que sentia diante de si um poder mais forte contra o qual sabia ser inútil combater...

Mauá tinha ainda interesses nos bondes de Montevidéu, Paris, Bruxelas e Lisboa, através de Francisco Sabino de Freitas Reis, **brasseur d'affaires** internacional, assíduo freqüentador do clube ma-

çônico da Reforma, amigo de Mauá, de quem "recebeu sólido concurso financeiro" (22).

Sonhava realizar o Porto de Pernambuco, a Companhia Pastoril e Agrícola, e a Estrada de Ferro de Mato Grosso. Como dizia mordazmente o inflexível Zacarias, se mais mundo houvera lá chegara...

Por tudo isso e por mais alguma coisa que arrepiava a **ditadura da moralidade** imperial e que nós ignoramos, mas o Chefe do Estado devia saber, havia entre D. Pedro II e Mauá "um surdo afastamento, um inexplicável antagonismo de temperamento, uma prevenção pessoal talvez." "O Imperador pareceu nutrir sempre prevenção contra Mauá", reconhece Alberto Faria e fatiga-se em alinhar razões que pouco ou nada explicam. Oliveira Lima é mais concludente em poucas palavras: "O Imperador sentia à volta de si os apetites de fortuna" (23). Os apetites de Mauá, a contar pelo número de empresas e companhias, não eram nada pequenos.

Por mais que alguém se esforce em querer demonstrar o patriotismo e idealismo de Mauá, embora se reconheça o que lhe deve o progresso material do país, se respeite sua moralidade comercial e o escrúpulo com que remiu as dívidas, é forçoso convir que manejava muitos negócios em muitos países de uma vez...

Sua realeza econômica deveria ter feito na verdade ciúmes **no alto**, como dizia. Quando em 1859 houve fortíssima crise comercial na Bahia, atribuindo-se a culpa ao governo, o povo pôs colchas de luto às janelas e sacadas na passagem do Imperador para o Norte. Dias após, de regresso da Europa, Mauá, criador e animador de indústrias, era ali recebido com formidável ovação que mais o encheu de orgulho e capacitou do seu messianismo de fundador de um império industrial (24).

Os Mauá criam **empórios**. Um Império fia mais fino: nele palpita um Espírito que é comunhão de pensamento e força tradicional. Os negócios não têm poder para tanto. A espada de Caxias criou uma Ordem Imperial. À sua sombra benéfica, o talento de Mauá conseguiu criar um Empório que alcançou o Prata e transbordou do continente. Esse Empório passaria breve a outras mãos. De 1863 em diante a estrela de Mauá começa a empalidecer. É obrigado a se eleger deputado para defender seus planos diretamente. Já não está mais oculto. Revela-se para desaparecer. Em 1864, a segunda intervenção do Segundo Reinado no Uruguai dá fim à posição previlegiada que lhe conferira a primeira, de que fôra a **alma**, em 1851. Onze anos de decadência e, em 1875, quebra fragorosamente, porque lhe devolvem saques sem a consideração da menor espera, como se a tarefa de

que fôra encarregado estivesse finda. Resignava-se de maneira estranha.

Desde vários anos o **poder colossal** de Rotschild vinha substituindo-o silenciosamente através dos empréstimos que encalacravam dia a dia a Nação e interferindo com clareza ou não nos negócios que planejava. A **realeza econômica** do Império, criada por Mauá, **realeza oculta**, acabou definitivamente nas mãos dos barões assinalados do gueto de Frankfurt...

Já na era de 60, William Dougal Christie, ministro de Sua Majestade Britânica no Rio de Janeiro, o da famosa questão que tomou seu nome, se dava conta da vasta "influence of capitalists" no Brasil e do "social power of mercantile and monetary influence". Recorramos a esse observador oficial inglês para sabermos de fonte limpa quem detinha tal influência e encontraremos a revelação esperada no que escrevia ao seu superior hierárquico, lord Palmerston: "Grandes capitalistas largamente envolvidos nos empréstimos e especulações, que possuem **grande poder social**. São os SRS. ROTSCHILD, agentes financeiros do governo do Brasil, negociadores dos empréstimos brasileiros que montam a muitos milhões, incorporadores de três companhias brasileiras de estradas de ferro organizadas em Londres... Entre os diretores das mesmas figuram em Londres homens de negócios, banqueiros e membros do Parlamento, de alta posição e grande influência... Diversas outras companhias ultimamente se formaram em Londres, com concessões e privilégios do governo brasileiro..." E acrescenta que essa influência se fazia sentir através dos editoriais em defesa do Brasil publicados pela conhecida "Edinburgh Review", órgão sabidamente ligado aos banqueiros (25).

Rotschild destronava Mauá.

Rei morto — Rei posto!

Viva o Rei!

Capítulo VII
A PATA DO LEOPARDO

O Império Britânico desenvolveu-se impelido pelo judaísmo internacional que dele fez seu campeão de domínio no mundo. A tal ponto que a British Israelite Association publicou uma brochura sobre a origem judaica da raça inglesa (1). As duas raças, a inglesa e a judaica, de modo tal se compreenderam, completaram e interpenetraram que foi possível essa suposição. Roger Lambelin resume desta sorte a teoria: "Somente duas das doze tribus de Israel voltaram do cativeiro de Babilônia e repovoaram a Palestina, onde se achavam quando nasceu o Cristo. As outras emigraram para o noroeste da Europa e acabaram se estabelecendo nas Ilhas Britânicas. Invocam-se em apoio dessa tese considerações lingüísticas e comparações bíblicas e históricas... Mas o que está fora de contestação é o impulso judaico, que, de certos anos para cá, se manifesta no Reino Unido com energia crescente (2)."

O reverendo evangelista Allen desenvolveu a hipótese em livro curiosíssimo, no qual afirma que as tribus de Israel que não regressaram à Palestina, consideradas as **tribus perdidas**, vieram, através de mil vicissitudes, povoar as Ilhas do Mar. Dos filhos de Dan saíram os antigos Danaus ou Gregos, os Danaans da Irlanda, de raça real, os Danishs ou Dinamarqueses, que dominaram séculos o Septentrião. Da Dinamarca, **Danmark** ou **Dannmark**, a Marca de Dan, o País mais avançado de Dan, saíram os Anglos e os Saxões, povoadores da Grã-Bretanha: Anglos ou Gaels, originando-se da expressão **One Gael**, um Gael, a palavra **Angael**, que deu, mais tarde, **Angael-ishman, English-man**, Inglês; Saxões, os antigos **Sacas** de Heródoto ou **Scitas**, isto é, **Sach-sen** ou na verdade **Isaac-sons**, os filhos de Isaac...

Segundo os estudos do mesmo autor, a tradição judaica da Inglaterra perdura até nos seus símbolos nacionais. Os chamados três leopardos passantes do brazão inglês são simplesmente leões defor-

mados pela heráldica, com cauda de serpente, como ainda se pode ver nos escudos dos selos medievais: os dois menores, na ponta e no meio, representam a Suécia e a Noruega, onde se fixaram aquelas tribus vindas da Ásia; o maior, no chefe, a Dinamarca, terra de Dan, que dominava antigamente toda a Escandinávia. O leão representa Judá; a cauda, a serpente de Dan, a que Jacob o comparou antes de morrer, segundo o Génesis: — Dan, tu és a cobra escondida na poeira do caminho... A cruz de Santo André que figura sobre a outra cruz na bandeira, na Union Jack, simboliza as duas mãos de Jacob abençoando a prole. Os dois tenentes do brazão são: o Leão de Judá e o Unicórnio de Efraim-Israel, isto é, juntas, a Judéia e a Samaria. E a casa real inglesa vem diretamente dos reis de Judá, cuja púrpura se conserva no pavilhão nacional e na farda tradicional dos soldados (3).

De fato, muitos e muitos séculos antes do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, já os judeus se haviam dispersado pelo mundo, sobretudo se infiltrando nas colônias fenícias e logo se apoderando do comércio nas cidades que lhes davam guarida. Na opinião de grandes e reputados historiadores, em Cartago dominavam mais os judeus do que os próprios fenícios e aquela Fé Punica a que aludiam os romanos nada mais era do que uma Fé Judaica.

Após a queda de Cartago — escreve o erudito Georges Barbarin — "os israelitas enxamearam por toda a parte no contorno do Mediterrâneo. Alguns passaram o estreito de Gibraltar e subiram ao longo dos litorais para o Norte." Alcançaram, assim, a Inglaterra. E, segundo o autor citado: "Os exegetas anglo-saxões pretendem que sua raça é a continuação da raça israelita e que foram marcados para grandes destinos. Argumentam com o fato do seu sistema de medidas ser o mesmo dos hebreus..."

Em verdade, quando acompanhamos a marcha dos elementos judaicos se enquistando nas várias civilizações, sugando-as e abandonando-se, logo que se enchem de ouro, vamos encontrá-los, após Cartago, em Alexandria, em Bizancio, em Veneza, em Lisboa, em Amsterdão e, afinal, depois de d'Israeli, no pleno domínio do Império Britânico. Foram essas as etapas que o judaísmo foi percorrendo até construir, em Albion, **um trono de ouro sobre o mar**, como dizia Ruskin.

D'Israeli, lord Beaconsfield, judeu veneziano de origem, fundador do Império-Judaico-Britânico, foi uma criatura do Poder Oculto do judaísmo. Este o lançou com uma propaganda hábil, como faz com as **estrelas** de cinema, e levou-o até a presidência do ministério. Quem lê com a devida atenção os livros do famoso estadista "Conningsby"

e "Endymion", quem medita sobre seu tão falado "Aylesbury Speech" verifica que ele conhecia a fundo as **forças secretas** que regem os destinos do mundo. Confessa sua existência a cada passo. Confissões notabilíssimas, partindo de quem partem.

Praticamente, o povo inglês chega a não existir. Reduz-se hoje à maruja dos navios e aos mineiros do carvão. À sombra das famosas leis liberais inglesas, a camarilha judaica se apoderou do país, detendo os postos técnicos e de comando. O mundo tem a impressão de um governo inglês e de uma política inglesa, quando o que existe, na verdade, é um governo judaico com uma política judaica, agindo sob a camuflagem de Nação Inglesa. Aliás, é o que recentemente ainda assegura um notável escritor neo-zelandês: "uma rodinha de judeus usa do Império Britânico (4)." Usa e abusa.

Caricatura de Rothschild (1840). Trepado no seu cofre, o barão assinalado dirige por uns cordéis a águia bicéfala do Império Austro-Húngaro; do mesmo modo dirigia o leopardo inglês...

Pondo de parte a veracidade das teorias de uma origem judaica do povo inglês, a história mostra contudo a lenta e segura conquista da Grã-Bretanha pelo judaísmo através dos tempos, desde Oliveiro Cromwell, protetor dos judeus, ligado secretamente aos hebreus da Holanda e de Portugal. Essa conquista arrancou aos reinos católicos da Ibéria o domínio do mundo, sua realeza econômica, passando-a às mãos de uma emporocracia talassocrática protestante-judaica, primeiro instala-

da nas Províncias-Unidas dos Países-Baixos, depois no "navio que Deus na Mancha ancorou".

A conquista revela-se a olho nu em 1830, quando os judeus iniciam a luta pela abrogação do juramento cristão que lhes impedia o

O Almirante Joaquim Marques Lisboa, marquês de Tamandaré.

exercício das funções públicas. Em 1844, essa fórmula foi revogada para os cargos de caráter municipal. Os judeus penetraram na vida pública dos municípiois. Em 1847, Lionel Rotschild, lord e barão, fez-se eleger deputado por Londres, mas teve de renunciar por ter sido rejeitado o **Jew's Bill**, que eximia os israelitas daquele juramento

na Câmara dos Comuns. Em 1851, o judeu David Salomon, também eleito deputado por Londres, repeliu o juramento e só se retirou do recinto compelido pela força. Um escândalo encomendado a um judeu de categoria mais inferior, porque o barão Lionel não o poderia dar... Em 1858, Lord John Russell, criatura do judaísmo, propunha uma lei que omitia do juramento incriminado as palavras **on the true faith of a Christian**, pela verdadeira fé de cristão, abrindo as portas do Parlamento e do governo à judiaria todo-poderosa. A Inglaterra caíra definitivamente em suas mãos (5).

O bastão de líder da Câmara dos Comuns foi um dia empunhado pelo judeu Benjamin d'Israeli, depois lord Beaconsfield. "Cedo convertido à Igreja Anglicana, a exemplo dos Ricardo e Goschen, não deixou por isso de servir mais eficazmente às aspirações e aos interesses de Israel. Quando chegou a ministro, pode-se dizer que era a IDÉIA JUDAICA que chegava ao poder." Defendeu-a como escritor e como estadista. Imaginou mesmo uma teoria racista, antes de Gobineau, provando que só as raças puras têm superioridade real no mundo e que, entre essas raças, a mais brilhantemente pura é a israelita. Toda a sua vida pública se inspirou nesse pensamento e "poucas pessoas na Inglaterra e na Europa o compreenderam e previram as conseqüências de sua política oriental fundamentalmente judaica (6)."

Ele criou o Império Britânico, pondo a coroa imperial das Índias na cabeça da Rainha Vitória e dominando o famoso Congresso de Berlim. À sombra de seu prestígio, a Inglaterra se encheu de judeus fugidos aos guetos da Alemanha e da Áustria.

Desde o século XVIII o leopardo judaico-inglês pusera a pata dominadora sobre a península ibérica, enfraquecida na luta contra o judaísmo acastelado nos países protestantes do Norte. A guerra da Sucessão de Espanha permitira que a bandeira vermelha de Israel-Albion tremulasse em Gibraltar e que, pelo tratado Methuen, o judeu reinasse mercantilmente sobre a inépcia portuguesa, como escreveu Oliveira Martins. Esse reinado prolongou-se sobre a América Espanhola e sobre a América Portuguesa, quando a Inglaterra se tornou, depois de Trafalgar, senhora incontestável dos mares.

Sua intervenção é constante. No transporte de D. João VI, escapo aos franceses; na abertura de nossos portos ao comércio do mundo, então comércio unicamente inglês; nas lutas da independência. Quando nos separamos de Portugal, a Inglaterra nos ajudou com jeito e negociou o reconhecimento de nossa emancipação. Um diplomata britânico revela que, então, lord Canning quis fazer do Brasil "um Império dependente da Grã-Bretanha" (7). A maçonaria inglesa exer-

ce ação preponderante nas revoluções internas do nosso país através de agentes de toda a casta, inclusive o general Miranda. Imiscui-se no Prata, onde desembarca tropas. Intervém na questão da Cisplatina e na guerra de Corso de 1825 a 1828. Pelo tratado comercial que celebra com o Império em 1827, é tal o tratamento preferencial que recebe que as rendas do Brasil se tornam insuficientes para as suas despesas (8). Os déficits obrigam-nos a empréstimos onerosos com os judeus ingleses, que nos escravizam. Não podendo pôr o pé no continente, a Inglaterra ocupa em 1842 as Malvinas, roubando escandolsamente um pedaço do solo argentino, como quis fazer com a Trindade nos nossos dias. Oculta ou aparente, **a pata do leopardo de rabo de serpente** está em tudo e em toda a parte na história da América Meridional.

John Bull acorrentado por Israel
(Caricatura inglesa)

A questão Christie em 1862-1863 é o resultado fatal de todos esses antecedentes. Tentativa do Império Judaico-Britânico para humilhar o Império Cristão-Brasileiro que se fortalecia e poderia escapar ao seu predomínio. A onda veio se formando de muito longe até chegar a rebentar com estardalhaço e espumarada na praia.

Em 1862, ao **ministério dos três dias** de Zacarias de Góis e Vasconcelos, sucedia o chamado ministério dos Velhos, composto de antigos estadistas, cabeças encanecidas ao serviço da pátria nas lides da administração e da política, com o marquês de Olinda na presidência, representando o passado, a tradição, o conservadorismo puro, que voltava à tona após a Conciliação realizada pelo marquês do Paraná, já falecido, a qual muitos tinham denominado com ironia a Confusão. Nesse ministério, o mais moço, Cansanção de Sinimbu, contava cinqüenta anos. Os outros eram homens ainda do tumultuoso período da Regência. Um gabinete de bom senso, equilíbrio político e trabalho. A pasta dos Estrangeiros com Miguel Calmon du Pin e Almeida, marquês de Abrantes, em cujas mãos ia estourar a bomba (9). As mãos eram firmes, porém.

Desde a tarifa preferencial de 1809, imposta pela **pata do leopardo** ao Brasil-Reino que a pólvora para essa explosão se acumulava. No Segundo Reinado, os agravos entre o Império e a Grã-Bretanha chegaram ao ponto de D. Pedro II fazer pouco caso do enviado extraordinário sir Ellis, em 1842, e da Rainha Vitória recusar a grã cruz do Cruzeiro. A questão do tráfico negreiro se envenenava desde a aurora do Primeiro Reinado. Canning, querendo realizar o domínio sobre o Império, após o reconhecimento da Independência, conseguira a convenção de 23 de novembro de 1826 para a supressão do mesmo tráfico. Era desmantelar economicamente a nação que nascia. Por essa convenção, ficava estipulado que três anos após a troca das ratificações do tratado de reconhecimento da Independência por Portugal, portanto em 1829, o tráfico seria considerado pirataria. Renovavam-se mais as disposições do tratado entre a Grã-Bretanha e Portugal de 22 de janeiro de 1815 e convenção adicional de 28 de julho de 1817. Por isso, o governo inglês entendia que todo escravo entrado no Brasil depois de 1830 estava ilegalmente escravizado e era livre de pleno direito. Era, por exemplo, a tese de Christie (10). A "polícia violenta do tráfico" exercida pelos cruzeiros britânicos criara uma excitação pública, que aumentara sobretudo depois de 1844. O estopim da bomba fôra o Bill Aberdeen, sujeitando as presas do contrabando de escravos aos tribunais da Inglaterra.

Sucediam-se amiudadamente incidentes desagradáveis, culminando no dia em que a fortaleza de Paranaguá trocou tiros com a fragata "Carmorath", que perseguia rente à costa um brigue brasileiro. Demais, além da polícia do tráfico, o inglês pretendia atuar, com o pretexto do combate à escravidão, na economia interna da nação, fiscalizando o destino dado aos **emancipados**, aos negros apreendi-

dos em contrabando, que a lei considerava livres e o Governo Imperial alugava a particulares ou aldeava em colônias até que estivessem devidamente preparados à vida de cidadãos (11).

Em verdade, a escravidão era uma ignomínia, porém passara ao rol dos fatos naturais e sobre ela repousava a economia nacional. Não era possível aboli-la subitamente, sem cuidar de substituir convenientemente a mão-de-obra. Seria atirar o país de sopetão à miséria e os próprios escravos a uma situação triste e perigosa por não estarem preparados para a liberdade. Os estadistas do Império reconheciam a necessidade de realizar essa obra social gradualmente, sem atentar de chofre contra a organização econômica da nação e contra a propriedade particular garantida pela lei. Muito complexo, o problema não podia ser resolvido às pressas. Se à Inglaterra convinha a desarticulação da agricultura brasileira, da riqueza nacional, a fim de que prosperassem suas colônias, isso naturalmente não convinha ao Brasil.

Começou-se com Euzébio de Queiroz pela repressão do tráfico como pirataria em 1850. Repressão dificílima numa linha de costas formidável como a do Brasil. Os navios negreiros, sempre pequenos, brigues, patachos, escunas e palhabotes, zombavam dos cruzeiros imperiais e ingleses, entravam em qualquer porto ignorado, escondiam-se por trás das ilhas, fundeavam nos canais e enseadas, e encontravam a melhor acolhida da parte da população que precisava sempre de trabalhadores domésticos ou agrícolas. As autoridades às vezes eram cúmplices do contrabando, de outras cediam à pressão da opinião geral. De fato, carregamento de negros entrado num portozinho qualquer era carregamento salvo e lucrativo. Na verdade, "o tráfico tinha por si tudo e a todos — da moral aos costumes, dos interesses ao patriotismo, ricos e pobres, grandes e plebeus. Contra só as leis, os tratados, os ingleses, as autoridades, o governo. Levantavam-se vozes no parlamento para excusá-lo. A reação dos representantes nacionais contra os excessos ingleses justificava, indiretamente, o comércio negreiro". A repressão dava lugar "a uma teia de complicações", desde os empenhos políticos às indenizações aos particulares prejudicados (12).

Além disso, o alto comércio de escravos desfrutava uma situação de influência preponderante, graças ao eleitoralismo corrupto do sistema parlamentar. Os grandes mercadores de carne humana que a forneciam aos fazendeiros carecidos de colonos, mediante hipoteca de suas fazendas, se haviam transformado em meros especuladores e apoderado da propriedade territorial (13). Ditavam leis. Manejavam jornais. Influíam na política. Eram uma verdadeira potência, tanto no

Brasil como nos portos de embarque da costa d'África, onde a caçada aos negros se fazia com os maiores requintes de selvageria. Entre eles, como principais, os cristãos novos Fonsecas, firma poderosa do Rio de Janeiro, com ramificações dentro e fora do país. Todos os que se ocupavam do infame comércio, quer os que exportavam escravos, quer os que os transportavam, quer os que os importavam no Brasil, em Cuba e em outros pontos da América, se ligavam na mesma solidariedade. Verdadeira **societas sceleris** (14).

A pata do leopardo dava razões de humanidade para cobrir a prática de seus excessos contra a nossa soberania. Ficava-lhe aparentemente muito bem a atitude hipócrita. "A Inglaterra — escreve Wanderley de Pinho —, acordando, **por motivos mais econômicos** do que políticos ou humanitários, no coração de seus estadistas, uma seródia filantropia... se fazia libertadora, depois de explorar o comércio de escravos até as vésperas de se resolver a persegui-lo (15)." O que o judaísmo inglês não queria era o enriquecimento e fortalecimento do Império Brasileiro. Pobre, encalacrado de dívidas, seria seu escravo. Tanto assim que os filântropos e anti-escravistas ingleses transportavam os negros apreendidos às suas possessões nas Antilhas, Barbados, Santa Lúcia, Trindade, Bermudas, Bahamas, Jamaica, onde os entregavam aos colonos sob o rótulo de **aprendizes**, com o prazo de sete anos de trabalho forçado, verdadeira escravidão disfarçada com o letreiro de aprendizagem da liberdade... (16)

Nas "Vozes d'África" e no "Navio Negreiro", o gênio de Castro Alves cantou a triste sina dos escravos trazidos da costa d'África nos veleiros brigues dos traficantes sem alma. Mas, nesse caso, a poesia ficou além da realidade. A mercadoria humana atulhava currais nos portos de embarque como verdadeiro gado e era lançada encadeada aos porões lôbregos e imundos. Pasto de doenças e epidemias, sem a menor higiene, nus, mal alimentados, feridos pelos grilhões que lhes estorvavam qualquer rebelião, fazendo onde estavam suas necessidades, os infelizes pretos morriam às chusmas e eram lançados ao mar. De muitas milhas ao longe — depõe um oficial da marinha inglesa — se sentia o fétido de um navio negreiro. Comércio monstruoso e navegação monstruosa, exercidos por homens sem o menor escrúpulo, a escória da sociedade, a salsugem dos portos, a rafaméia das cidades. Capazes de tudo. Os grandes lucros faziam com que se arriscassem a afrontar os cruzeiros nacionais e ingleses. Os rigores destes últimos dificultavam a navegação, obrigavam a manobras e fugas, a longos bordejos sem água e sem bolacha, no fim da travessia, ao fechamento completo dos porões. Quem sofria era a **carga**. De

modo que a **filantropia** inglesa piorava as condições dos negros transportados.

Nenhuma nação do mundo tivera mais escravos, tinha-os naquele tempo e continuaria a tê-los até hoje sob formas disfarçadas, como nas minas de diamantes da África do Sul, do que a liberal e judaica Inglaterra. De repente, ante o crescimento do Brasil, cuja agricultura se desenvolvia com o auxílio do braço africano, fadando-o a glorioso destino, o judaísmo se alarmou e impeliu o governo de Sua Majestade a Rainha Vitória a assumir papel simpático de defesa da liberdade dos pretos **destinados ao Brasil**.

Assumiu-o à maneira inglesa, quando o inglês se sente forte. Semeou o Atlântico de cruzeiros e desmandou-se na repressão, fiado na proteção de suas esquadras. A imprensa facciosa açulava os ingleses aqui de dentro, batia-lhes palmas, fazia de seus desacatos à soberania nacional arma de combate ao partido no poder. Chegava até a defender o estrangeiro contra o Império. Por isso, ele se não contentava somente em apreender a escravaria trazida furtivamente da Outra Banda, mas entendia confiscar os negros transportados de uma província para a outra, por via marítima, com todos os documentos legalizados. No meado do século, devido ao crescimento sem par das lavouras paulista, fluminense e mineira, com a "atração do café", as populações trabalhadoras emigravam do Norte para o Sul. Houve verdadeiro êxodo. Naturalmente, a mão-de-obra negra também era transferida, o que fazia minguar a vida agrícola da Bahia, do Nordeste todo, mesmo do Maranhão e Pará, sendo o começo de decadência econômica dessas regiões (17).

Os cônsules britânicos intervinham com alarde nos processos dos negreiros surpreendidos em flagrante pela polícia imperial. Queriam, às vezes, favorecer protegidos seus, como o maçon Menezes Drummond no famoso processo de Serinhaem. O rito de York era solidário, **apesar da filantropia**, com os Filhos da Viúva negreiros atrapalhados. A legação inglesa tomara tais atitudes que — como declara Nabuco — se tornara aqui verdadeira Anti Slavery Society (18), a qual já dirigira um Memorial ao Imperador. Parece que a legação não tinha outra finalidade. Em Londres, formavam uma frente única contra o Brasil, arrasando-o na tribuna e na imprensa, Aberdeen, Peel, Lyndhurst, Russell, Pollock, Thesiger, Palmerston. Em julho de 1861, lord Palmerston declarava na Câmara dos Lords que o Brasil violava flagrantemente todos os seus compromissos em matéria de repressão do tráfico e não atendia sequer às reclamações que lhe eram dirigidas sobre a entrega das listas dos negros livres (19).

Por mais que se esforçasse em combater o tráfico desde a promulgação da lei de 1850, o Governo Imperial não podia, devido à complexidade do problema, acabar com ele do dia para a noite, sobretudo quando era visível o intuito do leopardo judaico de comprar uma briga, a fim de nos humilhar à sua potestade. Daí os atritos seguidos, constantes, que acabaram rebentando na questão Christie, em 1861-1862, do nome do ministro inglês no Rio de Janeiro — William Dougal Christie. Tinha sido representante da Inglaterra em Buenos Aires, durante a presidência de Urquiza, que não nos perdoava termos entrado na capital de sua pátria com armas e bandeiras, embora para dar-lhe o poder. Ali bebera uma grande prevenção contra o Império. Era criatura de lord Palmerston, amigo fiel de Rosas, que havíamos expelido da Argentina. A ação do seu protetor na Câmara dos Lords contra o Brasil foi tão inamistosa sempre que houve quem da própria tribuna parlamentar o acusasse de "inveterada hostilidade contra o governo brasileiro" e, mais ainda, de "despeito" (20)! Lord Russell, ministro de Estrangeiros, o apoiava. Christie julgou que podia abusar de sua situação.

A questão negreira envenenara as relações britânico-brasileiras. Sobretudo por causa dos **emancipados**, negros tomados aos contrabandistas que eram pelos tratados considerados livres e cujo destino a Inglaterra entendia fiscalizar dentro do Império. De 1846 a 1850, época da lei Euzébio de Queiroz, baseando-se nas convenções anteriores, que consideravam o tráfico pirataria, o ministro inglês James Hudson levara o tempo a fazer sucessivas reclamações a respeito. Christie retomou-se com aspereza. Entendia que o Brasil era responsável perante a Grã-Bretanha pela sorte dos **emancipados**. Queria saber, como escrevia em nota a lord Russel, quantos existiam entre 1830 e 1845, desesperando-se por não haver estatísticas. Entrava até na questão do pagamento devido pelo Governo Imperial aos **emancipados** e não queria aceitar o encontro de contas com as despesas de reexportação de negros para a África. Condenava o Governo do Brasil por tratar como escravos africanos livres e reclamava furiosamente só ter sido a sua nota de 11 de novembro de 1860, sobre a suspensão dos processos da comissão mista de repressão, respondida em novembro de 1861. Fazia-se eco de todas as reclamações dos ingleses no nosso país, justas ou injustas, mesmo as contra a expiração do tratado preferencial, em conseqüência da tarifa protecionista de 1844. Era um nunca acabar de recriminações. Algumas acrimoniosas (21).

A escravidão era — na frase de grande escritor — uma "anomalia consagrada" pelo uso secular e pelas leis do país; era uma "chaga que interessava órgãos vitais". A Grã-Bretanha chegava-lhe o cautério brutalmente, porque não eram seus os órgãos vitais atingidos... Ajudara a independência do Império, diplomaticamente, porque isso desmembrava Portugal e criava uma nação nova que podia vir a ficar na sua órbita de influência. Portugal isolado foi presa fácil para os dentes do judaísmo britânico que o triturou até Salazar... Logo no tratado de reconhecimento da emancipação brasileira se meteu a cláusula **humanitária** contra a escravidão, que privaria a nova nação de sua base de trabalho, a empobreceria e a tornaria o que sonhava Canning — um Império dependente da Inglaterra...

O tumor que se vinha formando nas relações do Brasil com a Grã-Bretanha supurou em 1861. Nesse ano, deu à costa do Rio Grande do Sul a barca inglesa "Prince of Wales". Os pescadores e moradores da redondeza pilharam os salvados, matando ou ferindo os homens da tripulação que os quiseram defender (22). O governo inglês reclamou energicamente contra os ladrões e assassinos. Ainda se não resolvera esse incidente, quando surgiu outro. A 17 de junho de 1862, três oficiais da fragata inglesa "Forte", surta no porto do Rio de Janeiro, à paisana e bastante alcoolizados, desacataram um posto policial na Tijuca. Presos, logo que o delegado os identificou, os pôs em liberdade e pediu desculpas. Christie não se conformou: tomou o pião na unha, agarrando no ar o pretexto para tentar humilhar o Império. Quando vemos nos nossos dias os Estados Unidos aceitarem excusas e satisfações pelo afundamento da canhoneira "Panay" por aviões japoneses, verificamos o irrisório motivo da questão Christie e que, quando se têm canhões, se podem afundar navios de guerra, e, quando se não têm, não se podem nem prender no seu território oficiais de marinha bêbados e malcriados...

Christie considerou ofendida a dignidade da marinha inglesa e exigiu maiores satisfações. O marquês de Abrantes, ministro de Estrangeiros, negou-se dignamente a dá-las. Lord John Russell, criatura dos judeus, como vimos no início do capítulo, apoiou as notas de Christie, dizendo-lhe que usasse de medidas extremas, mas como último recurso. Apaixonado pelo caso e já de longa data empeçonhado, o diplomata somente se impressionou com a faculdade de recorrer àquelas medidas. Perdeu a tramontana e lançou mão delas, ordenando represálias imediatas. "Gastou — escreve Pedro Calmon, biografando o marquês de Abrantes — numa demonstração inútil de força o prestígio que detinha, e arrastou sua bandeira a uma aventura que a

deslocou para sempre das águas territoriais sul-americanas. O incidente terminou pior para a Inglaterra, porque fez suceder à atitude militar, de desforra, uma atitude pacífica, de conciliação, que foi em parte rejeitada pelo Governo Imperial; e porque, reconhecida a razão que nos assistia pelas nações estrangeiras, houve mais tarde de dar ao Brasil cabais satisfações pela injúria cometida (23)."

A pata do leopardo deu a pancada no vácuo... O Império não estava no lugar que pensava. Erro de pontaria... Christie dirigiu um ultimatum ao Governo Imperial, a 5 de dezembro de 1862, juntando o caso da "Prince of Wales" ao caso da "Forte". A 18, o marquês de Abrantes respondeu sem pressa que ia submeter tudo diretamente ao Foreign Office. O ministro protestou em nota do dia 20: não aceitava o entendimento direto do Governo Imperial com o Governo Real e daria as ordens necessárias ao chefe da estação naval no Rio de Janeiro para conseguir pela força a reparação exigida. Perdera completamente a calma. Abrantes conservava uma serenidade olímpica que lhe daria a vitória.

Replicando a Christie, o marquês declarou achar preferivel sofrer quaisquer males a sacrificar o decoro e a dignidade do Império, apelando para o juízo das nações civilizadas. No dia 30, o representante britânico ordenou ao almirante Warren que iniciasse as represálias. A 31, ele apreendia à vista da barra cinco navios mercantes brasileiros. Levaram a notícia a Abrantes, quando jogava a voltarete, em grande moda na época. O marquês limitou-se a sorrir... (24)

O povo amontoava-se nas praças e ruas principais, fervendo de indignação. Oradores populares atacavam violentamente a Inglaterra. Foi preciso a polícia guardar a legação britânica para evitar o irreparável. Diante da calma de Abrantes, Christie começou a sentir-se acabrunhado. No dia 1º de janeiro, enviou uma proposta de solução do litígio por arbitramento. Sentiu que avançara demasiado, que estava às portas de uma guerra injusta e desnecessária. Quis recuar. Abrantes acedeu entrar em conversações. Reuniu-se o Conselho de Ministros, deliberou e resolveu aceitar o arbitramento para o caso dos oficiais da "Forte", mas limitando-se o árbitro a responder a esta simples pergunta: houve ofensa à marinha inglesa? Quanto ao caso da "Prince of Wales", o Governo Imperial pagaria em Londres a indenização reclamada de £ 3.200 sob protesto. Discutir-se-ia depois. Ao tomar conhecimento destas resoluções, Christie lembrou o veto possível do Foreign Office. Abrantes manteve-se firme e ele cedeu, cessando as represálias e relaxando as presas.

Em março de 1863, desorientado, o ministro inglês abandonou o Brasil, embarcando na fragata "Forsite". Andava de mão em mão um folheto em que era pintado com grande crueldade e que teve imenso êxito, "O governo inglês e a lógica do canhão". A voz do povo atribuía sua autoria ao próprio Imperador. A questão Christie em verdade fôra uma patada. Vimos as razões ocultas que a determinaram. Houve quem as pressentisse naquela época. A 8 de janeiro de 1863, Sampaio Viana escrevia a Cotegipe: "...nunca pensei que tão subitamente surgisse um **casus belli** tão ridículo quanto iníquo e violento. Para mim isto é mais do que **le commencement de la fin**. Dado o primeiro passo virão logo a intimação positiva para o tratado, a reclamação dos 60 mil contos de despesa feita com os cruzeiros por causa do tráfico, a renovação da questão sobre os consulados, a emancipação dos escravos existentes, etc., etc. DECIDIDAMENTE A INGLATERRA VÊ E CALCULA QUE ESTE GIGANTE DA AMÉRICA DO SUL, APESAR DE TUDO, CRESCE E CRESCE, E ISTO NÃO LHE CONVÉM, é pois preciso apoquentá-lo e não hesita em fazê-lo..."

Apesar do oferecimento de mediação do rei de Portugal, o árbitro escolhido foi Leopoldo I, rei dos Belgas, que pronunciou sentença inteiramente favorável ao Brasil. As relações diplomáticas, porém, permaneceram rotas entre a Inglaterra e o Brasil até 23 de setembro de 1865, quando, no acampamento de Uruguaiana, cercados os paraguaios de Estigarribia pelo Exército Imperial, o enviado extraordinário Thornton se apresentou a D. Pedro II para dizer-lhe que o governo de Sua Majestade a Rainha Vitória aceitava a decisão do Rei dos Belgas e estava disposto a nomear ministro para o Rio de Janeiro, logo que o Imperador quisesse reatar as boas relações. Devia-se esse belo resultado final à mediação do Rei de Portugal por intermédio de seu representante em Londres, o conde do Lavradio (25). Devia-se mais ainda ao comércio importador e exportador da Inglaterra, sobretudo das praças de Manchester e de Londres, que, vendo prejudicados seus interesses diretos, desde o princípio da questão se tinham mostrado favoráveis ao Brasil.

Capítulo VIII

O POMO DA DISCÓRDIA

O Uruguai foi sempre — como o definiu Joaquim Nabuco — "o mais delicado e perigoso problema de nossa política exterior (1)", pomo de discórdia com a Argentina e o Paraguai. Ali se chocaram na última investida a conquista bandeirante e a conquista espanhola. Os portugueses queriam o Prata como limite natural ao Sul; os castelhanos queriam esse limite na altura da ilha de Santa Catarina, em obediência aos ditames do tratado de Tordesilhas. Dos avanços e recuos, sancionados pelas armas ou pelas convenções, sobrou afinal a independência uruguaia. Os limites variaram ao sabor daquelas armas e convenções do Arapeí ao Prata até se fixarem na linha do Chuí ao Quaraim pelo Jaguarão e o divisor do Aceguá. Mas a penetração brasileira continuou além da raia até hoje.

Entre o Prata e seus afluentes, e o Brasil, as mesopotâmias que Teófilo Ottoni chamava com propriedade "os ducados do rio da Prata". Cansanção de Sinimbu quisera-os independentes como Estados-tampões entre a ambição sempre renascente do Vice-Reinado platino e a estabilidade brasileira. O sonho da reconstrucão do Vice-Reinado às vezes se aumentava com o da conquista, separação ou absorção do Rio Grande do Sul, como ao tempo de Rosas. Sarmiento, a maior cabeça da Argentina, queria a formação dos Estados Unidos da América do Sul, compreendendo o Paraguai, o Uruguai e a Argentina, com sua capital, Argirópolis, a Cidade da Prata, na ilha estratégica de Martín García (2). Elizalde acrescentava-lhes, talvez como reminiscência da antiga Audiência de Charcas, a Bolívia (3).

Em todos esses **ducados** — Uruguai, Corrientes e Entre Rios, imperava desenfreada caudilhagem militar com seu cortejo de horrores; mas, devido à penetração de elementos brasileiros além fronteira e das condições importantes de sua situação geográfica entre o rio Uruguai, o Prata e o oceano Atlântico, em nenhum deles eram tão grandes os interesses do Brasil em ter vizinhança calma e ordeira,

como no primeiro. A anarquia da época de Artigas obrigara o Brasil-Reino a conquistar e incorporar a Cisplatina. Não podendo conservá-la, o Primeiro Reinado outorgara-lhe a independência. O Segundo Reinado velava por essa independência, a fim de se não estender a Argentina até ali e proteger os súditos imperiais residentes no território fronteiriço. Não tinha outros intuitos, embora pelo fato de já ter sido a Banda Oriental província nossa, muitos pensarem que ainda meditássemos desejos de conquista.

Desde a paz de 1828, a política do Brasil no Prata demonstrara um "desinteresse sem exemplo". É a confissão clara e explícita do eminente D. Andrés Lamas (4). Fazendo guerra a Rosas, dele livráramos a Argentina e libertáramos o Uruguai de seu asseda, Oribe, o Corta-Cabeças. Nada pedimos em pagamento de tão grandes serviços, nem dinheiro, nem compensações territoriais, nem tratamentos preferenciais. Em 1854, quando chegou ao auge a luta dos caudilhos e o governo oriental se viu sem forças para resistir à onda de anarquia que assolava o país, pediu ao Governo Imperial mantivesse a ordem interna. Mandou-se ao Uruguai uma divisão do Exército sob o comando do general Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto, férreo soldado, a qual lá permaneceu por espaço de uns dois anos, ocupando e policiando o território, tendo sido o mais louvável possível o seu procedimento e havendo povo e governo solenemente reconhecido sua disciplina e moralidade (5). Retirada a divisão brasileira de ocupação, renasceu a agitação caudilhesca, culminando em 1858 no horrível crime de Quinteros.

O general Anacleto Medina cercara ali os revolucionários inimigos do governo **blanco**, que capitularam com todas as garantias. A capitulação, porém, foi violada por ordem oficial vinda de Montevidéu a 152 pessoas foram fuziladas ou degoladas friamente. Entre elas, o coronel Cesar Díaz, herói da batalha de Caseros (6).

A caudilhagem à solta rodopiava pela campanha, depredando as propriedades dos brasileiros estabelecidos no Uruguai. Às vezes, vinha mesmo praticar desatinos no território do Brasil. Respondiam-lhe os rio-grandenses com as famosas **califórnias** ou expedições punitivas, entre as quais ficaram célebres as de Francisco Pedrò de Abreu, barão de Jacuí, o Moringue. Refugiavam-se no Rio Grande os vencidos de qualquer cor política e logo vinha a acusação de que o Império os protegia. Ao partido vencedor também se acusava sempre de receber auxílio do Brasil, de estar a serviço do Brasil (7).

Essa acusação pesou especialmente sobre Venâncio Flores muito antes do Império se manifestar em seu favor. Em 1855, fôra

apeado do poder por uma revolução e exilara-se em Buenos Aires, onde lhe deram a melhor acolhida. Conseguira as boas graças de Mitre. Seu pensamento fixo era, naturalmente, reconquistar a pátria e o poder. Em 1863, com três companheiros apenas, surgiu no Rincão das Galinhas e fez uma proclamação entusiástica aos seus patrícios. Vinha libertá-los da odiosa tirania do partido **blanco**, impopularizado pela matança de Quinteros. Dentro em pouco, chegava a Mercedes com quinhentos homens. Desbaratou, depois, os governistas em Coquimbo e Las Cañas. Sua Cruzada Libertadora ateou no país o incêndio da guerra civil, que trouxe, tanto na presidência de Bernardo Berro, até 1º de março de 1864, como na de seu sucessor, Atanasio Aguirre, os maiores vexames e atribulações aos brasileiros residentes ou proprietários no Uruguai (8).

Esses vexames e atribulações repetiam-se a cada passo, sobretudo nas zonas próximas da fronteira, em Montevidéu a Paisandu, dando origem a incidentes desagradáveis. Ora eram propriedades saqueadas ou incendiadas, gados roubados ou destruídos; ora, indivíduos forçados ao serviço militar nas hostes do governo ou vítimas de surras e maus tratos (9). O Império apresentava consecutivas reclamações ao governo uruguaio que adiava as soluções, iludia as perguntas, negava os informes, entrava no caminho das evasivas ou protestava com veemência contra as **califórnias** ou represálias fronteiriças. Os brasileiros residentes na Banda Oriental enviaram ao Rio de Janeiro como seu representante o general Antônio de Souza Neto, antigo chefe farroupilha, portador de um Apelo, que era quase uma intimação ao governo que eles entendiam os abandonava à sanha dos caudilhos estrangeiros: "Temos direito à vossa proteção ou devemos contar somente conosco (10)?" Havia nessas palavras qualquer coisa do antigo sentimento revolucionário do Rio Grande do Sul que alarmou as esferas políticas e governamentais.

O general Neto incendiou as mentes no Rio de Janeiro. Os agravos que nos faziam estavam a exigir pronta e sumária justiça. O clamor das ruas queria a guerra a todo transe. Os próprios maçons liberais como o conselheiro José Maria do Amaral, Teófilo Ottoni e o marquês de São Vicente, Pimenta Bueno, acorreram em apoio do seu irmão tripingado e Farrapo, declarando-se partidários de uma intervenção rápida e enérgica. O Imperador temia que ela desencadeasse a luta em todo o rio da Prata (11). Naturalmente, D. Pedro II, que não raciocinava preso às ideologias das sociedades secretas, nem com elas mantinha o menor comércio, mas com o espírito livre, desembaraçado, sempre inclinado ao dever de rei e ao bem do seu povo,

compreendia que havia outras forças por trás da injustificável arrogância provocadora do governo uruguaio. Essa força era o Paraguai, isto é, Francisco Solano Lopez, "a incógnita que ninguém resolvera... (12)"

A prudência imperial demorava por esse grave motivo a solução do caso, embora já tivesse enviado para as águas uruguaias os navios de guerra do almirante marquês de Tamandaré, cuja bravura e brasilidade mereciam a confiança da nação. Ele seria ali, de fato, o "árbitro político", se a maçonaria o não impedisse de atuar como queria, lançando mão de outros homens e de outros meios. Árbitro político, chamou-lhe um historiador militar, mas esqueceu de alinhar as razões que destruíram a sua ação (13).

Uma força financeira se agitou contra a guerra em perspectiva: Mauá. Escreveu nos jornais, entendeu-se com os pró-homens do regime, esforçou-se em pintar o abismo para que ia correr o Governo Imperial, intervindo no Uruguai. Por toda a parte diziam que eram os interesses do Banco Mauá em Montevidéu que estavam berrando. Na verdade, Irineu Evangelista de Souza emprestara dinheiro seguidamente ao governo **blanco** de Bernardo Berro, enquanto durara a paz com o Império e mesmo após a cruzada de Flores. A entrada do Brasil em guerra seria fatalmente a queda daquele governo e a subida dos **colorados**. Mauá procurou garantir-se e procurou o general Flores, que consentiu em ouvi-lo, como enviado semi-oficial do governo blanco. Não se sabe o que o financeiro e o caudilho conversaram em segredo. Mauá tinha grande prática desses entendimentos entre caudilhos e tiranetes platinos. Em 1859, fôra o grande intermediário do governo de Buenos Aires junto a D. Justo José de Urquiza (14). Sentia que a guerra seria o fim de sua realeza econômica no Brasil e no Prata, realeza já abalada. Combatia por isso a guerra. Tinha razão o povo em dizer que os seus interesses berravam.

Com efeito, o grande declínio de Mauá começou em 1864, com a vitória dos **colorados** sobre os **blancos**. Berro, a quem emprestara somas importantes, foi substituído a 1º de março por Aguirre. O auxílio do Império a Flores, dando a este a vitória, criou situação difícil para a casa Mauá, suspeita de simpatias pelos **blancos**. No Brasil, a crise daquele ano, verdadeiro "rebate popular", determinara corridas aos bancos, fechamento de casas bancárias, firmas águas abaixo, aglomerações nas ruas, gritarias do povo, esgotamento das reservas metálicas e decretos de curso forçado do papel-moeda, criando grandes tropeços aos negócios de Mauá. Era uma crise da "maior complexidade" que sobrevinha de repente às portas da guerra estrangeira

como uma reencarnação da de 1857 (15). Mais um golpe desferido da sombra na economia nacional pelo judaismo bolsista.

Durante a guerra, que logo se sucedeu à do Uruguai, Mauá se encarregou de transportes e fornecimentos, mas de modo limitado. Um desses fornecimentos fez a pedido de seu amigo, o visconde do Rio Branco (16). O governo brasileiro abandonou-o de vez, sobretudo depois do terceiro ministério do inflexível Zacarias de Góis e Vasconcelos. No Uruguai, o partido **colorado** perseguiu-o como pôde. As sucessivas revoluções, uma de quatro em quatro meses, arruinaram-lhe as empresas e dificultaram-lhe as transações. Quando chegou **el año terrible**, 1875, houve um dilúvio de emissões e os bancos soçobraram. O de Mauá fechou as portas. Onze anos antes ele clamava contra a guerra, adivinhando o fim que o esperava.

"Representante desinteressado da civilização na América Meridional (17)", o Império não desejava nem provocava a guerra; mas não fugiria a esse recurso extremo, se a isso o compelissem. Forçado pelo clamor público contra as atribulações e vexames sofridos pelos brasileiros, enviou em missão especial a Montevidéu o conselheiro José Antônio Saraiva. A má vontade oriental recebeu a missão Saraiva como se trouxesse no bojo a intervenção em favor de Flores (18), o que absolutamente não era verdade.

Saraiva chegou a Montevidéu a 6 de maio de 1864, verificando que o presidente Atanasio Aguirre era homem "indeciso e fraco", dominado por uma camarilha violentamente anti-brasileira. Tentou fortalecê-lo para resistir a ela a dar ao Império as satisfações exigidas pelos seus interesses prejudicados e suas honra nacional ferida. Nada conseguiu. Seu ultimatum, ainda assim, foi antes um derradeiro apelo amigável. Pedia o mínimo possível: castigo dos culpados pelas tropelias cometidas, indenizações pelos prejuízos e roubos causados, libertação dos brasileiros presos e recrutados. Apresentara-se como um pacificador e somente encontrara má vontade. Naquela atmosfera irrespirável sua missão abortou.

Compreendeu a inanidade de seus esforços e que havia uma **incógnita** naquela política agressiva. Dirigiu-se a Buenos Aires, onde eram vivas as simpatias pela causa de Flores. Mitre recebeu-o de braços abertos. A situação mudou completamente. Os entendimentos entre o diplomata brasileiro e o governante argentino inauguraram a política de aproximação de que resultaria como ponto culminante a Tríplice Aliança, facilitando ao Brasil uma linha fluvial de comunicações com suas bases que lhe deu finalmente a vitória sobre o tirano do Paraguai (19).

A 2 de dezembro de 1864, o visconde do Rio Branco substituía o conselheiro Saraiva no Prata. A **incógnita** que existia por trás do governo de Aguirre era o Paraguai. Daí os desafios ao Brasil. Logo

General Osório, marquês de Herval

compreendeu isso o almirante Tamandaré, que iniciara as represálias, imobilizando o único vapor de guerra da República e obrigando-o a encalhar, incendiado pela tripulação, bloqueando os portos, apoderando-se da cidade de Salto e atacando a de Paisandu, enquanto o

general João Propício Mena Barreto, visconde de São Gabriel, organizava apressadamente pequeno corpo de exército expedicionário, na fronteira e invadia o território oriental. Compunham-no uma divisão: duas brigadas de infantaria, uma de cavalaria e um regimento de artilharia. Destinava-se a ser o núcleo da concentração do futuro exército contra o Paraguai. Flores já se havia aproximado dos imperiais, cujos interesses eram agora comuns aos seus, conferenciando com o almirante no arroio Sacra e vindo formar ao seu lado.

O comandante da cidade de Salto, coronel Palomeque, aparentou resistir e logo se rendeu enrolado na bandeira uruguaia por temer desacatos ou violências da parte dos milicianos de Flores (20). Paisandu, entrincheirada e artilhada, era comandada por um oficial destemido e bárbaro, o coronel Leandro Gómez, que degolava cruelmente os prisioneiros, quer fossem gaúchos dos bandos rebeldes de Flores, quer fossem rapazelhos inocentes como o tambor da canhoneira imperial "Ivaí" (21). Fôra um dos piores carrascos da matança hedionda de Quinteros (22). Resistiu valentemente ao ataque inopinado dos floristas apoiados pelo destacamento de desembarque da marinha imperial. O encarniçado combate de ruas por horas e horas a fio esgotou os atacantes, sendo necessário esperar a chegada da divisão do visconde de São Gabriel para sitiar devidamente a praça e tomá-la nos últimos dias de dezembro.

Por ocasião da tomada da cidade, o coronel Leandro Gómez, que se disfarçara e escondera, foi aprisionado por uma patrulha brasileira. Declarou, porém, preferir ser prisioneiro de seus patrícios. Entregue em mãos do coronel **colorado** Gregorio Suarez, vulgo Goyo Suarez, este o mandou fuzilar com outros chefes prisioneiros pelo major Belen. Goyo Suarez vingava um "hondo agravío", a morte de sua mãe, queimada viva dentro de um rancho por Leandro Gómez, em Polanco del Rio Negro, cercanias de Quinteros. O Governo Imperial reclamou a punição dos culpados por esse crime e o almirante Tamandaré forçou o general Flores a afastar do exército o coronel Goyo Suarez e o major Belen. Contudo, dessa morte se fez no Prata grande alarde, imputando-a aos brasileiros. Essa calúnia é um dos cavalos de batalha dos inimigos do Brasil (23).

Embora sitiado, Leandro Gómez mantinha ligações secretas com Montevidéu, sobretudo através de agentes judaicos. Um deles, de nome Vich, empregado na Administração dos Correios, em companhia de uma judia francesa de vida airada, sua amásia, pretendeu penetrar na praça sitiada. Apresentou-se nas linhas de assédio com alguns sacerdotes e irmãs de caridade ludibriados, pretextando auxílio

aos feridos e doentes de Paisandu. Dizia-se médico e trazia um jovem ajudante, carregando ambos maletas de medicamentos. Descobriu-se quem ele era, que o ajudante não passava da tal sujeita disfarçada de homem e que as maletas continham documentos secretos importantes... (24).

Depois da tomada de Paisandu, o Exército Imperial e as tropas irregulares de Flores, parte embarcados e parte por terra, aproximaram-se de Montevidéu. O almirante Tamandaré queria tomar a capital, impor a paz com as condições da vitória e obter reparação condigna aos agravos sofridos pelo Brasil, cuja bandeira a canalha das ruas arrastara pelas sarjetas (25).

A 2 de fevereiro de 1865, Tamandaré notificou o bloqueio de Montevidéu, tomando suas canhonheiras posições para o bombardeio. Era, na verdade, o árbitro da situação. Dentro da cidade, campeavam a anarquia e o terror. A multidão torvelinhava pelas ruas e praças em impropérios contra o Brasil. "Organizou-se uma Junta de Salvação Pública, que somente cometia imprudências e loucuras. Susviela, o ministro da Guerra aclamado por ela, não passava de verdadeiro energúmeno (26)." Era um dos mais estrênuos partidários de Solano López, que esperava somente um pretexto para declarar guerra ao Império (27).

Se por trás do Uruguai estava o Paraguai, por trás deste estava o governo dos Estados Unidos, como o demonstra a ação do ministro Washburn em Assunção, favorecendo judaica e maçonicamente, como se já naquele tempo se apregoasse **campeão da democracia**, as repúblicas, fosse qual fosse seu estado de barbárie caudilhesca, contra a única monarquia do continente (28).

Susviela, Herrera, Las Carreras, Sagastume, Camiños, os pró-homens do partido **blanco**, amparavam-se no Paraguai, que seria mais tarde refúgio e túmulo para alguns. "Insistia o gabinete de São Christovam para que Montevidéu fosse imediatamente atacada e tomada pelas armas. Achava urgente e imprescindível uma lição igual à de Paisandu. Mas José Maria da Silva Paranhos, o plenipotenciário imperial que acompanhava as forças em ação, julgava mais prudente esperar um pouco, a fim de que a capital uruguaia compreendesse sua lastimável situação e de motu-próprio se entregasse, o que pouparia grande sacrifício de vidas. Com efeito, receosos do seu desvario naqueles dias de agitação, todos quantos se tinham comprometido na demagogia dos últimos tempos abandonaram cautelosamente a cidade investida, desamparando Aguirre, que passou o governo a D. Tomás Villalba, presidente do Senado. E este, livre da pressão da

arraia-miúda, pôde celebrar com Paranhos a suspensão das hostilidades que decretou o célebre convênio de 20 de janeiro de 1865, na vila da União (29)."

A convenção declarava querer evitar nova efusão de sangue e novas desgraças entre irmãos e uma nação vizinha, cuja amizade devia ser "um empenho honroso e grato para ambos os governos"; estatuía a reconciliação da família oriental, a igualdade política e civil de amigos e inimigos, a punição dos crimes cometidos, a governação provisória do país pelo general Flores, reconhecimento de empregos e propriedades, licenciamento e desarmamento dos guardas nacionais. Assinaram-na D. Venancio Aires, Paranhos e D. Manuel Herrera y Obes, este por parte de D. Tomás Villalba (30).

O almirante Tamandaré não se conformou com essa convenção feita de afogadilho e sem o seu beneplácito, quando tinha a responsabilidade das operações mais importantes, as da guerra. Suas divergências com o visconde do Rio Branco começaram com a tomada de Paisandu. O chefe naval era homem ríspido e franco, que detestava ao extremo tricas políticas e mentiras diplomáticas. Nunca havia pertencido nem pertenceria jamais a sociedades secretas. O plenipotenciário era maçon notório e morreria grão-mestre da maçonaria brasileira, cujo adeus lhe seria levado à borda do túmulo pelo **irmão** graduado, conselheiro Tristão de Alencar Araripe.

Rio Branco metia-se a dar quinaus em matéria militar. Achara erro a "operação secundária" da tomada de Paisandu, pois bastaria Mena Barreto obrigar o exército **blanco** a um recuo sobre Montevidéu para estar decidida a sorte da guerra. Todavia, os críticos atuais julgam tecnicamente certa a ação de Tamandaré. Paisandu era admirável ponto de apoio e vigilância, magnífica base de operações navais, o domínio da linha de comunicações do rio Uruguai, a chave das mesopotâmias, onde se desenrolaria mais tarde a concentração e a primeira contra-ofensiva contra o Paraguai; demais, um efeito moral surpreendente e uma ameaça à capital próxima. O velho marinheiro estava certo. O diplomata-maçon estava errado (31).

A divergência acirrou-se com a convenção de 20 de fevereiro, agenciada graças à intervenção amistosa de outro maçon, o ministro da Itália em Montevidéu, Rafael Ulisses Barbolani. No seu teor, é uma convenção maçônica, que rouba ao Império o fruto da vitória paga com o sangue de seus marinheiros e soldados. Ao saber do que se tramava, Tamandaré ficou "pasmado" e protestou, depois do pasmo, energicamente. Como confessava ao Governo Imperial, entendia que, tendo instruções para obter plena reparação dos agravos feitos ao

Brasil, que devia ser firmada por "uma capitulação militar com os governos beligerantes", a solução dada muito deixava a desejar "a quem só aspira a glória do seu país e a sustentar a honra da bandeira nacional". Declarava ainda sentir-se em situação **falsa, desairosa,** em **posição inferior** e **inconveniente**, demitindo-se do comando que exercia (32).

A capitulação que devia ser militar, como queria coberto de razões o general do mar encarregado da guerra, transformou-se em mera combinação ou acordo maçônico-político, sem vencedores e sem vencidos, sem responsabilidades definidas e com os mesmos fermentos de luta para o futuro. Nossas tropas entraram pacificamente em Montevidéu e o único desagravo de nossa bandeira foi uma salva de artilharia, quando a hastearam no mastro do forte de São José. O Governo Imperial sentiu bem quanta verdade ressumava das sentidas palavras do almirante, manteve-o no posto, aprovou a convenção por já estar assinada, mas demitiu o visconde do Rio Branco, **hóspede do barão** de Mauá, outro interessado nos conchavos em que se salvam os negócios, embora se humilhem as bandeiras. É curioso, no entanto, seja dito de passagem, que Paranhos tenha sido, mais tarde, o plenipotenciário escolhido para ultimar diplomaticamente a guerra do Paraguai. Não fosse ele grão-mestre do Grande Oriente da rua do Lavradio.

O visconde foi muito atacado pela convenção de 20 de fevereiro. Defendeu-se com grande habilidade. Talento não lhe faltava. Nem aprumo. D. Andrés Lamas também o defendeu, o que era natural por ser a convenção favorabilíssima ao seu país. A república Oriental estava, depois dela, "não só em perfeita e honrosa paz com o Brasil, como ainda lhe havia pela segunda vez o mais generoso concurso para a reconciliação dos orientais, e o restabelecimento de suas liberdades civis e políticas (33)."

Ligado à política dos **blancos** por uma ALIANÇA OFENSIVA E DEFENSIVA, desde 1862, quando Vasquez Sagastume a negociara com D. Carlos López, o Paraguai protestara junto a Mitre contra os auxílios prestados a Flores, declarara em agosto ameaçadoramente considerar **casus belli** qualquer ocupação do território oriental pelo Brasil, pois atentaria contra o equilíbrio do Prata, e acabara aprisionando inopinadamente, em novembro, o paquete "Marquês de Olinda" e invadindo a província de Mato Grosso. Sagastume lisonjeara a megalomania de Solano López, insinuando-lhe que o Brasil, roído de dissensões íntimas, sobretudo no Rio Grande do Sul, era um gigante dos pés de barro. Facilmente se suscitaria uma revolta da sua popula-

ção escrava, desde que se anunciassem as primeiras vitórias e se desguarnecessem as províncias agrícolas. Estava desarmado em face de um Paraguai preparado desde 1844. Nenhum outro povo do continente americano se aliaria ao Império detestado. Urquiza combinara marchar a favor dos uruguaios e paraguaios com as milícias de Entre Rios. A rápida mobilização paraguaia paralisaria a monarquia e matá-la-ia antes que se pudesse defender. López garantiria com uma guerra vitoriosa e gloriosa o futuro de sua pátria, cobrindo-a de louros eternos (34).

O Governo Imperial deu à intervenção paraguaia em favor dos **blancos** "a mesma atenção que ao zumbir de uma mosca". Liqüidando o caso do Uruguai, decidiu-se a resolver a **incógnita** das selvas e pântanos guaranis. Lutou cinco anos em terra e nas águas, mas decifrou a Esfinge Lopista, apesar de toda a sua força aparente e de todas as forças ocultas que a protegiam. Assim, o Império atingiu seu apogeu.

Capítulo IX

O IMPÉRIO E OS DOIS GALOS DE BRIGA

O Império marchou contra o Paraguai, que o provocava e afrontava, levando um galo de briga debaixo de cada braço. A imagem é de Alberdi, o grande pensador argentino (1). Cego pelo seu ódio pessoal a D. Bartolomeu Mitre, assim via a Tríplice Aliança. Com o mesmo calor a condenaram Guido Spano e Juan Carlos Gómez. Eliseu Réclus, na "Revue des Deux Mondes", não lhes ficou atrás. Houve grande grita contra ela, quando o Livro Azul da Inglaterra revelou ao mundo o **tratado secreto** que a firmara. Assinavam-no Francisco Otaviano de Almeida Rosa, pelo Brasil, D. Rufino de Alizalde, pela Argentina, e D. Carlos de Castro, pelo Uruguai. A diplomacia imperial obtivera tudo de Mitre, declara, desalentado, o diplomata paraguaio Gregorio Benetez (2). Isso não custou barato ao erário imperial. No começo da guerra, emprestamos à Argentina um milhão de pesos (3). Em 1867, ajudávamos seu tesouro exausto com trezentos mil patacões (4). O Uruguai, como vimos em capítulo anterior, vivia mercê "del subsidio que le pagara el Imperio". Benitez denominava Flores, por isso, **vaqueano** do Brasil. Nos nossos dias, o escritor lopista D. Juan O'Leary intitula-o **el dócil caudillo** e acrescenta a **vaqueno** a palavra **cúmplice**, mais ofensiva. Na sua franqueza caudilhesca, Flores reconhecia a supremacia imperial. Disse uma feita a Caxias: "Nem eu nem Mitre somos generais chefes; chefe é o senhor, que tem exército (5)."

O republicanismo hispano-americano nunca pensou que as duas repúblicas se aliassem ao Império. Não via as coisas na sua profundidade. A um estadista argentino como Mitre, que tudo fazia para a unificação da Argentina, cheia ainda de reguletes locais, como Urquiza, **o czar de Entre Rios**, não era possível ficar do lado de López, cuja hipertrofia seria o desmembramento das mesopotâmias limítrofes do Brasil e a absorção da ambicionada Banda Oriental. O Paraguai estava ligado **secretamente** a Urquiza e este achava odiosa qualquer

aliança da Argentina com o Império (6). Mitre sabia-o e sabia que, mesmo aliado a López, o triunfo do ditador seria o seu fim.

Sabia ainda que a palavra final no caso seria dita pelo Império, cujas tropas já ocupavam o Uruguai, onde Flores se achava à sua mercê. Entrar na guerra do lado do Brasil era entrar do lado da vitória, fazer das províncias argentinas a linha de comunicações dos exércitos, que nelas derramariam o ouro imperial, e, ao mesmo tempo, não correr perigo algum e processar à sombra da guerra a unidade nacional pela destruição da caudilhagem (7). A aliança estava tão preparada pelos acontecimentos e conversações que Mitre recebeu Otaviano a 20 de abril de 1865 e a 1º de maio, embora não existisse telégrafo, o tratado se assinara como se houvesse combinação anterior.

Eis como um argentino contemporâneo e participante da guerra via situação: "...um dos atos mais conscientes do general Mitre foi não fugir a essa guerra. Em caso algum, deveríamos consentir que os brasileiros a fizessem sozinhos, porquanto o triunfo, com maiores ou menores sacrifícios, seria deles afinal de contas, o que se tornaria perigoso para nosso país, que ficaria com um exército vitorioso nas suas fronteiras." O mesmo observador acrescenta que López já se infiltrara no território das Missões argentinas e ameaçava ajudar a oposição contra Mitre, que não era pequena. Com a Tríplice Aliança, a Argentina tiraria mais vantagens. Alimentando ainda a "idéia de união" do Uruguai, talvez ela se pudesse realizar em conseqüência de marcharem unidos para uma guerra estrangeira (8).

Vencedor no Uruguai, graças à boa vontade dos argentinos e à intervenção do Brasil, Flores não podia deixar de acompanhar seus protetores, mesmo porque a vitória de ambos era questão de vida e morte para ele. López e Urquiza tinham-se unido por trás dos bastidores e levado os **blancos** àquela intransigência de que resultara a intervenção militar do Império (9). Deles vitoriosos Flores não poderia esperar a menor piedade.

De fato, Urquiza estava comprometido com López. Comprometidíssimo (10). Mitre nomeou-o comandante das cavalarias entrerrianas. Ele convocou suas milícias e fê-las se dissolverem **por si** nos acampamentos de Basualdo e Toledo. Passara em revista o Exército Aliado, que se concentrara em Concórdia. Compreendera a situação difícil em que López se encontraria dentro de algum tempo. Falhou aos seus compromissos (11). Apesar de detestar o Império no fundo do coração e de detestar Mitre tanto quanto o Império, o astuto cacique de Entre Rios preferiu abandonar a aliança firmada com o Paraguai e enriquecer, como enriqueceu, fornecendo cavalos ao

Exército Imperial (12). Mas, como a vária fortuna das armas de um momento para o outro se poderia voltar a favor de López, também não convinha vanguardear os Aliados. Por isso, as milícias entrerrianas dissolveram-se **por si...**

Urquiza foi um triunfo que faltou à última hora ao jogo de longa data preparado por Francisco Solano López. A guerra estava premeditada quase dez anos antes, em 1856, quando ele era simplesmente um jovem general de regresso de uma viagem à Europa e ainda reinava no Paraguay D. Carlos Antonio López, seu pai. Fôra sempre seu **pensamento secreto** manter, apesar dos tratados, a clausura dos rios. Para isso, construíra ao norte o forte Olímpia e, ao sul, a fortaleza de Humaitá. Propunha-se anexar Mato Grosso, o território das Missões e as províncias de Entre Rios e Corrientes (13). Naturalmente, como conhecedor dessas ambições secretas, ao tempo em que privava com o tirano, o sr. Washburn, ex-ministro norte-americano em Assunção, se achou autorizado a espalhar a fábula das pretenções de Lopez a uma coroa imperial no Prata. Encomendara em Paris o seu modelo e pretendia casar com uma princesa brasileira (14).

Em 1856, quando estivera em Assunção o escritor argentino Heitor Varela, López confessou-lhe uma noite que premeditava a guerra. Não esperaria o ataque, disse. Atacaria em primeiro lugar. Precisava abater de vez a crista da Argentina e a preponderância do Império na América do Sul. Como Heitor Varela fizesse algumas observações sobre o assunto, replicou-lhe textualmente: "Estou de posse de **segredos** que você ignora (15)."

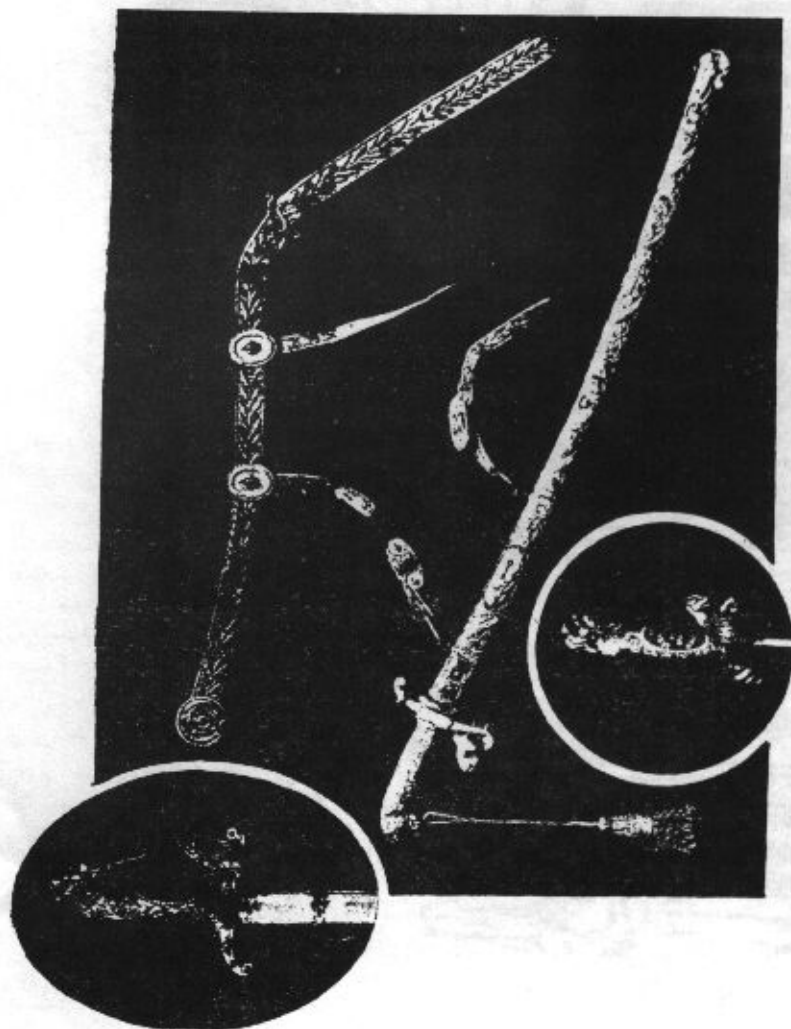
Eis porque, mais tarde, López podia dizer a D. Andrés Lamas estas palavras: "Se houver agressões ao Uruguai, **venham de onde vierem**, lembrem-se os orientais que existe um povo no seio das selvas que saberá fazê-los respeitar (16)". Em López polarizava-se o anseio paraguaio de saída para o mar. Queria romper o seu "cerco geográfico". Precisava de uma via de comunicação que completasse suas duas artérias: o Paraná e o Paraguai. Era natural, ensina o sociólogo paraguaio Cardús Huerta, seu avanço para Corrientes, Entre Rios e o Uruguai. Quando Buenos Aires se vira em apuros no decurso da história, devia ter agarrado as ocasiões pelos cabelos. Perdeu-as. Lopez, premeditando a guerra, queria remediar tardiamente aquele terrível "cerco geográfico" (17). "Golpe tardio e desproporcionado", escreve Wanderley de Pinho. Deu-o e perdeu a cartada, porque a própria clausura criara uma passividade fatal ao povo paraguaio.

A nenhum outro pode ser comparado senão ao russo sob a pata esmagadora do comunismo judaico. Vivera sempre segregado do

mundo e mergulhado na mais profunda ignorância. O Paraguai era "a transfiguração histórica do doutor Francia", diz Cecilio Baez (18). Nesse "cemitério de vivos", opina em outro lugar, a mocidade estava corrompida pela idolatria do poder e a abjeção da escravidão. Livros, só entravam os de missa e os catecismos. Jornais, só de contrabando. Não havia imprensa política, nem vida política. Nesse regime, que, em 1852, Alberdi achava "egoísta e escandaloso", reinavam o cretinismo e o terrorismo (19). A idênticas conclusões chega Cardús Huerta: havia somente no Paraguai **comunismo econômico, escravidão política, estancamento intelectual e moral** (20).

Era, portanto, contra um povo bárbaro que o Império entrava em campanha com seus dois galos de briga. Vede a pintura dos paraguaios feita por um veterano argentino: "Aqueles homens ignorantes, educados por cálculo sob o jugo de uma disciplina férrea, — educação elaborada sistemática e sucessivamente em várias gerações, nas quais somente se haviam desenvolvido o ódio ao estrangeiro e o amor à terra natal, sentiam arder de entusiasmo o coração e se atiravam intrepidamente, com o maior desprezo da vida, aos perigos, que arrostavam sinceros, não pelos louros da glória, mas por um dever que julgavam cumprir; e foi tão grande a influência moral desses sentimentos que suportaram, como se viu, sofrimentos sobre-humanos e a mais atroz tirania, sem desertar um instante a causa que defendiam. Não conheciam as instituições da liberdade, nem seus benefícios; tinham vivido isolados, povoando os laranjais de sua terra feliz. Relaxados os vínculos familiares e obedecendo como única lei e única pátria a uma vontade superior, que calculadamente os mantinha na escravidão, era, portanto, um povo acampado pronto a formar à primeira ordem; disposto com suas grandes qualidades de sobriedade, submissão e valor à vida de soldado, mas do soldado ignorante e bárbaro que combate sem uma idéia e se sacrifica esterilmente pela obediência passiva e o temor dos tormentos, sem vislumbrar sequer a esperança da vitória (21)." O quadro é maravilhosamente fiel à realidade.

Era, assim, aquele "ejercito escuálido, pero fanático y esclavo", descalço, de calças arregaçadas ou de tanga, com uma blusa vermelha, cartucheira-baú contendo cento e vinte cartuchos e barretina de couro cru, servindo de mochila para seus guardados; exército que se lançava ferozmente contra os **cambás**, os negros do Imperador, e os **gringos** de Mitre e Flores (22).

O chefe de tal gente, que estava "um grau acima dos selvagens do pampa e obedecia como o boi ao dono", tão ignorante que não

Espada ofertada ao General Osório, Marquês de Herval, pelo Exército Brasileiro na guerra do Paraguai.

Mitre e Lopez na entrevista de Itaiti-Coru em 11 de setembro de 1866.

conhecia os outros países e nem sabia ver uma figura (23); o chefe de tal gente, EL SUPREMO, não passava, segundo Garmendia, de um ignorante presunçoso" (24). Thompson, que foi de sua privança e testemunha a sua covardia pessoal, classifica-o "um monstro sem paralelo" (25). Para Baez, era "uma deformidade moral" (26). Nos nossos dias, muitos escritores sul-americanos procuram reabilitá-lo, vendo nele uma vítima do Brasil e um herói epônimo do seu povo. Entre esses lopistas, contam-se como os principais o mexicano Carlos Pereyra, o venezuelano Blanco Fombona e o paraguaio Juan O'Leary. Mas a sua defesa entusiástica e brilhante não consegue cancelar a sentença documentada e inapelável da história sobre a crueldade e a miséria moral do tirano. Todavia, como o reconhece Joaquim Nabuco, foi uma **figura singular** na América, e soube morrer com o seu povo aniquilado.

Em 1854, percorrera a Europa em missão oficial e regressara deslumbrado pelos esplendores das paradas militares e das cortes européias. Maravilhara-o a disciplina dos soldados alemães e os magníficos uniformes do exército de Napoleão III. Concertara ingeligências em vários países e encomendara armamentos navais e terrestres. Vinha decidido a arrancar o Paraguai do anonimato e a atirá-lo em plena luz. Queria ser uma personalidade falada e comentada. Um de seus diplomatas revela quais os **segredos** de que estava de posse e a que se referira na entrevista com Víctor Varela. Solano López contava com seis navios de guerra blindados, com muitos armamentos modernos e com **a intervenção coletiva de duas grandes potências marítimas da Europa e da América** (27).

A revelação é sensacional e mostra que **certas forças** impeliam o ditador paraguaio à guerra, com quase certeza da vitória. Elas, felizmente falharam. A diplomacia imperial, conseguindo, graças às circunstâncias favoráveis que já vimos, a Tríplice Aliança, fortaleceu, sobretudo moralmente, a situação do Brasil. Já não era mais um Império sozinho contra uma República pequenina, nem os descendentes dos portugueses travando o derradeiro prélio contra os descendentes dos espanhóis. Havia duas Repúblicas, dois povos de origem castelhana, como galos de briga da Monarquia. A tese do imperialismo contra o republicanismo encontrou, contudo, defensores; mas foi destruída pelos fatos, inclusive pelo próprio ministro Washburn depois de sair do Paraguai (28).

O **tratado secreto** da Tríplice Aliança foi revelado por uma indiscreção diplomática. O governo inglês, que talvez fosse uma das duas grandes potências marítimas que protegiam à socapa EL SU-

PREMO, apressou-se em publicá-lo. Foi um escândalo. Sem razão. Pelo tratado, os três signatários se comprometiam a não depor as armas sem apear López do poder, a nada tratar separadamente, a garantir a integridade e a independência do Paraguai, a obrigá-lo a pagar as despesas da guerra e a destruir as fortificações de Humaitá para tornar livre a navegação do rio (29). Se o tratado objetivasse a partilha do Paraguai como as nações européias fizeram com a Polônia, velha; tradicional e civilizadíssima nação, era compreensível a gritaria; mas nada disso preceituava, antes pelo contrário; derrubava uma tirania pessoal e respeitava a vida e a soberania da nação. O escândalo somente se justifica como despeito por aquela aliança que contrariava planos concertados na sombra e vinha tornar impossível uma intervenção articulada em segredo.

Esse segredo girava em torno da pessoa de López, como se depreende do que disse a Heitor Varela. Só assim se pode compreender aquela atitude constantemente firme de D. Pedro II levando a guerra até o fim, até o esmagamento do tirano, custasse o que custasse. Essa como que **questão pessoal** devia ter uma razão profunda e muito grave. Durante a guerra, assegura Nabuco, a vontade permanente do Imperador foi a encarnação da consciência nacional (30). Ele próprio o reconhecia na Fala do Trono de 1870: "A confiança que depositei na firmeza e patriotismo dos brasileiros foi amplamente justificada; e a história demonstrará em qualquer tempo que a geração atual se mostrou constante e invariável com o pensamento unânime do desagravo à honra do Brasil." Por isso, se repeliam as mediações inglesa e norte-americana, se fecharam ouvidos às intervenções amigáveis das Repúblicas do Pacífico lideradas pelo Chile, se desprezaram as propostas de Iataiti-Corá (31). O Imperador sabia por que era preciso destruir López. Sua continuação seria eterna ameaça ao Brasil sob o beneplácito das forças internacionais.

Vinha de longe o dissídio entre o Império e a República do Paraguai, cuja independência fôra reconhecida graças a nós, ao tempo de Rosas. O Imperador estava ao par da questão de longa data. O litígio era duplo: queríamos a fixação definitiva da linha fronteiriça e a livre navegação nos rios que serviam ao nosso **hinterland**. O Paraguai discutia os nossos direitos à região do Apa e nos acusava da ocupação do Pão de Açúcar; seus regulamentos policiais restringiam a liberdade de nossa navegação fluvial.

Em 1853, nossas relações estiveram tão tensas que Paulino Soares de Souza, visconde do Uruguai, reconhecia que somente a guerra resolveria essas dificuldades (32). O governo "astuto e tenaz"

de D. Carlos Antonio López, pai de Solano, dava nas relações diplomáticas, devagarinho, um nó gordio que somente a espada poderia cortar. Em 1855, mandamos uma expedição militar efetivar nossas reclamações. José Maria Paranhos, então na pasta de Estrangeiros, escolheu para chefiá-la o comandante Pedro Ferreira, oficial em quem reconhecia grande perspicácia. João Mauricio Wanderley não confiava nele e previu o desastroso resultado da expedição. Pedro Ferreira, que conduzia cinco mil homens de desembarque, obedeceu às intimações paraguaias de não subir o rio e foi sozinho a Assunção, sujeitando-se a verdadeiros vexames até obter um tratado de Amizade, Comércio e Navegação, assinado a 27 de abril de 1855, cujas estipulações desconheciam o direito do Brasil à livre navegação dos rios, consignado no tratado de 25 de dezembro de 1850. O Imperador negou ratificação ao tratado que Pedro Ferreira negociara. Nossas legações no Prata informavam confidencialmente que o Paraguai se aprestava fortemente para a guerra. Nosso governo tomou, em conseqüência, francas providências nesse sentido (33).

A resolução do caso, em vista disso, procrastinou-se. O ministro brasileiro Paranhos e o ministro paraguaio José Berges concertaram a 6 de abril de 1856 um adiamento de seis anos para tratar da questão de limites, na qual o Brasil defendia a teoria do **uti possidetis** com origem de domínio. A tradição bandeirante. O Paraguai pretendia firmar-se na letra morta dos documentos históricos que excluem o dinamismo da vida. Queríamos a linha Iguatemi-Maracaju-Apa, que finalmente ficaria sendo a nossa (34).

Até 1862, governou o Paraguai D. Carlos Antonio López. Receava a guerra e manteve a paz. Sucedeu-lhe o filho com as idéias que, em 1856, de volta do Velho Mundo, os olhos deslumbrados pelo esplendor do Império de Napoleão III, expusera "um tanto espiritualizado" a Heitor Varela. **In vino veritas**. Dominava-o completamente uma mulher com quem se amasiara na Europa e trouxera para Assunção com grande escândalo de toda a gente. Dizem que era tão bela que o povo do Paraguai a tomou ao desembarcar por um anjo...

Era uma judia irlandesa, aventureira de alto bordo, que se divorciara do marido, o cientista Quatrefages, e, depois de passar por algumas mãos, conquistara o coração do jovem general paraguaio e futuro sucessor de López I, que visitava a Europa. Elisa Lynch é um dos enigmas da guerra. A imprensa brasileira e mesmo a platina, na época, não a poupavam. Dizia-se que ela mantinha as mais íntimas ligações com lord Palmerston, um dos chefes da maçonaria internacional, com quem amiudadamente se correspondia. Chegava-se até a

atribuir ao lord a declaração de guerra ao Brasil. A Inglaterra desejava uma desforra da questão Christie, em que seu orgulho fôra abatido (35). Lord Palmerston era o amigo fiel de Rosas, o protetor de William Dougal Christie, o inimigo figadal do Império...

A influência da judia irlandesa era "perniciosa e completa" sobre o ditador. Passavam a vida em banquetes regados a champanha, ela de grande **toilette**, mesmo em plena guerra. Falava-se mal de seu procedimento, ora com o general Caballero, ora com o tenente-coronel Thompson, que vivia na sua intimidade e lhe afinava o piano (36).

Revolvendo os documentos e escritos contemporâneos, verifica-se ter passado no Paraguai mais ou menos o que se passou recentemente na Espanha: o saque judaico. A guerra civil ou estrangeira, provocada pelos agentes do judaísmo, permite que esses mesmos agentes se apoderem de todos os modos da riqueza nacional — metais, dinheiro, alfaias, relíquias, exportando-as em seu proveito. O Paraguai foi literalmente saqueado por Solano López, manobrando por Elisa Lynch. "A guerra é a seara do judeu", diz Sombart.

O tirano sacrificou famílias inteiras para se apoderar de seus bens. Mandava executar sob os mais diversos pretextos uma média de 20 a 25 pessoas diariamente (37). Tudo isso era feito com os maiores requintes de barbaridade. Quando o déspota pretendia haver uma conspiração contra ele, não respeitava a vida nem de seus irmãos. Não respeitou sua própria mãe, que foi, por sua ordem, surrada a pano de sabre (38)! As igrejas eram despojadas de todas as suas riquezas, que, empilhadas em carretas, seguiam os rastos da fuga de López ainda nas Cordilheiras. As avançadas brasileiras apoderaram-se de muitas delas (39).

Antes de chegar a essas aperturas da retirada rumo aos sertões da Bolívia, toda a riqueza metálica do Paraguai era mandada para fora por Madame Lynch. Todos os meios lhe convinham para ganhar dinheiro. Negociava com couros e erva-mate, assegura Cecilio Baez. Em navios estrangeiros, mercantes ou de guerra, remetia caixões e sacos de ouro e prata para o exterior. Limpou o país. É uma feição da guerra pouco estudada e para a qual chamamos a atenção dos pesquisadores. Em 1866, na fortaleza de Humaitá, Elisa Lynch embarcou diversas caixas de dinheiro na canhonheira italiana "Ardita"; em 1868, enviou muitas caixas com dinheiro e alfaias pela canhonheira francesa "Decidée" (40).

As maiores somas foram exportadas no derradeiro período da guerra, graças à legação norte-americana. Quando principiou a campanha, era ministro dos Estados Unidos em Assunção o sr. Carlos

Washburn, autor mais tarde de uma pouco verdadeira "História da guerra do Paraguai". Foi "partidário acérrimo" de López até 1868, quando tentou uma mediação com o Brasil. Seu procedimento provocou animadversão dos dois lados. López passou a antipatizá-lo e persegui-lo até que o governo ianque o substituiu pelo general Mac Mahon. Este se tornou criatura da intimidade de López e da Lynch. Viveu continuamente no quartel general do tirano. Esteve nele em Lomas Valentinas e Ita Ivaté durante os dias seguidos da furiosa batalha. Acompanhou EL SUPREMO a Peribebuí, levando os filhos que o ditador lhe confiara ao fugir. Somente o deixou quando no final da campanha das Cordilheiras. De regresso a Assunção, trazia grande número de caixões com dinheiro. Pediu uma força para guardá-los ao comando militar imperial, declarando tratar-se de quantias pertencentes a cidadãos ingleses, franceses e norte-americanos. Havia pouquíssimos estrangeiros no Paraguai; nenhum nas ásperas Cordilheiras, naquela fase da guerra de extermínio. A mentira saltava aos olhos da cara. Mac Mahon fôra declarado por López seu testamenteiro e a nossa imprensa o apelidara "o protetor dos Lopezinhos". O tirano deixava à sua amante 900 mil onças e patacões, e uma doação até hoje discutida de três mil léguas de terras paraguaias (41)!

É de admirar tenha o comando chefe das forças navais e terrestres deixado passar, mesmo em navios de guerra estrangeiros, esses caixões de dinheiro. O Império fazia a guerra com um liberalismo que era antes descuido, filho de absoluta ignorância das questões vitais do mundo. Não se proclamou estado de sítio, não se tomou uma medida de exceção, não se suspendeu uma garantia individual. Nos editoriais da imprensa e na tribuna do parlamento, criticava-se amplamente a marcha das operações de guerra. Os jornais noticiavam tudo. Parece que não havia o menor segredo de estado-maior. No rio Paraguai, ocupado pela nossa esquadra, os pequenos navios de guerra estrangeiros faziam de lançadeiras, subindo e descendo, freqüentando Humaitá e Assunção sob este ou aquele pretexto, e carregando o ouro da Lynch ou com que Lopez pagava armamentos na Europa, segundo depõe Gregorio Benítez, seu representante. Graças a esse vai-vem de navios, EL SUPREMO recebia clandestinamente partidas de armas e de petrechos bélicos (42).

Viviam nessas idas e vindas, sobretudo as canhonheiras americanas "Wasp" e inglesas "Linnet" e "Beacon"; além delas, a francesa "Decidée" e a italiana "Ardita". Depois da passagem de Humaitá, andaram continuamente de cá para lá, entre a ilha de Palmas e Assunção. Seus comandantes freqüentavam amiudadamente o quar-

tel general de López em São Fernando (43). Um deles, o da "Wasp", Kildman, era tão seu amigo que desacatou o ministro Washburn, quando deixou de ser **persona grata** do déspota (44).

No meado de agosto de 1867, a "Linnet" trouxe de Buenos Aires o secretário da legação inglesa ali, sr. Gould, que escreveu, mais tarde, um livro sobre a guerra. Vinha ao Paraguai sob o pretexto de repatriar súditos britânicos; mas do seu proceder se infere que outra e reservada era a sua missão. Tentou uma mediação para cessar a guerra, que gorou devido à resolução dos Aliados de somente tratarem retirando-se o tirano do governo. Esteve o sr. Gould livremente nos nossos acampamentos, observou e examinou o que quis e o que bem entendeu (45). Levou a certeza da vitória imperial, o que determinou o procedimento ulterior da Inglaterra.

Havia grandes **interesses ocultos** na guerra. As vitórias fulminantes do marquês de Caxias, em dezembro de 1868, depois da travessia do Chaco, desde Villeta a Cumbariti, de onde fugiu López, foram uma verdadeira bomba na agiotagem, no jogo de bolsa e de câmbio que a judiaria fazia na praça do Rio de Janeiro (46). No Prata, o barão de Mauá continuava a mover-se, defendendo a situação de seus negócios, trocando cartas com Mitre em favor da paz (47). Em 1869, após o atentado que vitimou D. Venancio Flores, o governo uruguaio começou a perseguição contra o seu banco, impedindo-o de levar o capital, quando dava consentimento para isso a outros estabelecimentos, fazendo correr boatos do seu fechamento e motivando corridas por esse modo (48).

No estrangeiro, o Brasil era duramente atacado. O "Império escravista", diziam e escreviam, queria estender a lepra da escravidão aos povos republicanos do Prata. Eliseu Réclus insultava os brasileiros. Charles Expilly publicava folhetos e livros, pintando as monstruosidades dos nossos soldados e o procedimento angélico dos paraguaios. Chegava a preconizar a intervenção da Europa, por que **tinha capitais na América do Sul**. E deixava escapulir ser preciso **revelar ao comércio francês os mercados ignorados que o despotismo de Buenos Aires monopolizava como um campo de exploração** (49). Defesa encomendada por quem interessava o seguinte plano, desmanchado pela atitude do Brasil, de Mitre e de Flôres: a existência do Paraguai dependendo da livre navegação dos rios, os interesses dos povos ribeirinhos de Corrientes e Entre Rios ligados aos do Paraguai, a criação de **nova família política composta de grupos independentes**, surgindo no mundo e se **estendendo do Prata ao sul do Amazonas**. Era o velho sonho de uma confedera-

ção compreendendo o Paraguai, Corrientes, Entre Rios, Missões, a Banda Oriental, o Rio Grande do Sul e Mato Grosso (50). Ela enfraquecia as duas grandes nações do continente meridional, Brasil e Argentina, preparando para o futuro uma fragmentação de **pequenas pátrias**, destinadas a serem pasto do judaísmo internacional. O mesmo processo de desagregação de que saíram as republiquetas da América Central. Na guerra que se travava, Flores representava a independência uruguaia garantida pelos dois grandes vizinhos do Norte e do Sul; Mitre, a unificação argentina após a vitória de Pavón; Urquiza, o interesse localista das províncias dominadas pelo caudilhismo moribundo; e López, a ambição paraguaia, o seu anseio para o mar livre, manobrado pelas forças ocultas.

Estas sempre se imiscuíram nas questões territoriais entre a América Espanhola e a América Portuguesa. No tratado de 1750, negociado por Alexandre de Gusmão e mais tarde anulado pelo de Santo Ildefonso, essa influência oculta está hoje fartamente documentada. Judeus, maçons ingleses e peninsulares reuniram seus esforços para destruir a colonização dos jesuítas, para arrancar pela raiz a sua influência e para enfraquecer a Espanha, favorecendo Portugal, como em outras ocasiões promoveriam o contrário (51). Vimos no primeiro volume desta "História Secreta" a ação dessas forças no caso da Colônia do Sacramento, ninho do contrabando.

Barreira a planos comerciais expansionistas, o Império e seus dois galos de briga sofriam todos os ataques do judaismo maçônico. O jornal "Europa", órgão do gueto tradicional de Frankfurt, desancava-o a cada número. Os grandes periódicos parisienses não lhe davam tréguas. Exagerava-se a mortandade dos paraguaios em Jataí. Afirmava-se que havíamos escravizado os prisioneiros de Uruguaiana. O judeu Benjamin Poucel, inspirado por Alberdi, inimigo pessoal de Mitre, clamava pela intervenção européia, pois o interesse "urgente e imediato" das nações do Velho Mundo era não deixar o Brasil dominar no Prata como dominava no Amazonas, conservando-o fechado às marinhas estrangeiras (52). **Leit motif** de todas as recriminações contra o Império.

O outro era a escravidão. Esqueciam propositalmente a existência de escravos negros, além do povo escravizado, no Paraguai, onde foi o Império quem os libertou pela mão do conde d'Eu. Após Tuiuti, quando López perdeu suas melhores tropas, os escravos paraguaios foram mobilizados para o exército. Só de uma vez assentou-se praça em seis mil (53)! Esqueciam as barbaridades do ditador, as torturas, as matanças, os horrores do acampamento de São Fernando, os

lanceamentos, as infâmias, os maus tratos aos prisioneiros, as delações, a vida amancebada com uma judia que se rodeava de um bando de "rameiras cantando hinos patrióticos" (54)!... Esqueciam as pobres mulheres **destinadas**, cujo "eterno anelo" era serem libertadas pelos brasileiros e que, na sua horrenda existência, os "viam em sonhos todas as noites" (55)!... Esqueciam os carregamentos de ouro, alfaias e jóias roubadas ao mísero povo paraguaio, as vítimas dos degolamentos e fuzilamentos diários, remetidos para a Europa em navios de guerra estrangeiros que se prestavam a isso, violando a moral e as leis internacionais, chegando ao ponto do governo argentino protestar em nota diplomática junto ao governo italiano contra a remessa dos caixões de valores a bordo da canhonheira "Ardita" (56)!... Esqueciam a permanência do ministro norte-americano ao pé de López nos campos de batalha, escândalo que a imprensa do Prata e do Brasil profligava, documentando sua deslavada proteção ao tirano (57)!... Esqueciam que somente essa permanência, com as idas e vindas de canhonheiras através da Esquadra Imperial, a serviço da respectiva legação, podia explicar o encontro na campanha das Cordilheiras, em agosto de 1869, de "armas americanas dos sistemas mais aperfeiçoados e inteiramente desconhecidos dos brasileiros" (58)!... Esqueciam tudo isso como a imprensa judaizada e maçonizada de hoje **esquece ou ignora** as atrocidades e os roubos de riquezas nacionais dos vermelhos na Espanha. A história repete-se.

O Império, que sentira o perigo da guerra com o Paraguai de 1850 a 1855, quando acesa a questão de limites e da clausura dos rios, esquecera-se e estava desprevenido, quase desarmado, ao romper o conflito. Como acusar sem má fé um país, sem armas, de imperialista? O Rio Grande do Sul, vizinho da Banda Oriental e das mesopotâmias caudilhescas, próximo do Paraguai, que ocupava parte das Missões, estava desguarnecido e desarmado, mal atingindo sua guarnição a 2.500 homens (59). Com grande dificuldade, o general visconde de São Gabriel organizara e armara a divisão com que invadira o Uruguai em dezembro de 1864, documenta Jourdan. Em matéria de defesa militar, Mato Grosso se achava em "estado lastimoso", que desde 1858, receando a guerra, os deputados da província denunciavam à Câmara, não se tomando a menor providência até ser o território invadido pelos paraguaios (60).

O Paraguai, sim, armara-se até os dentes, premeditando o golpe traiçoeiro com o primeiro pretexto defensável que lhe pudesse servir de bandeira. Nenhum melhor do que se opor, como campeão do equilíbrio do Prata e do republicanismo americano, ao "Império escra-

vista", que procurava a ruptura desse equilíbrio, intervindo na Banda Oriental. Como se a intervenção não fôra adrede provocada pelo governo uruguaio, calcando aos pés os direitos dos brasileiros, afrontando a nossa soberania e negando-se a dar as satisfações pedidas por se sentir apoiado por Urquiza e López, que tinham as simpatias **de duas grandes potências marítimas da Europa e América...**

Os arsenais paraguaios estavam à altura dos europeus, dirigidos por técnicos alemães, franceses, austríacos, húngaros e italianos. A fundição de Caacupé fundia, torneava e raiava canhões. O arsenal de Assunção fabricava armas de toda a espécie, inclusive estativas de foguetes de guerra dos últimos modelos. A artilharia dispunha de 400 canhões, entre raiados e lisos, além de uma bateria moderna de aço. Possuía vapores de guerra. Encomendara outros, blindados e artilhados com os últimos modelos. Algumas das unidades de 1ª linha estavam armadas de fuzis de retrocarga. As outras, em geral, com espingardas Turner, Enfield, Witton Brothers e Tower, sistema Minié (61).

O território da República era um verdadeiro castro. O forte do Itapiru no rio Paraná. Curuzu, Curupaiti, as linhas de Rojas, o reduto Cierva, impedindo a travessia dos brejos e das selvas. Humaitá, poderosamente artilhada, e o Timbó, fechando o rio Paraguai. Acampamentos fortificados. Nessa imensa caserna, guardada pelo pântano e pela mata, ínvia e ignota, adestrados e se adestrando sob uma disciplina férrea, 100 mil homens na opinião do diplomata inglês Gould e na de Mastermann, 821 mil na do tenente-coronel Thompson, engenheiro militar de López, 64 mil na de Gregorio Benítez, representante do Paraguai na Europa (62). Um exército fanatizado, dominado por uma espionagem sem entranhas, verdadeiramente soviética, em que os sargentos recebiam das próprias mãos de EL SUPREMO caderninhos especiais para anotar o que faziam e diziam seus chefes (63)! A mais espantosa delação assombrava os generais e coronéis, que eram fuzilados como covardes, **por las espaldas**, quando derrotados.

Além disso, as comunicações garantidas pelos rios, lagunas e braços de água livres, por uma estrada de ferro, pela linha telegráfica e pelo caminho estratégico que levava do Passo da Pátria, no extremo meridional do país, à sua capital, obra do oficial de engenharia austríaco barão Wiener de Morgenstern, que servira aos revolucionários mineiros em 1842, quando o então barão de Caxias o aprisionara. Pimenta Bueno, marquês de São Vicente, recomendara-o ao pai de Solano López, quando colaborava no plano defensivo do Paraguai

contra Rosas (64). O marquês de Caxias fez de novo prisioneiro esse oficial mercenário na batalha de Lomas Valentinas.

Não se olvide ainda que grandes partidas de armamentos e munições encomendadas por López foram retidas após a declaração de guerra, nos portos de Nantes, do Havre e de Liverpool, bem como os encouraçados que se construíam nos estaleiros europeus por sua conta, graças à vigilância e bons ofícios dos nossos diplomatas barões de Penedo e Itajubá (65). Se o ditador conseguisse obtê-los, grave seria a nossa situação do ponto de vista militar. Felizmente isso pôde ser evitado, assim como o plano dos corsários americanos sulistas, em disponibilidade finda a guerra da Secessão nos Estados Unidos, os quais se ofereceram ao ministro paraguaio Barreiro, em Paris, a 7 de maio de 1866, para com seis cruzadores blindados bombardearem as cidades mais importantes do Brasil e engarrafarem no Prata a nossa esquadra, cortando-nos a linha de comunicações pelo mar e forçando nosso Exército a retirar em destroços pelo território das Missões (66)!

Contra esses formidáveis preparativos, que se apressavam desde 1856, logo após a malograda expedição punitiva de Pedro Ferreira, a lei de meios do Império consignava para o exercício de 1864-1865 este ridículo efetivo para o Exército Imperial: 16 mil homens. A Argentina estava menos preparada do que nós. Do Uruguai, que saía de uma guerra civil depauperante, nem se fale!

Mitre dificilmente conseguiu no início da campanha reunir pouco mais de dez mil homens, efetivo que só fez diminuir no decurso das operações. Ninguém queria ir para a guerra. Os regionalismos punham as cabeças de fora, no anseio de se vingarem da derrota de Pavón. As guardas nacionais de Córdoba, Santa Fé e San Juan revoltaram-se (67). "Obstinado e frio" (68), Mitre galvanizou Buenos Aires e, apoiado na capital fiel e unificadora, fez frente, até recorrendo a mercenários, à guerra estrangeira e a diversas revoltas locais. Era mais político e escritor do que soldado. Andava geralmente à paisana. Sua sela tinha coldres, mas sem pistolas, cheios de graxa com que untava os arreios. Seu chefe de estado-maior, no qual havia judeus, como o major Abraão Walker, era o general Gelly y Obes, administrador circunspecto, porém a negação do militar profissional. A maior parte da cavalaria estava a pé e a artilharia deixava muito a desejar (69). O tenente-coronel Beverina depõe que o comando argentino pedia armas e munições ao Brasil.

O Uruguai enviou à guerra pouco mais de três mil homens, que o Império sustentou. Alberdi não deixa de ter certa razão na sua imagem literária dos dois galos de briga.

O "poder más sólido y eficaz" da Tríplice Aliança era, na verdade, o Império. Desarmado, armou-se à toda pressa. Levantou do solo pátrio ofendido pelos invasores legiões de guardas nacionais e voluntários, que se bateram como leões. "En el fuego a pie firme los brasileros son insuperables!" declara Seeber (70). O Brasil improvisou tudo, apesar de todas as críticas internas, de todos os **Carrões & Cia.**, como escrevia Cotegipe, de todos os bucheiros que procuravam solapar o patriotismo (71). A hegemonia naval que lhe dera em 1828 a vitória do Monte Santiago garantia-lhe o domínio das águas definitivamente estabelecido pelo triunfo do Riachuelo e conservado ciosamente em toda a campanha, o que permitira o forçamento de Humaitá e fazer do rio Manduvirá "a sepultura dos restos da esquadra paraguaia".

Pelo tratado da Tríplice Aliança, o comando chefe pertencia ao general do país em que se desenrolassem as operações de guerra. Mitre assumiu-o na marcha através da província de Corrientes e conservou-o no Paraguai invadido. Visando unicamente o interesse da Argentina, que se povoou de emigrantes e enriqueceu, graças ao ouro brasileiro, tornou-se a "única causa do prolongamento da guerra" (72). Mas a brasilidade de Tamandaré, baseada nas estipulações do tratado, que punham a Esquadra Imperial fora da órbita do comando terrestre, recusando obedecer às ordens de Mitre, de fato sotopõe ao almirante o general argentino (73). Somente quando Caxias assumiu de vez a chefia dos Exércitos Aliados, a marinha passou sob suas ordens. Ela era a única garantia que tínhamos de mobilidade, de comunicações e de empecilho a uma paz em separado. Sem a força naval nas nossas mãos, teríamos perdido a guerra.

O grande organizador e disciplinador do Exército que o Império improvisou na concentração de Concórdia, baseado na divisão que vencera em Paisandu e ocupara Montevidéu, foi o general Osório. Trabalho silencioso e fecundo em que se revelou o grande capitão que de tudo cuidava. Tão grande aí como nos campos de batalha. Senão maior. Preparou, para libertar Corrientes, invadida pelos paraguaios, e para penetrar no território inimigo, 21 batalhões de infantaria de linha, 4 regimentos de cavalaria, 1 de artilharia a cavalo, 2 batalhões de artilharia a pé, 1 de engenheiros e 18 de guardas nacionais e voluntários da pátria, em 13 brigadas, fardados, disciplinados, armados e municiados (74). É esse Exército Imperial que vai decidir a sorte das armas.

Essa vitória, após cinco anos de gloriosa luta, leva o Brasil ao apogeu do seu sentido imperial, que se afirma na Marinha com Ta-

mandaré, Barroso e Inhaúma; no Exército com Caxias, Osório e Porto Alegre; nas letras com Pedro Américo, Vítor Meireles e Carlos Gomes; na política com Zacarias, Cotegipe e Ouro Preto; na diplomacia com Penedo, Itajubá e Otaviano. Mas o apogeu anuncia a decrepitude e a morte, cujos germens nascem da própria guerra do Paraguai.

A cooperação de Mitre e Flores, observou um escritor e diplomata paraguaio, trouxe como conseqüência fatal a intervenção brasileira, anunciada pelo ultimatum de Saraiva, "que foi o agente inconsciente da supressão da monarquia que servia com tão abnegada submissão". E acrescenta que **o comércio fraterno** dos soldados e oficiais brasileiros com os exércitos republicanos injetara o micróbio do republicanismo nas suas almas (75). De volta, mais tarde, quando essa infecção se generalizou, esse Exército Imperial proclamou a República.

É possível que haja nessa observação um pouco de verdade, embora o aspecto das caudilhescas repúblicas do Prata não fosse de molde a entusiasmar homens criados no sentimento e na vantagem da Ordem Imperial de um país liberalíssimo e sem revoluções, mazorcas e quarteladas. A verdade toda está encoberta por um véu, — o véu das forças ocultas.

Escrevendo em 1870 sobre a guerra do Paraguai, o oficial de estado maior do Exército Francês, Teodoro Fix, dizia: "A América do Norte e a Inglaterra viam de mau humor o desdobramento de forças do Brasil... (76)" Eram as **duas potências marítimas** com que secretamente Solano López contava, além das simpatias da França, que o autor omitiu por se tratar de sua pátria. Basta conhecer a acolhida cordial e larga feita a Gregorio Benítez, representante diplomático do tirano, que revelou esse segredo, apesar de ser um mero secretário de legação, tanto pelo presidente dos Estados Unidos, na Casa Branca, como pelo Imperador Napoleão III, nas Tulherias (77). À observação que Fix fazia lá de fora junte-se a que Sampaio Viana fazia aqui dentro, ao tempo da questão Christie: DECIDIDAMENTE A INGLATERRA VÊ E CALCULA QUE ESTE GIGANTE DA AMÉRICA DO SUL CRESCE E CRESCE, E ISTO NÃO LHE CONVÉM...

"Apesar dos empréstimos com que Rotschild nos vinha escravizando desde a Independência, o Brasil atingira o apogeu de sua grandeza e projeção política e moral no continente." Situação financeira relativamente folgada. Câmbio magnífico. Coesão nacional. Um exército veterano e aguerrido. Marinha excelente. Moralidade pública e particular. "Até aonde poderia ir como força na sua unidade e na sua influência moral o Império do Brasil? Não se tornaria, em alguns anos,

uma grande potência, polarizando o sentido do continente meridional e falando aos donos do mundo em igualdade de condições (78)?"

Com o pseudônimo dos Estados Unidos e da Inglaterra, a quem não convinha a grandeza do novo Império, o governo judaico do mundo passou a agir. Facilitou-lhe a tarefa o regime parlamentar com seu jogo mortífero de partidos na gangorra ministerial. Dadas as ordens e sugestões às forças ocultas, a bucha e a maçonaria, "aliadas a intelectuais e políticos, se puseram em ação, minando a pouco e pouco o Império, sob a proteção do liberalismo cego de D. Pedro II, que não conhecia o poder dessas forças e não podia compreender o problema (79)".

As etapas foram matematicamente traçadas e realizadas. Manifesto republicano preparando o terreno. Lei do Ventre Livre atacando o Instituto Servil, base do trabalho, pilar da economia, na última renovação que lhe restava depois da supressão do tráfico, a procriação, sem criar o que a substituísse. Craque misterioso de bolsa retirando capitais do país. Descrédito do Terceiro Reinado em perspectiva. Questão dos bispos, afastando o Trono da Igreja e dividindo a esta. Questão militar destruindo a disciplina do Exército, intrigando os chefes e malquistando-os com a Coroa. Abolição. Depois, a República...

"As forças secretas vêm de **mau humor** o crescimento do Brasil, sua maravilhosa colônia, e o impedem, defendendo a mamata." Para isso, dividem o Brasil e "lançam mão de todos os meios (80)". A nação somente poderá ser livre, deixar de ser COLÔNIA DE BANQUEIROS, negocistas **et reliqua**, sem bucheiros, sem maçons e sem judeus.

NOTAS

I

(*) Tratado a respeito das coisas divinas ou espirituais. O mesmo que misticismo.
(1) "Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu tempo", José Olimpio — Rio, 1937, pg. 208.
(2) L. D. Savignac, artigo em "La France Moderne".
(3) Cristiano Benedito Ottoni, "Biografia do sr. D. Pedro de Alcântara".
(4) Visconde de Sabóia (Silvio Túlio), "O Senhor Dom Pedro II", Rio, 1846.
(5) Henri Raffard, "Apontamentos acerca de pessoas e coisas do Brasil" in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", t. LXI, Imprensa Nacional, Rio, 1898.
(6) Joaquim Nabuco, "Um estadista do Império", 1ª ed., t. I, pg. 56.
(7) Otavio Tarquinio, op. cit. — pgs. 230-231; Pereira da Silva, "Memórias do meu Tempo", Garnier, Rio, t. I, pg. 16-17.
(8) Idem. — pg. 217.
(9) Tristão de Alencar Araripe, "Notícia sobre a Maioridade", in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", t. XLIV, pgs. 167-168.
(10) Op. cit., pg. 175.
(*) Gradação de cores; matiz, entretam. Diferença aplicada entre coisas do mesmo gênero.
(11) Otávio Tarquínio, op. cit., pg. 210.
(12) Henrique de Paiva Couceiro, "A democracia nacional", pg. 285.
(13) Luiz de Almeida Braga in "Os nossos mestres", de Fernando de Campos, ed. Portugalia, Lisboa, 1924, pg. 36.
(14) "Páginas de História Constitucional", pg. 36.
(15) Otávio Tarquínio, op. cit., pg. 212.
(16) Op. cit., pg. 214.
(17) Bernardo de Vasconcelos, "Exposição".
(18) Daniel P. Kidder, "Sketches of residence and travels in Brazil", t. II, pg. 357.
(19) O grifo é nosso.
(20) Idem.
(21) Teófilo Ottoni, "Carta aos Senhores Eleitores da Província de Minas Gerais", Tip. do "Astro", São João d'El Rei, 1827 e "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", t. LXIV.
(22) Henri Raffard, op. cit., pg. 426.
(23) Otavio Tarquínio, op. cit.
(24) Gustavo Barroso, "Brasil — Colônia de Banqueiros", Civilização Brasileira, Rio, 6ª edição, pgs. 57-58.
(25) Walsh, "Notices of Brazil in 1828-1829".
(*) Tornar paralelo a determinada linha ou direção. Mirar, visar, observar.
(26) Tristão de Alencar Araripe, op. cit., Apêndice, pg. 211.
(27) Melo Matos, op. cit., pg. 37.
(28) Otávio Tarquínio, op. cit., pg. 221.
(*) Irritar-se, tornar-se áspero.
(29) Daniel P. Kidder, op. cit., t. II, pg. 357.
(*) Assinar (despacho ou diploma), assumir a responsabilidade; endossar, avalizar.
(30) José Agostinho de Macedo, "O Desengano", nº 3, pg. 7.
(31) D. Frei Fortunato de São Boaventura, "O punhal dos Corcundas", Lisboa, 1824, nº 33, pg. 500.
(32) Braz Florentino, "Do Poder Moderador", Tip. Universal, Recife, 1864, pgs. 72-74.
(33) Rio Branco, "Efemérides Brasileiras", pg. 209.
(*) Poder, misterioso, a que se atribui influência benéfica ou maléfica.

(34) Otávio Tarquínio, op. cit., pg. 232; Joaquim Nabuco, "Um estadista do Império", t. I, pg. 58, 1ª edição.

II

(1) Otávio Tarquínio, op. cit., pgs. 231-232; Cristiano Ottoni — "Biografia de Teófilo Ottoni", Tip. do "Diário do Rio de Janeiro", 1870, Rio, pgs. 19-21.

(2) Otávio Tarquínio, op. cit., pg. 234.

(*) Membro de uma sociedade política secreta da Itália. Membro de qualquer sociedade secreta revolucionária.

(3) Op. cit., pg. 236.

(4) O grifo é nosso.

(5) "Fragmentos histórico-políticos sobre o Brasil", A revolução de 1842 em São Paulo, Tip. Americana, São Paulo, 1868, pgs. 3-4.

(6) Op. cit., pg. 10. Refere-se a Bernardo de Vasconcelos e a Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro marquês do Paraná.

(7) Op. cit., pg. 13.

(8) Rio Branco, "Efemérides Brasileiras", pgs. 66-67.

(9) Ofício do chefe de polícia Euzébio de Queiroz ao juiz municipal da 2ª vara, de 6 de agosto de 1842.

(*) Deixado à discrição; livre de condições, não limitado. Livremente.

(10) Vice "Auto-biografia de Francisco de Assis Vieira Bueno", Campinas, Tip. Livro Azul, 1899. O autor foi bucheiro, discípulo do "insigne Júlio Frank" (pg. 10), tendo freqüentado as aulas do mesmo desde sua inauguração em 1836 (pg. 11). Lê-se à pg. 14: "Seguiu-se logo a rebelião de 1842, que infalivelmente (?) me teria colhido na sua rede, se tivesse rompido na capital, pois eu me achava filiado a um dos clubes revolucionários chamados dos PATRIARCAS INVISÍVEIS." E à pg. 35: o dr. Gabriel Rodrigues dos Santos era chamado na "intimidade" VICE-REI e o brigadeiro Tobias, REI; ambos concertaram a candidatura do autor a deputado geral.

(11) Cfr. Spencer Vampré, "Memória para a história da Academia de São Paulo", t. I, pgs. 237-239; Azevedo Marques, "Apontamentos históricos", t. II, pg. 127; J. B. de Morais, "A revolução de 1842" "in" "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo", t. XII.

(12) J. A. Pinto Júnior, "Movimento político da província de São Paulo em 1842", tip. do "Diário de Santos", 1879, pgs. 5 e segs., 12 e segs., 30-32. O autor, redator do jornal "Tibiriçá", foi parte nos acontecimentos.

(13) Op. cit., pgs. 8-9.

(14) Cônego José Antônio Marinho, "História do movimento político que no ano de 1842 teve lugar na província de Minas Gerais", tip. de J. E. S. Cabral, Rio de Janeiro, 1844, t. II, pg. 5.

(15) J. A. Pinto Junior, op. cit., pgs. 39-40, 74 e segs.

(16) Almeida Nogueira, "Tradições e reminiscências", t. VIII, pg. 39. Karan, Karam, Karram, Carram, Carrão...?

(17) Carta do senador Vergueiro ao barão de Monte Alegre, de 5 de julho de 1842.

(18) Cfr. Eugênio Egas, "Diogo Antonio Feijó", Tip. Levi, São Paulo, 1912, pgs. 202, 218-219 e 246; Feijó, "Defesa", "in" Suplemento do "Jornal do Comércio", de 18 de maio de 1843; Parecer da Comissão Especial do Senado, de 31 de julho de 1843.

(19) Carta de Tobias a Feijó, de 7 de junho de 1842.

(20) Ata da reunião da Câmara Municipal de Sorocaba para a posse de Rafael Tobias.

(21) J. A. Pinto Junior, op. cit., pg. 49.

(22) "Fragmentos histórico-políticos sobre o Brasil — A revolução de 1842 em São Paulo", pg. 9; Eugênio Egas, op. cit., pgs. 192-198.

(23) Eugênio Egas, op. cit., pg. 193.

(24) Rio Branco, op. cit., pgs. 267, 273, 276 e 282.

(25) Op. cit., pgs. 288, 296, 301, 318 e 343.

(26) Op. cit., pgs. 326, 333, 359, 360, 368 e 390.
(27) Op. cit., pgs. 403-404.
(28) Otávio Tarquínio, op. cit., pg. 245.
(29) Fardamento de um sargento "Luzia" que tomou parte na batalha de Santa Luzia, conservado no Museu Histórico Nacional.
(30) Cônego José Antonio Marinho, op. cit., t. I, pgs. 60, 80, 82 e 87.
(31) Op. cit., pg. 229.
(32) Cristiano Ottoni, op. cit., pgs. 9 e 27.
(33) Autobiografia de Cristiano B. Ottoni, manuscrito existente no Museu Histórico Nacional, t. I, pg. 41.

III

(1) Pereira da Silva, "Memórias de meu tempo", t. I, pg. 22.
(2) Tristão de Alencar Araripe, "Guerra civil no Rio Grande do Sul", "in" "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil", t. XLIII, pg. 123.
(3) Pereira da Silva, op. cit., t. I, pgs. 42-49.
(4) Exposição do barão de Caxias ao ministro da Guerra, datada da cidade do Rio Grande em 29 de novembro de 1842, vinte dias após sua posse.
(5) Rio Branco, op. cit., pg. 20.
(6) Ofício do barão de Caxias ao ministro da Guerra, de 18 de julho de 1843.
(7) J. Pinto da Silva, "A província de São Pedro", ed. da Livraria do Globo, Porto Alegre, 1930, pgs. 170 e 188.
(8) Carta de Bento Manuel e Saturnino de Souza, de 13 de outubro de 1840.
(9) Alfredo Varela, "História da Grande Revolução", ed. da Livraria do Globo, Porto Alegre, 1933, t. V, pgs. 375 e segs.
(10) Tristão de Alencar Araripe, op. cit., t. cit., pgs. 119 e 273.
(11) Alfredo Varela, op. cit., t. VI, pg. 123.
(12) Op. cit., t. V, pgs. 361 e 367.
(13) João de Morais, "A Revolução no Rio Grande", p. II, pg. 73; Carta de José Clemente Pereira ao barão de Caxias, de 12 de dezembro de 1842.
(14) A primeira a 5 de julho e a segunda a 28 de dezembro de 1841. V. Rio Branco, op. cit., pgs. 337, 510 e 611.
(15) Alfredo Varela, op. cit., t. V, pgs. 397 e segs.
(16) Vide a gravura de pg. 62-A.
(17) Ponte Ribeiro, "Memória".
(18) Alfredo Varela, op. cit., t. V, pgs. 400-401, t. VI, pg. 142; Tristão de Alencar Araripe, op. cit., t. XLVI, p. I, pgs. 423-424.
(19) Alfredo Varela, op. cit., t. V, pgs. 381 e segs.
(20) Carta do barão de Caxias ao ministro da Guerra, de 12 de dezembro de 1842.
(21) Alfredo Varela, op. cit., t. VI, pg. 21.
(22) Tristão de Alencar Araripe, op. cit., "in" Rev. cit., t. XLVI, p. I, pg. 122.
(23) Rio Branco, op. cit., pgs. 504, 525 e 608.
(24) Parte do barão de Caxias ao ministro da Guerra sobre o combate de Porongos, de 14 de novembro de 1843.
(25) Tristão de Alencar Araripe, op. cit., "in" Rev. cit., t. XLIII, p. II, pgs. 286-287.
(26) Op. cit., Rev. cit., t. cit., p. cit., pg. 122.
(27) Rio Branco, op. cit., pg. 596.
(28) Op. cit., pgs. 477, 483, 522 e 575.
(29) Cristiano Ottoni, "Biografia de Teófilo Ottoni", tip. do "Diário do Rio de Janeiro, 1870, pg. 27. Os grifos são nossos. A consulta tinha sido do teor seguinte: "Se lhes dessem esperanças de levantamento de outras províncias, eles, Farrapos, se sustentariam, mas abandonados como até então muito lhes convinham as condições estabelecidas", testemunha o mesmo Cristiano Ottoni em "O advento da República no Brasil", tip. Perseverança, Rio de

Janeiro, 1890, pgs. 69-70. A prova da ligação maçônica dos Farrapos com os outros revolucionários da época é evidente.

(30) Gustavo Barroso, "A guerra do Rosas", ed. da Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1929, pg. 97.

(31) Marechal Bormann, "Rosas e o Exército Aliado", Rio de Janeiro, 1912, t. I, pg. 144.

(32) Op. cit., t. cit., pg. 148.

(33) Gustavo Barroso, op. cit., pg. 99.

(34) Gustavo Barroso, "Brasil colônia de banqueiros", 6ª ed., pg. 59.

(35) Os trabalhos de Alfredo Rodrigues foram publicados anos seguidos no "Almanaque Riograndense".

(36) Gustavo Barroso, "Os homens de 1835", in "A Nação" do Rio de Janeiro, de 20 de setembro de 1935.

(37) Loc. cit.

(38) De Paranhos Antunes, "Episódios e perfis de 1835".

(39) "Hitler, l'Allemagne et les Juifs", "in" "Contre-Révolution", nº 6, dezembro de 1937, Genebra, pg. 636.

IV

(1) Joaquim Nabuco, "Um estadista do Império", 1ª ed., t. I, pg. 76.

(2) Pereira da Silva, op. cit., t. I, pg. 167.

(3) J. J. Figueira de Melo, "Crônica da rebelião praieira de 1848 a 1849", tip. do Brasil, Rio de Janeiro, 1850, pg. 6. Em todo o Norte, o português é vulgarmente chamado pelo expressivo nome de "marinheiro". Compare-se o "mata marinheiro" com o "mata maroto" e o "mata bicudo". Vê-se que a inspiração xenófoba é a mesma. Enquanto essa xenofobia se diverte com os portugueses, nossos irmãos, nossos afins por todos os motivos, esquece outros estrangeiros sobre os quais por justiça se deveria exercer.

(4) Joaquim Nabuco, op. cit., t. I, pgs. 80-81.

(5) "Diário Novo", órgão oficial da Praia, Recife, 25 de agosto de 1847.

(6) Nabuco de Araújo, "As eleições para senadores na província de Pernambuco em 1847".

(7) O pai de Joaquim Nabuco, o senador José Tomás Nabuco de Araújo.

(8) Joaquim Nabuco, op. cit., t. I, pgs. 85 e 91.

(9) Urbano Sabino, "Apreciação da revolta praieira em Pernambuco", tip. do "Correio Mercantil", Rio de Janeiro, 1849, pg. 19.

(10) Nabuco de Araujo, "Justa apreciação da revolta praieira", pg. 10.

(11) Urbano Sabino, op. cit., pg. 7.

(12) Pereira da Silva, op. cit., t. I, pg. 195.

(13) Op. cit., t. I, pg. 186.

(14) J. J. Figueira de Melo, op. cit., pgs. 27-28 e 53-55.

(15) Op. cit., pgs. 57, 347-349.

(16) Op. cit., pg. 80.

(17) Joaquim Nabuco, op. cit., t. I, pg. 89.

(18) Neto Campelo, "História parlamentar de Pernambuco", ed. da Livraria Universal, Recife, 1923, pg. 59.

(19) Rio Branco, op. cit., pg. 167.

(20) Neto Campelo, loc. cit.

(21) Joaquim Nabuco, op. cit., t. I, pg. 90.

(22) J. J. Figueira de Melo, "Crônica da revolução praieira", relatório de Vicente Pires da Mota, "in fine".

(23) Joaquim Nabuco, op. cit., t. I, pg. 93.

(24) Artigo de Borges da Fonseca no "O Repúblico", de 2 de fevereiro de 1854; Discurso na Assembléia do Rio, do dr. Tomás Gomes dos Santos, de 19 de março de 1849.

(25) Rio Branco, op. cit., pgs. 617-618; "Manifesto ao Senado", de 1º de janeiro de 1849, assinado pelos Chefes das Forças Liberais.

(26) Urbano Sabino, op. cit., pgs. 6, 51-53.

(27) Op. cit., pg. 19.

(28) General Melo Rego, "Rebelião Praieira", ed. da Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1899, pg. 47.

(29) Joaquim Nabuco, op. cit., t. I, pg. 96.

(30) J. J. Figueira de Melo, Discurso na sessão da Câmara dos Deputados, de 24 de janeiro de 1850.

(31) Joaquim Nabuco, op. cit., t. I, pg. 97.

(32) Macedo, "Ano Biográfico".

(33) Rio Branco, op. cit., pgs. 535-536; Ordem do Dia de Amorim Bezerra, datada de 15 de novembro de 1848.

(34) Urbano Sabino, op. cit., pgs. 83-88 e 149.

(35) General Melo Rego, op. cit., pg. 73.

(36) Op. cit., pgs. 83-88 e 149.

(37) Op. cit., pg. 75.

(38) Op. cit., pgs. 11 e 101.

(39) Rio Branco, op. cit., pgs. 598 e 604.

(40) Op. cit., pgs. 9, 10, 19, 38, 51, 84 e 89.

(41) J. J. Figueira de Melo, op. cit., pgs. 328 e segs.

(42) General Melo Rego, op. cit., pg. 111; J. J. Figueira de Melo, op. cit., pg. 138.

(43) Pereira da Silva, op. cit., t. I, pg. 212.

(44) "Memória" apresentada ao Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco.

V

(1) Theodor von Leuthold, "Meine Amflucht nach Brasilien oder Reise von Berlin mach Rio de Janeiro", Berlim, 1820.

(2) Henri Raffard, "Apontamentos acerca de pessoas e coisas do Brasil", in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil", Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1898, t. LXI, pg. 137.

(3) Pereira da Silva, op. cit., pg. 218.

(4) "Notícia biográfica do conselheiro Francisco Xavier de Pais Barreto", pg. 25.

(5) Joaquim Nabuco, op. cit., t. I, pg. 113.

(6) Op. cit., pg. 114.

(7) Ramos Mejia, "Rosas y su tiempo", ed. Atanasio Martínez, Buenos Aires, 1927, t. II, pgs. 95, 99 e 117; Adolfo Saldias, "Historia de la Confederacion Argentina", ed. La Facultad, Buenos Aires, 1911, t. V, pg. 72, "in" nota.

(8) Ramos Mejia, op. cit., t. II, pgs. 49-52.

(9) Ramos Mejia, op. cit., t. II, pgs. 65-69; Gustavo Barroso, "A guerra do Rosas", pgs. 19-20.

(10) Gustavo Barroso, op. cit., pg. 69.

(11) Vicente Rossi, "Cosas de Negros", Rio de la Plata, 1926, pgs. 81-82; Ramos Mejia, op. cit., t. I, pgs. 238, 262-263, t. II, pg. 348; Arturo Capdevila, "Las vísperas de Caseros", ed. Cabault & Cia.; Buenos Aires, pgs. 38, 50-51.

(12) Ramos Mejia, op. cit., t. II, pgs. 127, 218-219; Arturo Capdevila, op. cit., pgs. 61 e 97.

(13) Bormann, "Rosas e o Exército Aliado", t. I, pgs. 51 e segs.; Ramos Mejia, op. cit., t. I, pg. 248.

(14) Pereira da Silva, op. cit., t. I, pgs. 207-209. Sobre a reconstituição do Vice-Reinado, vide Aquiles B. Oribe "Brigadier general P. Manuel Oribe", Montevidéu, 1913, t. I, pg. 183, in nota.

(15) Oneto y Viana, "La diplomácia del Brasil en el Rio de la Plata; Luis Alberto de Herrera, "La diplomácia oriental en el Paraguay", t. III, pgs. 88 e 211; Gustavo Barroso, "O Brasil em face do Prata", pgs. 174-176.

(16) Adolfo Saldias, op. cit., t. V, pgs. 212 e segs.; Thompson, "La guerra del Paraguay", ed. de 1910, pgs. 4 e 9; Gustavo Barroso, "O Brasil em face do Prata", pgs. 78-80.

(17) Arturo Capdevila, op. cit., pgs. 69-70.

(18) Gustavo Barroso, "A guerra do Rosas", pg. 106.

(19) Bormann, op. cit., t. II, pg. 17.

(20) Bormann, op. cit., t. I, pg. 108; Julio Maria Sosa, "Lavalleja y Oribe", pg. 319.

(21) Bormann, op. cit., t. I, pg. 112.

(22) Eduardo de Urquiza, "Historia Numismática de la Campaña Libertadora de Urquiza", Buenos Aires, 1928, pg. 35.

(23) Domingos Sarmiento, "Campaña en el Ejercito Grande Aliado Libertador de Sud America".

(24) Ata da capitulação "in" Santos Titara, "Memórias do Grande Exército Libertador da Sul América".

(25) Bormann, op. cit., t. II, pgs. 43-47; Rio Branco, op. cit., pgs. 594-595.

(26) Rio Branco, op. cit., pgs. 62-63; Bormann, op. cit., t. II, pg. 110; Adolfo Saldias, op. cit., t. I, pgs. XX e segs., t. V, pgs. 287 e 300; Ramos Mejia, op. cit., t. III, pg. 16, t. I, pgs. 156-157 e 253; Herrera, "Buenos Aires, Urquiza y el Uruguay", pg. 315; Cesar Dias, "Memórias", pg. 269.

(27) Adolfo Saldias, op. cit., t. V, pgs. 305 e segs.; C. Ibarguren, "Juan Manuel de Rosas", ed. La Facultad, 1931, pgs. 436-437.

(28) Parte do general Gregorio Araoz de La Madrid a Urquiza, in "História do general Osório", t. I, pg. 520.

(29) Parte do major general Virasoro a Urquiza, in Eduardo de Urquiza, op. cit., pg. 65. Cfr. Parte de Marques de Souza ao conde de Caxias. V. Gustavo Barroso, "O Brasil em face do Prata", pgs. 165 e segs., docs. III, IV e V, no APÊNDICE, e o plano da batalha in Santos Titara, op. cit.

(30) Adolfo Saldias, op. cit., t. V, pg. 312; "Gaceta Marcantil", números da época; Luis Alberto de Herrera, "Buenos Aires, Urquiza y el Uruguay", pgs. 20-22; Lucas Ayarragaray, "La anarquía argentina y el caudillismo", ed. La Jouane, Buenos Aires, 1925, pg. 62.

(31) Rio Branco, op. cit., pgs. 110-111.

(32) Domingos F. Sarmiento, "Campaña en el Ejercito Grande Aliado".

(33) Santos Titara, op. cit.; Samiento, op. cit.

(34) Proclamação de despedida à Divisão Auxiliar do Brasil por D. Justo José de Urquiza.

(35) Manifesto de gratidão ao Brasil pela Honorable Sala de los Representantes, setembro de 1852.

(36) Gustavo Barroso, "Brasil — colônia de banqueiros", 6ª ed., pgs. 60-62.

(37) Rio Branco, op. cit., pg. 587.

(38) Joaquim Nabuco, op. cit., t. I, pg. 256.

(39) Gustavo Barroso, op. cit., pgs. 63 e 72.

(40) Op. cit., pgs. 73-74.

(41) Sobre o CARNAVAL FINANCEIRO consulte-se Pereira da Silva, "Memórias de meu tempo", t. I.

VI

(1) Alberto Faria, "Mauá", 2ª ed., pgs. 42-43; Claudio Williman, "Exposicion sobre el Banco de la Republica Oriental del Uruguay", pgs. 11-13.

(2) Op. cit., pg. 74.

(3) Joaquim Nabuco, op. cit., t. I, pg. 207.

(4) Mauá, "Exposição aos credores".

(5) Alberto Faria, op. cit., pg. 56.
(6) Pedro Lamas, "Etapas de una gran politica".
(7) Pacto de 6 de setembro de 1850, no Arquivo do Itamarati.
(8) Alberto Faria, op. cit., pg. 127.
(9) Op. cit., pg. 102.
(10) Op. cit., pgs. 95, 102-108 e 118-119.
(11) Op. cit., pgs. 115-116.
(12) Mauá, op. cit.
(13) Alberto Faria, op. cit., pgs. 61-62 e 342-343.
(14) Op. cit., pgs. 232-233.
(15) Op. cit., pgs. 92 e 386.
(16) Op. cit., pg. 177; Correspondência de Carneiro de Campos e Mauá no Arquivo do Itamarati.
(17) Op. cit., pgs. 184 e 242.
(18) Op. cit., pgs. 43-45, 183-194 e 223.
(19) Anais do Senado do Império — sessão de 26 de maio de 1875.
(20) Eduardo Acevedo, "História del Uruguay", t. V, pgs. 22 e segs.
(21) Alberto Faria, op. cit., pgs. 145, 154-155.
(22) Joaquim Manuel de Macedo, "Memórias da rua do Ouvidor", pg. 145; Alberto Faria, op. cit., pg. 150.
(23) Alberto Faria, op. cit., pgs. 46-48; Oliveira Lima, "Formation de la nationalité brésilienne".
(24) Alberto Faria, op. cit., pg. 54.
(25) W. D. Christie, "Notes on Brazilian Questions", ed. Macmillan & Co., Londres — Cambridge, 1865, Introdução, pg. LXIX.

VII

(1) "L'Anglais est Israélite", ed. Jouve, Paris.
(2) "Le régne d'Israel chez les Anglo-Saxons", ed. Grasset, Paris, 1921, pgs. 11-12.
(3) J. H. Allen, "Judah's sceptre and Joseph's birthright", ed. Shaw, Michigan, 1902, pgs. 268-269, 294-295, 299, 304-305, 321 e o Apêndice com as genealogias reais de Judá até a Inglaterra, através da Irlanda e da Escócia; Gowler, "Our Scythian Ancestors", sobretudo pg. 6.
(4) Georges Barbarin, "Le secret de la Grande Pyramide", ed. Adyar, Paris, 1936, pgs. 82-85; Gustavo Barroso, "O fim do Império Britânico" "in" "O Povo", Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1937; Ruskin, "The stones of Venice"; A. N. Field, "All these things".
(5) Roger Lambelin, op. cit., pgs. 12 e segs.
(6) Op. cit., pgs. 15 e segs.; "Lettres de lord Beaconsfield á sa soeur", ed. Perrin, Paris, 1889.
(7) W. D. Christie, op. cit., pg. 106.
(8) Op. cit., pg. 109.
(9) Pedro Calmon, "O marquês de Abrantes", ed. Guanabara, Rio, 1933, pgs. 272-278.
(10) Op. cit., pg. 81.
(11) Pedro Calmon, op. cit., pgs. 278 e segs.
(12) Wanderley de Pinho, "Cotegipe e seu tempo", ed. da Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1937, pgs. 197 e 214.
(13) Joaquim Nabuco, op. cit., t. I, pg. 225; Discurso de Euzébio de Queiroz no Senado, na sessão de 16 de julho de 1852.
(14) Relatório de Cansanção de Sinimbu, chefe de polícia da Corte, em 7 de abril de 1856.
(15) Op. cit., pg. 201. Os grifos são nossos.
(16) Op. cit., pg. 221.
(17) Op. cit., pgs. 217 e 373.
(18) Joaquim Nabuco, op. cit., t. I, pgs. 237 e 241.

(19) W. D. Christie, op. cit., pgs. 3-4.

(20) Op. cit., pgs. 104. Textualmente: "inveterate hostility to the government of Brazil"; "Spite!"

(21) Op. cit., pgs. 3, 47 e segs.; 145 e segs.; Carta de Christie a lord Russell, de 12 de novembro de 1862.

(22) Discurso de lord Palmerston na Câmara dos Lords, em 7 de maio de 1863.

(23) Pedro Calmon, op. cit., pg. 283.

(24) Wanderley de Pinho, op. cit., pgs. 666-667.

VIII

(1) Joaquim Nabuco, op. cit., t. II, pg. 151.

(2) Domingos F. Sarmiento, "Argyropolis", Buenos Aires.

(3) Joaquim Nabuco, op. cit., t. II, pg. 152.

(4) Carta a Francisco Hordeñana, em fevereiro de 1854.

(5) Fala do Trono na abertura da sessão parlamentar de 1856.

(6) Paula Cidade, "Leandro Gomez e Paisandu" in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1929, t. CV, pgs. 274-275.

(7) Joaquim Nabuco, op. cit., t. II, pg. 156.

(8) Coronel Dias de Oliveira, "Guerra do Paraguai", in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1917, tomo especial consagrado ao Primeiro Congresso de História Nacional, p. V, tese 7ª, pgs. 312 e segs.

(9) Romulo T. Rossi, "Episodios historicos — Bombardeo y toma de Paisandú — La Cruzada Libertadora", ed. Peña Hermanos, Montevidéu, 1923.

(10) Publicado pelo "Espectador da América do Sul".

(11) Joaquim Nabuco, op. cit., t. II, pgs. 166-167.

(12) Op. cit., t. II, pg. 189, "in" nota.

(13) Coronel Dias de Oliveira, op. cit., pg. 317.

(14) A. Comte, "La Cruzada Libertadora", pg. 117; Alberto Faria, op. cit., pgs. 58-60.

(15) Joaquim Nabuco, op. cit., t. II, pgs. 132 e segs.

(16) Alberto Faria, op. cit., pg. 62.

(17) Joaquim Nabuco, "La guerra del Paraguay", versão castelhana de Gonzalo Reparaz, ed. Garnier, Paris, 1905, pgs. 47-48.

(18) Alberto Faria, op. cit., pg. 345.

(19) Joaquim Nabuco, "Um estadista do Império", 1ª ed., t. II, pg. 177.

(20) E. C. Jourdan, "História das campanhas do Uruguai, Mato Grosso e Paraguai", t. I, pg. 62.

(21) Op. cit., t. I, pgs. 59-62; Moreira de Azevedo, "Quadros Guerreiros", pg. 22.

(22) Romulo T. Rossi, op. cit., pgs. de 33 a 184.

(23) Op. cit., pgs. 33-34, 154-155 e 184; Mastermann, "Siete años de aventuras en el Paraguay", ed. de 1911, pg. 63 "in" nota; Juansilvano Godoi, "Monografias Históricas", 1ª série, pg. 59; Schneider, "A guerra da Tríplice Aliança", ed. de 1876, t. I, pgs. 52-53; Moreira de Azevedo, op. cit., pg. 18; Theodore Fix, "La guerre du Paraguay", ed. Tanera. Paris, 1870, pg. 38; Gustavo Barroso, "O Brasil em face do Prata", cap. "A execução de Leandro Gomez"; J. L. Rodrigues da Silva, "Recordações da Campanha do Paraguay", ed. Weiszflog, São Paulo, pg. 15: Ofício do ministro de Estrangeiros do Brasil ao visconde do Rio Branco, de 22 de janeiro de 1865; "Boletin Oficial", de D. Venancio Flores.

(24) E. C. Jourdan, op. cit., t. I, pg. 62.

(25) Informação do general A. Díaz ao governo uruguaio.

(26) Gustavo Barroso, "A guerra do Flores", pg. 179.

(27) Manuel Gálvez, "Por que occurrió la guerra del Paraguay"? "in" "La Nacion", Buenos Aires, nº de 7 de outubro de 1928.

(28) Luis Alberto Herrera, "La clausura de los ríos", pg. 477.

(29) Gustavo Barroso, op. cit., pgs. 180-181.

(30) José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco, "A Convenção de 20 de fevereiro explicada à luz dos debates do Senado e dos sucessos de Uruguaiana", Rio de Janeiro, 1865.

(31) H. Boiteux, "Os nossos almirantes"; Paula Cidade, "Leandro Gomez e Paisandu".

(32) Correspondência trocada entre Tamandaré e o ministro da Marinha em 1864-1865, no Arquivo Nacional; Gustavo Barroso, "Tamandaré, o Nélson Brasileiro", ed. Guanabara, Rio de Janeiro, pgs. 156 e segs.

(33) Decreto do Governo Provisório da República Oriental do Uruguai, de 28 de fevereiro de 1865, agradecendo a cooperação do Império Brasileiro.

(34) Luis Alberto de Herrera, "La diplomacia oriental en el Paraguay"; Baez, "Resumen de la historia del Paraguay".

IX

(1) "La allianza del Imperio del Brasil con las Republicas Argentina y Oriental era tan desigual que mucho se parecia a un juego de gallos que el jugador lleva debajo de cada brazo uno, para hacerles reñir en provecho y honra de galero solamente". Alberdi, "Bases".

(2) "Anales diplomatico y militar de la guerra del Paraguay", tip. Muñoz Hermanos, Assunção, 1906, t. I, pg. 141.

(3) "Nación Argentina", nº de 24 de fevereiro de 1876.

(4) Luis Alberto de Herrera, "Buenos Aires, Urquiza y el Uruguay", pg. 88.

(5) Schneider, op. cit., t. II, pg. 147.

(6) Lemos Brito, "Guerra do Paraguai", Rio de Janeiro, 1927, pg. 177. Carta de Urquiza a Mitre.

(7) Joaquim Nabuco, "La guerra del Paraguay", pg. 73.

(8) Francisco Seeber, "Cartas sobre la guerra del Paraguay — 1865-1866", ed. J. Rosso, Buenos Aires, 1907, pgs. 29-31.

(9) Lemos Brito, op. cit., pg. 166.

(10) Depoimento do general Francisco Isidoro Resquin, chefe do estado maior paraguaio, no quartel general do Exército Brasileiro, em Humaitá, a 20 de março de 1870, "in" Mastermann, op. cit., pgs. 400 e segs.

(11) Grégorio Benítez, op. cit., t. I, pg. 9 e docs. às pgs. 138 e 184.

(12) Thompson, "La guerra del Paraguay", ed. Palumbo, Buenos Aires, 1910, pgs. 18 e 70.

(13) Antonio Zinny, "Historia de los gobernantes del Paraguay".

(14) C. A. Washburn, artigo publicado em Nova York, a 22 de janeiro de 1870, in Mastermann, op. cit., pgs. 388 e segs.

(15) Manuel Gálvez, "Por que occurió la guerra del Paraguay"? in "La Nación", Buenos Aires, 7 de outubro de 1928. A entrevista de López e Varela foi estampada por este último em "La Tribuna", de Buenos Aires, em 1856. O documento é insofismável.

(16) Pedro S. Lamas, "Etapas de una gran politica".

(17) Cardús Huerta, "Arado, pluma y espada", ed. Domenech, Barcelona, 1911, pg. 437.

(18) "Cuadros historicos y descritivos", ed. H. Kraus Assunção, 1906, pg. 139.

(19) "La tirania en el Paraguay", tip. de "El Pais", Assunção, 1903, pgs. 13, 15 e 37.

(20) Op. cit., pg. 257.

(21) Garmendia, "Recuerdos de la guerra del Paraguay", 4ª ed., Buenos Aires, 1890, pg. 118.

(22) Op. cit., pgs. 43 e 117.

(23) Mastermann, op. cit., pgs. 1 e 37

(24) Op. cit., pg. 38.

(25) "La guerra del Paraguay", pg. 1.

(26) "Cuadros historicos y descritivos", pg. 176.

(27) Gregorio Benítez, op. cit., pg. 5. A Inglaterra e os Estados Unidos? Assim parece, como se verá no decurso do capítulo.

(28) Loc. cit.

(29) V. o texto do Tratado, in Thompson, op. cit., Apêndice.

(30) Joaquim Nabuco, "La guerra del Paraguay", pgs. 98 e 103.

(31) Luis Alberto de Herrera, "El drama del 65", 2ª ed., pg. 41.

(32) Op. cit., pg. 4.

(33) Wanderley de Pinho, op. cit., pgs. 438 e 445.

(34) Vicente G. Quesada, "La politica imperialista del Brasil", ed. Vaccaro, Buenos Aires, 1920, pg. 169.

(35) "Semana Ilustrada", de 29 de janeiro de 1865, Rio de Janeiro, pg. 1731.

(36) Mastermann, op. cit., pgs. 29-30 e 410; H. F. Decoud, "Una década de vida nacional — 1869-1880", Assunção, 1925, t. I, pgs. 232-233.

(37) Depoimento de frei Basilio de Bagnalia, vice-prefeito das missões de Mato Grosso, em Cuiabá, a 12 de novembro de 1869, in Mastermann, op. cit., pgs. 356 e 357.

(38) Depoimento de Silvestre Aveiro, secretário de Solano Lopez, a bordo da canhoneira imperial "Iguatemi", a 23 de março de 1870, in op. cit., pgs. 373 e segs.

(39) Théodore Fix, "La guerre du Paraguay", pg. 184; Taunay, "Diário do Exército", t. II; J. L. Rodrigues da Silva, op. cit., pg. 76.

(40) Cecilio Baez, "La tirania en el Paraguay", pgs. 179 e 277; Cuadros historicos y descritivos", pg. 188; Mastermann, op. cit., pgs. 213 e 367; Gregorio Benítez, op. cit., t. II, pg. 88; Thompson, op. cit., pg. 225.

(41) Cecilio Baez, "La tirania en el Paraguay", pgs. 179 e 277; Thompson, op. cit., pgs. 143 e 201; Mastermann, op. cit., pgs. 149, 153, 155, 165 e 218; Correspondência de Assunção, de 7 de julho de 1869, inserta na "Semana Ilustrada" do Rio de Janeiro, de 25 do mesmo mês e ano, pg. 3599.

(42) O'Leary, "Nuestra Epopeya", pg. 22.

(43) Thompson, op. cit., pg. 192; Mastermann, op. cit., pgs. 116-117.

(44) Washburn, art. cit.

(45) Thompson, op. cit., pgs. 144 e segs.

(46) "Semana Ilustrada", Rio de Janeiro, nº de 17 de janeiro de 1869, pg. 3384.

(47) Arquivo de Mitre.

(48) Correspondência de Montevidéu, publicada no "Jornal do Comércio" do Rio de Janeiro, de 24 de fevereiro de 1869.

(49) "Le Brésil, Buenos Ayres, Montevidéo et le Paraguay devant la civilisation", ed Dentu, Paris, pgs. 12 e 56.

(50) Op. cit., pgs. 123-125.

(51) Pe. Pablo Hernandez, "Organización social de las doctrinas guaranies de la Compañia de Jesus", ed. Gustavo Gili, Barcelona, 1913, t. I, pgs. 28 e segs.

(52) Charles Expilly, op. cit., pg. 125.

(53) Garmendia, op. cit., pg. 43; Seeber, op. cit., pg. 115.

(54) Mastermann, op. cit., pg. 41.

(55) Op. cit., pgs. 228-235.

(56) Correspondência de Buenos Aires, publicada pelo "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, de 21 de janeiro de 1869.

(57) Idem no mesmo órgão, em 23 de janeiro de 1869.

(58) Parte do marechal Gastão d'Orleans, conde d'Eu, "in" Pereira da Costa, "História da guerra do Paraguai", pg. 338.

(59) Relatório do presidente Souza Gonzaga ao ministro visconde da Boa Vista, em 1865.

(60) Discurso do deputado Antonio Correa do Couto, na sessão da Câmara de 1858; Correspondência de Cuiabá, publicada no "Jornal do Comércio" do Rio de Janeiro, em 18 de março de 1865; Relatório do ministro da Guerra, de 1864.

(61) H. F. Decoud, op. cit., pg. 17; Gustavo Barroso, "O Brasil em face do Prata", cap. "Armamento brasileiro e paraguaio"; Moreira de Azevedo, op. cit., pg. 178; Schneider, op. cit., t. I, pg. 91, t. IV, pg. 39, nota 44, fasc. I; Thompson, op. cit., pgs. 42-43; Mastermann, op. cit., pg. 72; Palleja, "Diário", 27 de maio de 1865; Relatório do ministro da Guerra do Brasil, 1870.

(62) Mastermann, op. cit., pg. 65; Thompson, op. cit., pg. 42; Gregorio Benitez, op. cit., t. I, pg. 84.

(63) O'Leary, "El centauro de Ibicuí" e Gustavo Barroso, "O Brasil em face do Prata", cap. "O cademinho do centauro", pgs. 65 e seguintes.

(64) Pimenta Bueno, "Memórias", "in" "Revista Brasileira", de 15 de outubro e 1º de novembro de 1895.

(65) Gregorio Benítez, op. cit., t. I, pgs. 134 e segs., e 200-201.

(66) Op. cit., loc.-cit.

(67) Carta do general Emilio Mitre ao vice-presidente Marcos Paz, em 1865.

(68) Luis Alberto de Herrera, "El drama del 65", pg. 193.

(69) Seeber, op. cit., pgs. 52, 82-97 e 116 "bis".

(70) Op. cit., pg. 136.

(71) Carta do barão de Cotegipe ao barão de Penedo, de 12 de maio de 1866. Referia-se ao famoso bucheiro paulista, apelidado o Mágico, ubiquo senador Carrão, famoso pela sua atitude na revolução de 1842.

(72) "Diário do Rio de Janeiro", de 4 de setembro de 1867.

(73) Gregorio Ramírez, op. cit., t. I, pg. 217.

(74) Tenente-coronel Juan Beverina, "La guerra del Paraguay", ed. Ferrari, Buenos Aires, 1921, t. II, pgs. 419-420.

(75) Gregorio Benítez, op. cit., t. I, pg. 91 e 127; t. II, pg. 62.

(76) Op. cit., pg. 161.

(77) Gregorio Benítez, op. cit., t. II, caps. VI e VII.

(78) Gustavo Barroso, "O espírito do século XX", ed. da Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1936, pgs. 109-111.

(79) Op. cit., pg. 111.

(80) Op. cit., pg. 125.